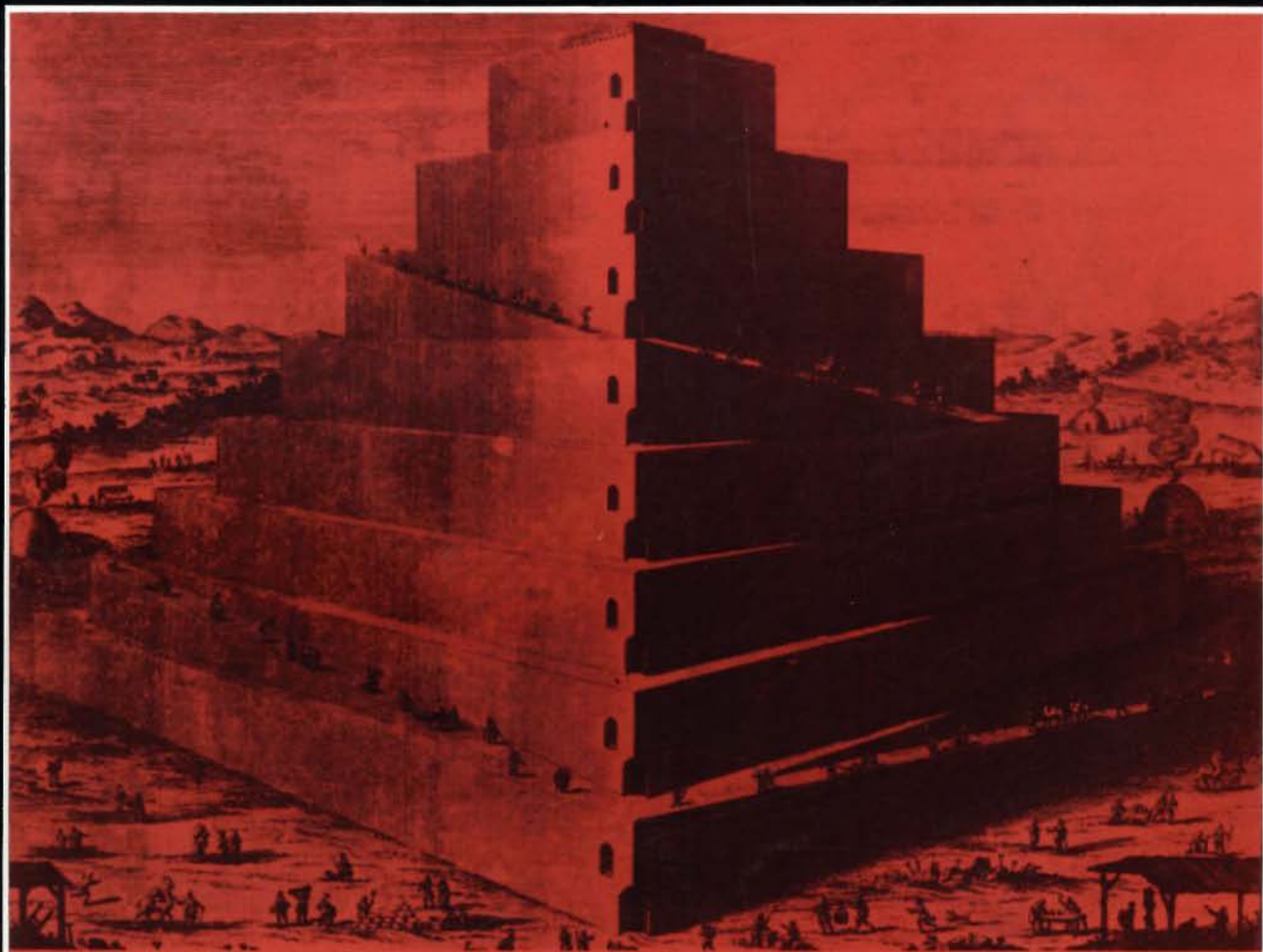


# DEBATE PRELO

REVISTA DA IMPRENSA NACIONAL | CASA DA MOEDA

NÚ  
MERO  
ESPE  
CIAL

1986 | DEZEMBRO



FERNANDO GIL

CRUZAMENTOS DA ENCICLOPÉDIA

BIBLIOTECA DA IMPRENSA NACIONAL

N.º .....

Est. .... Sec. ....<sup>a</sup>

Prat. ....<sup>a</sup> Div. ....<sup>a</sup> Plano ....<sup>o</sup>

Reg. de entrada: N.º ..... (19 .....



# BABEL PRELO

**Número especial**  
Dezembro 1986

**Propriedade**  
Imprensa Nacional - Casa da Moeda

**Director**  
Diogo Pires Aurélio

**Direcção,  
Redacção e Administração**  
R. D. Francisco Manuel de Melo, 5-5.º  
1000 LISBOA

**Distribuição**  
Diglivro - Distribuidora de Livros  
e Material Didáctico, Lda.  
Rua das Chagas, 2 - 1200 LISBOA

**Design**  
Grafidéc Agência de Publicidade

**Fabrico**  
Nova Lisboa Gráfica, Lda.

**Preço**  
600\$00

**Tiragem**  
3000 exemplares

Na capa: Torre de Babel,  
gravura de J. Punt

- 3** Editorial
- 7** A Enciclopaedia Universalis e o seu Symposium  
por Jacques Bersani
- 
- 8** Cruzamentos da Enciclopédia  
por Fernando Gil
- 9** Cap. I  
Irradiações: estrelas
- 15** Interferências
- 17** Cap. II  
Tentativa de interpretação
- 20** I Parte. O homem em questão: o mesmo e o outro
- 22** a) Comunicação
- 25** b) Ciência do homem e universalidade da experiência
- 25** c) A comunicação como projecto cultural
- 28** II Parte. Criação e cultura: o antigo e o novo
- 29** a) Invenção e inovação
- 33** b) O sujeito: involuntário e voluntário
- 34** c) A obra: o próprio e o comum
- 34** d) A cultura: vanguarda e tradição
- 34** e) Criação e "criatividade"
- 35** III Parte. O conhecimento em devir: o uno e o múltiplo
- 36** a) O sistema dos saberes
- 36** b) Arquitectura do uno e do múltiplo



<b>40</b>	c) Validade da ciência
<b>43</b>	d) Sobreposições e alianças
<b>44</b>	IV Parte. Ciência e sociedade: domínio e desapossamento
<b>44</b>	a) O espaço científico
<b>44</b>	b) A ciência e a tecnologia pesadas e as suas apostas
<b>49</b>	c) Ciência e cultura
<b>53</b>	V Parte. O laço social: conjunturas e resíduos
<b>53</b>	a) Mecanismos de integração e formas de desvio
<b>55</b>	b) A sociedade dividida
	VI Parte. Política e poderes: autonomia e heteronomia
<b>74</b>	Índice dos artigos do <i>Symposium</i>
<b>82</b>	<i>Actualidades INCM</i>

---

# DDELI PRELO

*A estrutura deste número da «Prelo» constitui, em certa medida, uma exceção ao modelo a que a revista tem habituado os leitores. E por várias razões, que convirá explicar.*

*Desde logo, por se tratar de um número integralmente preenchido por um único artigo, a que se junta apenas uma breve apresentação do mesmo. Depois, o estar esse artigo aparentemente divorciado das questões que têm a ver com a realidade portuguesa e que têm sido o tema de reflexão predominante e a vocação assumida da «Prelo». Finalmente, o ser uma tradução, e tradução de um texto todo ele elaborado com vista a servir de «post-scriptum» a um volume muito mais amplo que não podemos, obviamente, reproduzir.*

*Quanto à primeira destas razões, digamos, de estranheza, ela desaparecerá, estamos em crer, a uma simples observação do índice e à leitura do verdadeiro conteúdo do presente número. Escusado será, portanto, realçar a multiplicidade de temas que nele são pensados, a pertinência dos testemunhos que se convocam e surgem nas vozes mais autorizadas, e, sobretudo, o fio que através deles se entretece pela dilucidação dos nexos inesperadamente estabelecidos. «Cruzamentos da Enciclopédia»: há que tomar este título à letra, porque é exactamente sobre os pontos de articulação entre os vários saberes, nessa terra à primeira vista de ninguém, que se ergue a presente reflexão e se definem os ditos «cruzamentos». Não se trata apenas de pensar a maior ou menor entre-expressão dos múltiplos domínios do conhecimento e as franjas que atravessam os muros disciplinares. É a própria entre-expressividade que se constitui aqui em instância fulcral para julgar a enciclopédia, surpreender em acto a ciência e confrontar assim o presente com aquilo a que Jacques Bersani chama os «motivos de temor e de esperança» no dobrar do milénio.*

*É neste contexto que supomos também injustificada uma eventual estranheza pelo divórcio que este artigo afirmaria em relação ao curriculum da «Prelo». Pensar as «coisas portuguesas», sempre o dissémos, não é necessariamente, nem talvez deva ser, apenas recuperar e repensar o passado. Mesmo essa tarefa, aliás, numa revista que não se pretende de história, só faria sentido se executada em função do presente e como parte de um trabalho que tenta reflectir uma identidade em devir, no que ela contem de herança, mas também no que ela tem de projectos. E mal andaríamos se a realidade nacional persistisse em querer definir-se pelo que a separa ainda dos espaços em que se levantam já as interrogações decisivas para as próximas décadas.*

*Uma última palavra, para explicitar a especificidade deste artigo e as implicações «estilísticas» que daí derivaram. O seu objectivo inicial foi o encerramento do Symposium elaborado para a última edição da Encyclopaedia Universalis. Em que consiste esse volume que leva o nome de Symposium? Jacques Bersani, director da Enciclopédia, explica-o no texto que lhe solicitámos para servir de introdução ao trabalho de Fernando Gil e que reconhecidamente aqui lhe agradecemos, tal como a autorização que concedeu para publicarmos o «Post-Scriptum» agora traduzido sob o título de «Cruzamentos da Enciclopédia». Já porque as permanentes remissões para o volume em que está integrado são essenciais à própria tessitura do artigo, já porque ele mesmo tem subjacente o corpo global da Enciclopédia e como tal foi construído, achámos por bem reproduzi-lo sem qualquer alteração, na certeza de que ainda assim ele é perfeitamente passível de uma leitura autónoma. De qualquer modo, e para uma sua melhor compreensão, publicamos em anexo o índice das matérias e respectivos autores que integram o Symposium.*



PRELO  
CRUZAMENTOS  
DA ENCICLOPÉDIA

---



# A Encyclopaedia Universalis e o seu "Symposium"

por Jacques Bersani

A primeira edição da Encyclopaedia Universalis, iniciada em 1968 e terminada nos primeiros meses de 1975, compreendia 20 volumes articulados em três partes: um corpus em 16 volumes (o «corpo» da Enciclopédia, que incluía cerca de 6 mil entradas) um Thesaurus Index (o índice remissivo, que incluía aproximadamente 15 mil informações e mais de 150 mil referências) em três volumes, e um Organum em um volume.

Aquando da sua reedição, em finais de 1984, princípios de 1985, agora em 22 volumes, manteve-se a mesma articulação em três partes. Porém, a obra que completa os 18 volumes do Corpus e os três volumes dos Thesaurus-Index foi totalmente modificada, quer no seu título, quer no seu conteúdo, quer, sobretudo, no seu espírito.

Coroamento e, ao mesmo tempo, prolongamento da Encyclopaedia Universalis, o Symposium tenta pôr em evidência, apoiando-se nas novas aquisições do conhecimento mas também num certo número de trabalhos ou análises em curso, as questões maiores do nosso tempo. Num total de quase 140 ensaios, articulados em sete grandes divisões e um «post-scriptum», este volume, que obedece a uma

concepção absolutamente original, apresenta-se como uma espécie de «mesa-redonda», um «banquete» à maneira platónica, em que a Enciclopédia se põe a si própria em questão.

Depois do saber constituído, o saber em constituição. Depois do saber propriamente dito, a crítica do saber. Que se passa, aqui e agora, com a criação, a ciência, a vida social, o poder político, o estado do mundo? Em resumo, que se passa, aqui e agora, com o homem, «termo único, escrevia Diderot, de onde é necessário partir e ao qual é preciso ligar tudo»?

Numa convivialidade que não exclui, nem as diferenças, nem mesmo as divergências, alguns dos melhores espíritos do nosso tempo interrogam-se e interrogam-nos. Reflexão deliberadamente datada que, em jeito de esboço e no estilo multifacetado característico dos dias de hoje, desenha um retrato apaixonante: o retrato de uma humanidade em pleno movimento, em plena mutação, que se prepara para entrar — com todos os motivos, indossociáveis, de temor e de esperança — num novo milénio.



# CRUZAMENTOS DA

por Fernando Gil \*

Propusemos ao leitor um conjunto de cerca de cento e trinta e cinco artigos distribuídos por sete partes: O HOMEM EM QUESTÃO, CRIAÇÃO E CULTURA, O CONHECIMENTO EM DE- VIR, CIÊNCIA E SOCIEDADE, O NEXO SO- CIAL, POLÍTICA E PODERES, EQUILÍBRIOS E DESEQUILÍBRIOS MUNDIAIS. No interior deste quadro que não se pretende excessivamente limitativo, procedemos de forma analítica; o nosso procedimento consistiu em procurar identificar e descrever os problemas, e não em determinar o modo como se recortam. Tentaremos agora de- bruchar-nos um pouco sobre as articulações deste *Symposium*.

Num primeiro capítulo, serão evidenciadas as irradiações dos temas uns sobre os outros e as interferências mútuas das diversas partes. Trata-se, com efeito, de uma perspetivação recíproca das partes I-VI do *Symposium* (neste exercício, deixar-se-á de lado a VII parte), cada um dos conjuntos esclarecendo e refractando os restantes. O nosso objectivo é submeter ao leitor um exercício de *indexação temática e conceptual*, por sobre o pano de fundo constituído pelos artigos. O jogo cruzado das questões permitirá destacar pontos críticos relativos ao conhecimento, à arte e à literatura, à moral e à política, à sociedade. A sua determina- ção sugere uma leitura dos problemas a partir de um conjunto de pares conceptuais.

Num segundo capítulo, procederemos a uma tentativa de *interpretação*. (não uma síntese) das grandes problemáticas assim obtidas, especificando um certo número de questões com o auxílio dos referidos pares conceptuais, ao mesmo tempo ge- néricos e pregnantes, que, na ordem das partes,

\* Universidade Nova de Lisboa, F. C. S. H.  
Tradução de Miguel Serras Pereira.



# ENCICLOPÉDIA

serão, da I à VI, os seguintes: mesmo e outro, antigo e novo, uno e múltiplo, domínio e desapossamento, conjunto e resíduo, autonomia e heteronomia (o título da VII parte designa um par deste tipo). Sendo o seu alcance heurístico, indicativo e não sistemático, seria, sem dúvida, possível apresentar cada parte à luz de noções diferentes e definir outros modos de leitura. Mas a grelha escolhida parece-nos captar de perto o movimento do *Symposium*.

Os conceitos adoptados formam oposições. Quisemos sublinhar o carácter aberto do «estado da questão» em cada um dos domínios abordados, bem como os conflitos que os atravessam e aquilo que, em cada caso, surge como sendo o mais característico da época. Como se situa o nosso tempo perante as aporias inerentes ao agir e ao saber? O que é que age no sentido da sua exasperação ou da sua relativização? Sem nos arriscarmos no domínio das prospecções, procurámos, todavia, pôr em evidência alternativas, sublinhar os nós e as linhas de ruptura que operam neste volume.

## CAPÍTULO I

### Irradiações e Interferências

Sempre em obediência a uma intenção simplesmente heurística, encararemos os artigos de cada uma das partes do *Symposium* sob a óptica de um tema particular que nos tenha parecido articular da melhor maneira a problemática em questão. Os temas assim destacados correspondem a títulos de artigos e chamar-lhes-emos *motivos*. São os

seguintes: a *comunicação* (I parte, O HOMEM EM QUESTÃO), *invenção e inovação* (II parte, CRIAÇÃO E CULTURA), *o sistema dos saberes* (III parte, O CONHECIMENTO EM DEVIR), *o espaço científico* (IV parte, CIÊNCIA E SOCIEDADE), *mecanismos de integração e formas de desvio* (V parte, O NEXO SOCIAL), *o Estado-providência e o cidadão* (VI parte, POLÍTICA E PODERES).

Projectando-se cada motivo e cada domínio de questões sobre os demais, as suas temáticas específicas deixam-se também modular pelas outras temáticas. Deste modo, produziremos e descreveremos sucintamente, sem duplos empregos nem repetições (mas sugerindo sobreposições e prolongamentos), trinta e seis pontos de vista que se desdobram numa imensidade de outras matérias. Estes pontos de vista serão muitas vezes expostos sob a forma de interrogações.

Dispõem-se como estrelas de seis pontas, cada uma das estrelas correspondendo a uma das partes do *Symposium*. A ponta de cima assinala o olhar de cada motivo sobre si próprio: é esse olhar que se bifurca num par de conceitos opostos. Com o tema-motivo, este par demarca a problemática. Em cada caso, começaremos a descrição por esse braço da estrela.

### Irradiações: estrelas

#### I Parte. O homem em questão: a comunicação

(1) Motivo central de O HOMEM EM QUESTÃO, a comunicação veicula e relação do *mesmo* com o *outro* — outrem e as figuras da diferença, tais como a doença, a animalidade, a loucura. Quais são as condições da comunicação? Em que medida se nos revela possível atravessar as barreiras naturais e culturais, superar os obstáculos à comunicação?

(2) Na perspectiva de CRIAÇÃO E CULTURA, o fosso entre as «duas culturas» — e na ausência de fundamentos simbólicos não controver-

sos — traz à luz do dia de modo dramático os limites da coerência cultural. Este factor de incompreensão, ou mesmo de antagonismo, talvez tenda a crescer. Por outro lado, poderemos perguntar se não estarão em vias de se esboçarem formas de comunicação capazes de instaurar outras solidariedades.

(3) Quanto a O CONHECIMENTO EM DE-VIR: no interior das disciplinas (científicas, mas também artísticas), do mesmo modo que na vida profissional em geral, novas divisões acentuam as precedentes. A formação de *habitus* cada vez mais especializados contribui para o desenvolvimento de uma ignorância mútua. Todavia, há uma intenção «transdisciplinar» de desenclausuramento que se exerce em sentido inverso: teremos o direito de esperar a instalação de configurações mentais de estilo global?

(4) As condições da comunicação actuam de maneira decisiva sobre CIÊNCIA E SOCIEDADE: o ensino e o acesso diferencial ao saber, a difusão dos conhecimentos e as resistências à inovação, a transferência da aprendizagem e do *know how*, a vulgarização científica...

(5) Em certo sentido, «comunicação» é o outro nome do NEXO SOCIAL. Este «nexo» estabelece-se no quadro de diversos dispositivos de reconhecimento bem codificados que são específicos dos grupos sociais, das gerações, das culturas, das nações. As sobreposições contemporâneas engendram talvez a ilusão da superação dos particularismos e das opacidades (o *melting pot*), ao mesmo tempo que se revelam suficientemente fortes para quebrar os dispositivos de reconhecimento intracultural, sobretudo no Terceiro Mundo.

## II Parte. Criação e cultura: invenção e inovação

(2) A invenção e a inovação encontram-se na encruzilhada do *antigo* e do *novo*, da tradição e do futuro, da ordem e da aventura. Tratava-se de uma oposição central que se reencontra em variados contextos: nomeadamente a propósito da «van-



A invenção é talvez a condição e o destino do homem; a modernidade erigiu-a em programa espiritual e material. (Na gravura, «Orfeu», de Gustave Moreau).

guarda», quer dizer, do programa deliberado de uma invenção permanente. De outro ponto de vista, a análise da invenção permite lançar pontes entre invenção intelectual e invenção artística.

(3) No domínio do conhecimento, o jogo do antigo e do novo deixa-se descrever, por exemplo,

através do debate «conjectura» (Popper) *versus* «ciência normal» (Kuhn). A primeira dá testemunho da fertilidade da imaginação (a criação), a segunda «consustancializa» as imposições da transmissão (a cultura).

(4) A ciência, tornada força produtiva, age directamente sobre as expectativas sociais, sobre a organização da vida: não se correrá o risco de a valorização da ciência aplicada daí decorrente poder vir a médio prazo a deslocar as finalidades tradicionais da ciência, baixando os níveis de exigência do conhecimento?

(5) A estabilidade nos conjuntos sociais representa o efeito combinado de forças de integração e de agentes de renovação. Implicando as primeiras uma ameaça de esclerose e as segundas o risco de rupturas, nascem continuamente problemas de limiar. Como tenderão as nossas sociedades a resolvê-los?

(6) A criação do novo em política aparece suspensa da formação de decisões — dos simples actos administrativos à revolução —, frente à tradição, à ideologia, às imposições hierárquicas, à informação disponível. Dado o carácter complexo e negociado dos processos de tomadas de decisão nas sociedades desenvolvidas, as margens de liberdade aparecem estruturalmente reduzidas, se não «bloqueadas».

(1) A invenção é talvez a condição e o destino do homem; a modernidade erigiu-a em programa espiritual e material. A crise contemporânea não anunciará, por alguns dos seus traços, a crise de uma civilização excessivamente «fáustica»? Ao mesmo tempo que inclui uma interrogação sobre a tecnologia científica [cf. IV (1)], a questão que se coloca aqui é muito mais vasta.

### III Parte. O conhecimento em devir: o sistema dos saberes

(3) O conhecimento científico parece ser atravessado por dois movimentos: por um lado, o *múltiplo*, que se expressa na proliferação e na es-

pecialização dos conhecimentos, resultado da operatividade prodigiosa da ciência moderna; por outro lado, o *uno*, que se busca através de modelos sistémicos de integração, visando colher objectos genéricos e complexos — tal como a existência de disciplinas dominantes pode ter um efeito de unificação (ou de redução). A questão é também a da pluridisciplinaridade, segundo os diferentes níveis de generalidade.

(4) O surto e o êxito das ciências acompanharam-se de um projecto implícito de civilização, o de uma civilização cujo espírito e meios de acção se inspirariam na ciência e que a racionalidade legitimaria. Este projecto foi submetido a uma rude crítica tanto pela teoria como pelos factos; que deveremos conservar dele?

(5) Mais precisamente, o século XX conheceu um desenvolvimento sem precedentes das ciências humanas, a despeito das dificuldades metodológicas e epistemológicas que estas possam suscitar. A partir de então, é lícito perguntarmo-nos de que modo utiliza a sociedade a ciência de que dispõe e a que ponto as ciências sociais serão capazes de definir modelos adequados do comportamento individual e do comportamento colectivo? Deveremos pensar que as pretensões da racionalidade em tal domínio relevam apenas do «cientismo»?

(6) Colocam-se questões análogas a propósito do político. Nomeadamente no que se refere às ciências da organização e da auto-organização, poderemos esperar que elas contribuam para o esclarecimento de certa opção política (por exemplo, a descentralização, os equilíbrios entre planificação e espontaneidade diversificada), bem como as condições de eficácia das instituições?

(1) A antropologia, a psicologia, a psicanálise, a sociologia convergem no sentido de uma interrogação acerca da identidade psicológica e cultural. Qual é a imagem do homem que daí deriva? Corresponderá esta ao vivido subjectivo? Que concluir de tudo isto no que se refere às perspectivas do homem?

(2) A influência do conhecimento científico sobre as artes não se limita a fornecer-lhes mo-

tivos ocasionais de inspiração (cf. no *Corpus: FUTURISMO*) ou justificações teóricas. Através do computador, abriu-se todo um domínio de participação directa das ciências na criação artística.

#### IV Parte. Ciência e sociedade: o espaço científico

(4) Poderemos ir buscar a Marx a formulação com a qual abordaremos (capítulo 2 do «Post-Scriptum») a ciência moderna, a da «reprodução alargada», que é fonte de *domínio*, mas também de um desapossamento que intervém de diversas maneiras, tanto materiais como simbólicas.

(5) A ciência e os seus produtos tecnológicos derivados inspiraram uma ideologia da inovação que chega a ver nesta um mecanismo de regulação social e económica, como se a mudança enquanto tal beneficiasse de um suplemento de racionalidade pelo facto de na sua origem se encontrarem a a ciência e a técnica.

(6) O conhecimento científico e técnico corrige a incerteza da informação. O seu espírito anima os arranjos políticos que visam uma redução das áleas da existência (o Estado concebido como uma companhia de seguros). Todavia, e dado o seu próprio sucesso, a política do *welfare* cria problemas delicados de gestão e recursos.

(1) As disfunções que acompanham o progresso industrial e técnico põem de modo decisivo o homem em questão: a ciência e a tecnologia serão salvação ou *nemesis*?

(2) No quadro da «ciência pesada», o lugar reservado à invenção «desviante», «excêntrica», parece restringir-se. A tendência para a estandardização dos processos e para a replicação das metodologias acarreta o perigo de uma baixa da criatividade individual.

(3) O problema precedente encontra-se reforçado no plano institucional. A definição de uma parte considerável dos programas de investigação em função da interpretação política das necessidades sociais poderá entrar em conflito com as

prioridades endógenas resultantes do simples desenvolvimento do conhecimento. Por outro lado, a explicação dessas necessidades poderá, no entanto, provocar também uma mobilização dos esforços. Estas questões constituem temas — opções decisivas das «políticas da ciência».

#### V Parte. O nexos social: mecanismos de integração e formas de desvio

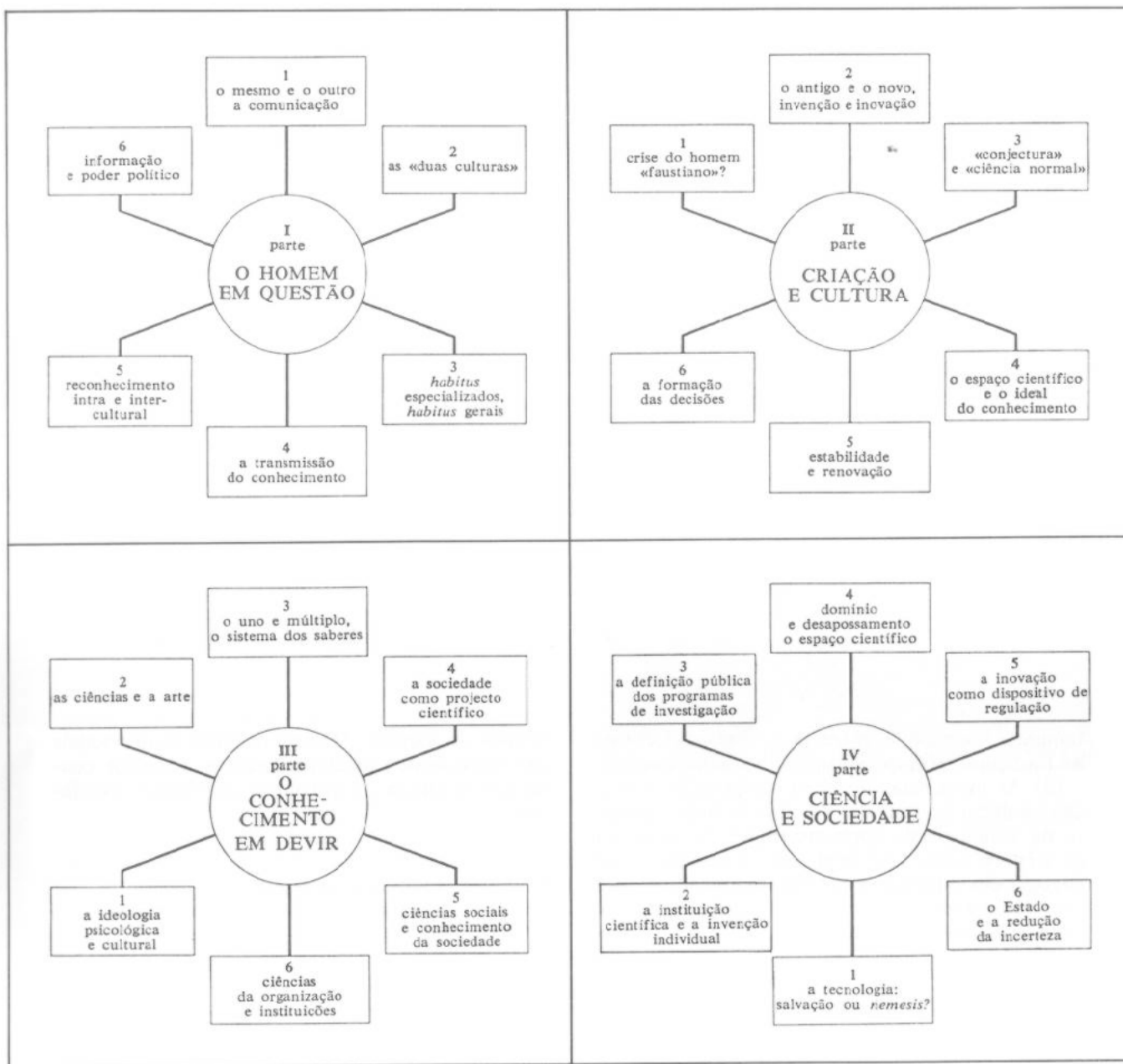
(5) Os *resíduos* que nenhum *conjunto* social consegue reabsorver inteiramente representam um elemento potencial de renovação [cf. II (5)]. Todavia, os equilíbrios entre integração e desvio, entre ordem e desordem, parecem hoje frágeis. E o «resíduo» revela-se capaz de pôr em causa a própria existência do conjunto, quer dizer, o nexos social enquanto tal (o terrorismo, as guerras de extermínio); o avanço das técnicas mais não faz do que aumentar semelhantes riscos.

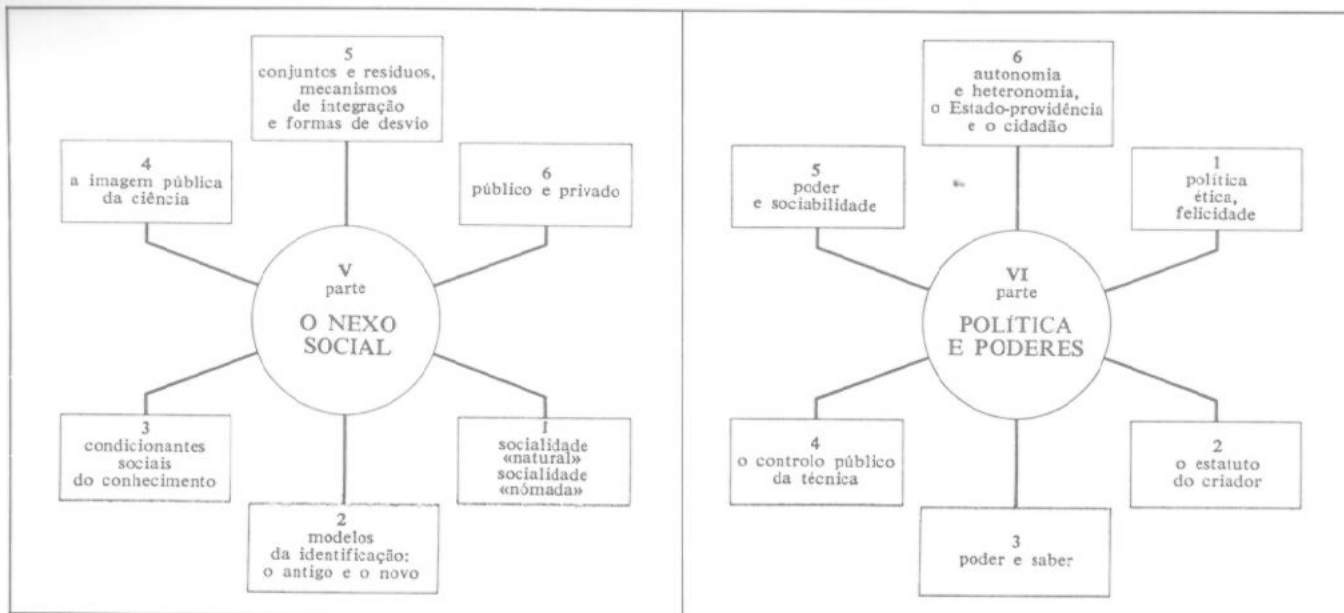
(6) Uma busca de formas diferentes de sociabilidade desloca continuamente a fronteira entre espaço público e espaço privado. Segundo as circunstâncias, encontra ilustrações variadas que estão elas próprias em relação mais ou menos estreita com o poder e a política ou, pelo contrário, se preocupam sobretudo com definir zonas de autonomia no exterior do político.

(1) A inclusão sujeito-grupo-história desenha uma hierarquia «natural» na percepção que o indivíduo tem do seu meio ambiente. Situados a seu lado e podendo agir em sentidos divergentes, certos circuitos da informação e da convivialidade (como os *media*, os desportos, a festa e os tempos livres) desenham figuras de comunicação mais anónimas, mais frouxas e mais efémeras, que se fazem e desfazem incessantemente. A comunicação natural e esta socialidade «nómada» nem sempre se encontram de harmonia.

(2) Com efeito, estão aqui em jogo os problemas da identificação, a pregnância dos antigos modelos, os limiares de tolerância aos novos reajus-







tamentos, o choque entre pertenças «objectivas» às tradições e filiações «subjectivas» no novo.

(3) As incidências do nexo social sobre a criação e sobre a transmissão do saber formam o objecto da sociologia do conhecimento e da sociologia da ciência: estão aqui implicados o ensino e a pedagogia dos espíritos, a profissionalização, as inércias das comunidades científicas na escolha e na execução dos programas de investigação, as modalidades da socialização segundo os paradigmas teóricos, os critérios da reputação, etc.

(4) A pressão económica sobre a instituição científica, as expectativas e exigências sociais representam o efeito de ricochete da importância

pública da ciência. Mas as relações institucionais da ciência com a indústria e com a sociedade continuam à espera de encontrar equilíbrios satisfatórios.

#### VI Parte. Política e poderes: o Estado-providência e o cidadão

(6) A questão do político não é outra senão a da *autonomia* e da *heteronomia* das escolhas e das decisões do cidadão como das administrações. Pelo seu lado, a demarcação do público e do privado remete para a tensão entre direitos sociais e direitos

individuais: a redução dos riscos pode ser acompanhada pelo risco da redução das liberdades — e, no limite, pela integração forçada (totalitarismo).

(1) Política, moralidade, felicidade: como se situam os poderes contemporâneos perante a ética? Que pode a política no que se refere à felicidade dos homens?

(2) O enquadramento institucional da invenção coloca o problema do estatuto do artista, do intelectual, do trabalhador científico, e no que diz respeito ao exercício profissional da actividade, o da relação perante o público ou perante o príncipe.

(3) Pela sua função social, a ciência adquiriu um prestígio simbólico — e a procura de saber por parte das instituições políticas investe o «especialista» com uma aparência de poder ou com um poder real. Como se repercutirá esta relação com o poder sobre as normas e sobre a ética da produção dos conhecimentos?

(4) A propósito do poder e dos empreendimentos tecno-científicos contemporâneos coloca-se toda a problemática «ecológica»: os meios de controlo público, pelo Estado e pelos cidadãos, da ciência aplicada e da tecnologia; a protecção do meio ambiente e da saúde, etc.

(5) O Estado contemporâneo instituiu-se sobre a noção de *welfare* (a redução dos riscos), bem como sobre o jogo regulado dos interesses divergentes, sob a égide dos poderes públicos. Ora, esboçam-se movimentos sociais no exterior das classes sociais e da panóplia institucional; aspiram à gestão autónoma dos interesses, inclusivamente através da violência. De que modo as formas políticas actuais enfrentam essas aspirações e se mostram capazes de garantir uma concertação global?

### Interferências

O precedente exercício permitiu destacar as incidências dos pontos de vista respectivos de cada uma das seis primeiras partes do *Symposium* sobre os pontos de vista das outras partes. Poderemos dizer também que essas seis partes se deixam ler umas através das outras, como mostra o quadro



Lugduni Batavorum,  
Apud DAVIDEM LOPEZ de HARO.  
MDC XLIV

Frontispício de uma edição da Pansofia de Comenius.

das «interferências»: ao mesmo tempo que se projecta no exterior, cada uma das problemáticas acolhe assim as restantes. As capitais, correspondendo às pontas de cima («auto-referenciais») das estrelas, designam os pares conceptuais que se encontram no centro das diferentes partes.

interferências	O HOMEM EM QUESTÃO	CRIAÇÃO E CULTURA	O CONHECIMENTO EM DEVIR	CIÊNCIA E SOCIEDADE	O NEXO SOCIAL	POLÍTICA E PODERES
I. O HOMEM EM QUESTÃO a comunicação	<b>o mesmo e o outro</b>	as «duas culturas»	<i>habitus</i> especializados, <i>habitus</i> gerais	a transmissão do conhecimento	reconhecimento intra e inter-cultural	informação e poder político
II. CRIAÇÃO E CULTURA invenção e inovação	crise do homem «faustiano»?	<b>o antigo e o novo</b>	«conjectura» e «ciência normal»	o espaço científico e o ideal do conhecimento	estabilidade e renovação	a formação das decisões
III O CONHECIMENTO EM DEVIR o sistema dos saberes	a ideologia psicológica e cultural	as ciências e a arte	<b>uno e múltiplo</b>	a sociedade como projecto científico	ciências sociais e conhecimento da sociedade	ciências da organização e instituições
IV. CIÊNCIA E SOCIEDADE o espaço científico	a tecnologia: salvação ou <i>nemesis</i> ?	a instituição científica e a invenção individual	a definição pública dos programas de investigação	<b>domínio e desapossamento</b>	a inovação como dispositivo de regulação	o Estado e a redução da incerteza
V. O NEXO SOCIAL mecanismos de integração e formas de desvio	socialidade «natural» socialidade «nómada»	modelos da identificação: o antigo e o novo	condicionantes sociais do conhecimento	a imagem pública da ciência	<b>conjuntos e resíduos</b>	público e privado
VI. POLÍTICA E PODERES o Estado-providência e o cidadão	política ética, felicidade	o estatuto do criador	poder e saber	o controlo público da técnica	poder e sociabilidade	<b>autonomia e heteronomia</b>

Obtemos assim uma primeira descrição do conteúdo das partes, que as análises do nosso capítulo 2 vão prolongar (*entre parêntesis*: o n.º da parte de origem):

I (O HOMEM EM QUESTÃO): MESMO E OUTRO (I); crise do homem «faustico»? (II); a identidade psicológica e cultural (III); a tecnologia: salvação ou *nemesis*? (IV); socialidade «natural», socialidade «nómada» (V); política, ética, felicidade (VI).

II (CRIAÇÃO E CULTURA): as «duas culturas» (I); ANTIGO E NOVO (II); as ciências e a arte (III); a instituição científica e a invenção individual (IV); modelos da identificação: o antigo e o novo (V); o estatuto do criador (VI).

III (O CONHECIMENTO EM DEVIR): *habitus* especializados, *habitus* gerais (I); «conjectura» e «ciência normal» (II); UNO E MÚLTIPLO (III); a definição pública dos programas de investigação (IV); imposições sociais do conhecimento (V); poder e saber (VI).



IV (CIÊNCIA E SOCIEDADE): a transmissão do conhecimento (I); o espaço científico e o ideal do conhecimento (II); a sociedade como projecto científico? (III); DOMÍNIO E DESAPOSSAMENTO (IV); a imagem pública da ciência (V); o controlo público da técnica (VI).

V (O NEXO SOCIAL); reconhecimento intra e intercultural (I); estabilidade e renovação (II); ciências sociais e conhecimento da sociedade (III); a inovação como dispositivo de regulação (IV); CONJUNTOS E RESÍDUOS (V); poder e sociabilidade (VI).

VI (POLÍTICA e PODERES): informação e poder político (I); a formação das decisões (II); ciências da organização e instituições (III); o Es-

tado e a redução da incerteza (IV); público e privado (V); AUTONOMIA E HETERONOMIA (VI).

## CAPÍTULO II

### Tentativa de interpretação

À questão que, para este *Symposium*, lhe colocámos: «Que juízo poderemos fazer acerca do homem actual à luz do seu passado longínquo?», André Leroi-Gourhan, professor no Collège de France, deu a seguinte resposta, que transcrevemos como exergo. <sup>(1)</sup>

#### O ser de predação e desmesura

A predação, única via de sobrevivência da espécie. Ela guiou o homem anterior aos tempos agrícolas no sentido de uma economia talvez pobre, mas que não condenava o «ser vivo não humano» a uma eliminação radical e desordenada. O equilíbrio entre o consumidor e o consumido existia de acordo com uma balança que se inclinava alternadamente para cada um dos seus pratos. Na Eurásia, a lista da fauna e da flora varia em função dos acidentes do clima. Certas espécies, apesar de tudo, parece terem sido já aniquiladas pelo homem. É o caso, provavelmente, do urso das cavernas: para hibernar, procurava o abrigo das cavidades subterrâneas, oferecendo-se como presa relativamente fácil aos caçadores. O mesmo não acontecia ao rinoceronte coberto de pêlos que vivia ao ar livre e que era provavelmente o adversário mais temido dos homens.

Entre 20000 e 30000, a espécie humana teve o seu primeiro grande desenvolvimento. Estes milénios do início da sociedade do *Homo sapiens* constituem uma etapa decisiva, a da simbólica figurativa, etapa que, até ao presente, nenhum outro mamífero viveu. No tempo que medeia entre aquelas duas datas assiste-se a uma série de transições na qual as novas técnicas chatelperronianas introduzem a recordação do Paleolítico Médio. Esta perspectiva desenvolve-se sobre um pano de fundo que não se encontra ainda

<sup>(1)</sup> André Leroi-Gourhan faleceu este ano, e este seu testemunho é um dos seus últimos textos: algo como um terrível testamento.

estabilizado. Com efeito, a lista dos materiais desdobra as tradições musterenses. Vemos uma primeira repartição em que a evolução técnica acarreta o aparecimento de novas formas nos utensílios. Estes encontram-se ligados, por fórmulas variadas, ao desenvolvimento geral dos inícios do Paleolítico Superior. Os grupos humanos contam-se entre os antepassados dos seres vivos actuais. Assinalam, entre o Musteriense avançado e o Paleolítico Superior, uma organização funcional que conduz directamente ao estágio seguinte, o correspondente ao Aurignacense.

O comportamento dos homens desta época é diferente do das camadas mais primitivas. Uma certa ordem doméstica aparece, a partir do Chatelperroniano, traduzindo-se muitas vezes pela natureza dos depósitos encontrados. As indústrias transformaram-se parcialmente e, entretanto, a arte desenvolveu-se até à realização de grandes obras-primas de pintura, gravura ou escultura de um nível de execução notável.

O problema da aquisição alimentar é deveras o que põe as questões maiores. A constituição da dentadura dos Primatas mostra a diversidade de regime das diferentes espécies. A forma dos dentes oscila entre um regime composto em grande parte por produtos vegetais, como é o caso do urso das cavernas, e uma alimentação omnívora; os molares do gorila estão adaptados ao seu regime alimentar (folhas e frutos). O *Gigantopithecus* encontra-se assinalado por caracteres nitidamente marcados. Tinha séries de molares impressionantes, comparáveis aos do panda gigante (que não é um primata). O que impressiona mais é a diminuição de volume dos incisivos e dos caninos e a hipertrofia dos molares.

Seja como for, parece existir uma genealogia pelo menos dupla, dividindo a ascendência dos homínídeos e dos grandes antropóides (gorila, chimpanzé, orangotango). Esta coexistência encontra-se ligada a factores genéticos que se devem considerar capitais. Por próximos que estejam uns dos outros, um grupo de homínídeos, os Australopitecos, têm uma posição de partida constituída por dois pés de andarilho e duas mãos apreensoras, dispositivo que representa, no meio em que estas criaturas viviam, múltiplas vantagens. A transformação operou-se num ser que, apesar do seu cérebro pequeno, dispunha da condição humana já plenamente cumprida num tempo que não tem outra consistência senão o seu próprio desenvolver-se e que torna possível a coexistência de várias escalas de Primatas.

A mão e o pé do chimpanzé são órgãos tão antigos na sua evolução como a mão ou o pé humanos. Não há qualquer razão para os considerarmos como testemunhos de um destino infra-humano. O curso do desenvolvimento das espécies humanas é muitas vezes

O império da técnica está já fora de alcance, muito para lá de nós, *Homo sapiens*.

figurado por uma série de criaturas dispostas em fila. Inicialmente quadrúpede, torna-se, no ponto de chegada, *Homo erectus*. A reconstituição do corpo dos primeiros Primatas é, por enquanto, em grande parte conjectural, de modo que ainda não sabemos que primata é o homem. Possuímos vestígios pouco numerosos e parciais do seu pé e da sua mão, mas não há dúvida de que a genealogia do homem é, na sua forma bípede erguida, uma cadeia única paralela à dos antropóides, mas distinta e caracterizada primordialmente pelo seu pé. Os antropóides constituem uma diversificação particular e têm uma evolução que os fará primordialmente arborícolas. O seu pé sofre transformações sensíveis para chegar a qualquer coisa que já quase não é, para falar com propriedade, um pé. Não é fácil retraçar o esquema evolutivo do pé destes primatas. O conjunto dos Primatas, incluindo o homem, dispõe de três atitudes mais ou menos aplicadas no decurso da sua existência: a posição quadrúpede, a posição sentada e a posição em pé. Todos praticam estas três atitudes em proporções que variam de uma espécie para outra, e o homem é, entre todos os casos, o testemunho principal da adaptação ao andar sobre os dois pés. O contributo considerável que tal situação representa torna-o senhor dos primeiros utensílios. Estes são significativos porque representam, no tempo e no espaço, o elemento capital da investigação tecnológica.

Desde há alguns anos, tem-se assistido a um grande esforço visando a reconstituição das técnicas, e a experiência provou que era possível reencontrarem-se traços do contexto que cercava o objecto de estudo. Poder caracterizar os utensílios simplesmente como uma coçadeira, um buril, um machado, pode parecer suficiente para classificar o objecto numa vitrina de museu, mas trata-se apenas de uma parcela daquilo de que o objecto poderá dar-nos testemunho: observações de fabricação da própria coçadeira, proveniência dos materiais silicosos, traços microscópicos deixados pelo uso do objecto, etc.

Mas para que poderá tudo isto realmente servir? Nós, os homens, desenvolvemos ao longo de três milhões de anos um dispositivo prodigiosamente eficaz cujo desfecho final assinala a extinção de tudo o que de entre os seres vivos resistiu até aos tempos actuais. Foi assim que desapareceram tanto os grandes animais das cavernas, os ursos, os leões, como os mamutes, os rinocerontes, os cavalos selvagens ou os bisontes. Enfim, tudo o que ultrapassava o quadro estreito dos interesses da humanidade está em vias de tornar-se um dispositivo de produção limitado a espécies seleccionadas de modo a se conseguirem indivíduos de volume e temperamento «domesticáveis». O jogo dos diferentes valores deu origem a uma

ordem social arcaica e que parece nada ter obtido daquilo que os conhecimentos relativos ao passado poderia ter-lhe ensinado.

Como vive o homem de hoje a sua relação com o tempo? A era actual justifica um comportamento suficientemente coerente para sintetizar o facto contraditório de um raciocínio a curto prazo contra o qual já nada há a fazer e a extremamente fraca consciência que o homem tem da perda que representam, no seu espírito como na sua carne, as virtudes do mundo em vias de afundar-se.

O império da técnica está já fora de alcance, muito para lá de nós, *Homo sapiens*. Destruir para além das necessidades ainda que exageradas, conceber as acções técnicas com uma lucidez que não esclarece as exigências de economia e de gestão mais razoáveis, pregar o interesse vital da preservação da natureza e assassinar o Mediterrâneo, todos estes actos que os Estados e os homens que os povoam consideram com um fatalismo quase total, tendem a conduzir, desde há dois milhões de anos, da predação à exaustão. Estudar minuciosamente os antepassados do *Homo sapiens* justifica amplamente o tempo que se ganha a compreendê-los.

André Leroi-Gourhan

Este texto alude a numerosos temas do *Symposium*: a cultura material do utensílio, a técnica e a máquina (IV parte); a simbólica figurativa, que, num único e mesmo gesto, instaura o advento do saber intelectual e inscreve-o originariamente num saber fazer (I-III partes); a ordem doméstica, que se encontra na origem do nexos social (V parte) e do poder (VI parte) e está igualmente em íntima relação com os primórdios da arte (II parte). É de vários modos que André Leroi-Gourhan questiona o homem (I parte): «para que poderá realmente servir» o nosso saber, se ele parece incapaz de deter os holocaustos já quase visíveis no horizonte? A nossa ordem social será «arcaica», desfasada em relação às ciências? Não terá realmente obtido nada «daquilo que os conhecimentos poderiam ter-lhe ensinado»?

O procedimento adoptado neste «post-scriptum» já ficou esboçado atrás: cada problemática aparecerá como condensada num tema nodal (lembramos que se trata de um procedimento heurístico, sem ter a veleidade de «deduzir» dos temas as problemáticas correspondentes). A abordagem será agora interna e não «entre-expressiva».

Além disso, já o indicámos também, as análises serão conduzidas sob o signo das oposições conceptuais assinaladas. Definem o campo de opções próprio de cada problemática (I-IV); tratar-se-á de explorar as implicações contraditórias, as oposições específicas, os desenvolvimentos em alternativa, as tensões que trabalham a problemática expressa pelo motivo. A análise já não é abstracta; as aporias que vamos encontrar constituiram-se historicamente e animam o nosso presente: tentaremos detectar o estado e a dinâmica das questões.

## I Parte. O homem em questão: o mesmo e o outro

### a) A comunicação

A comunicação é o tema desta parte, que, dividida por *mesmo/outro*, se desdobra na temática do «comunicável» e do «incomunicável».

No artigo que lhe consagra (cf. A COMUNICAÇÃO), Pierre Schaeffer evoca a origem do tema segundo Benveniste: indica uma reciprocidade de prestações; a comunicação encontra-se ligada a uma troca. Fenomenologicamente, poderemos acrescentar, seguindo I. A. Richards, que a comunicação representa o efeito de uma acção de alguém sobre outro alguém, no sentido em que uma experiência mental do primeiro é reproduzida pelo segundo e é causa de uma outra experiência neste último. A comunicação é acompanhada da simulação de uma experiência de outrem e constitui assim um factor de homogeneização, seja qual for o seu eventual conteúdo em cada caso. Esta homogeneização duplicar-se-á se incidir também sobre conteúdos, quer dizer, sobre um projecto de cultura podendo levar a um consenso social. O mesmo terá então absorvido o outro.

Encarada deste modo, a comunicação, de condição de possibilidade da sociabilidade, converter-se-ia num instrumento positivo da criação de representações e de crenças comuns, capazes de fundar arranjos sociais.

Reproduzir a experiência mental do outro é traduzi-la. Mas sob que condições se poderá pretender aceder a tal experiência? Este problema clássico encontra-se no coração da não-comunicabilidade das mónadas leibnizianas como das dúvidas dos empiristas sobre a existência de *other minds*, bem como da constituição de um mundo público e único através da integral dos pontos de vista individuais (Russell, Husserl). A dificuldade torna-se ainda maior quando ultrapassa as subjectividades, pondo em jogo diferenças mais radicais: entre o homem e o animal (cf. ANIMALIDADE E HUMANIDADE), entre a saúde e a doença (cf. A VELHICE). Mas já no plano mais imediato

da comunicação, que condiciona todos os outros, o da linguagem, se colocam os problemas da tradução. Na tradução, é o mesmo ou outra coisa que se transmite? Até que ponto é a significação comunicável? A questão permanece em aberto, entre as duas grandes teses em presença: a «indeterminação» relativa da tradução (cf., por exemplo, W. V. Quine, *Le Mot et la Chose [Word and Object]*, M. I. T. Press, 1960], trad. fr. P. Gochet, Flammarion, Paris, 1978 (cf. II parte) e a identidade de raiz da significação (cf. G. Frege, «Sentido e denotação» [«Über Sinn und Bedeutung», 1892], in *Écrits logiques et philosophiques*, trad. fr. C. Imbert, Seuil, Paris, 1971).

Trata-se de uma questão que se coloca, sabemo-lo, relativamente à semântica (e até no interior de uma única língua (cf. L. Wittgenstein, *Investigations philosophiques [Philosophische Untersuchungen]*, trad. P. Klossowski, Gallimard, Paris, 1961), à morfologia e à sintaxe (tese Sapir-Whorf *versus* Chomsky ou Katz). E a existência, no plano pragmático, de dispositivos linguísticos garantindo de maneira apodítica a comunicação intersubjectiva (por exemplo, os pronomes pessoais) não assegura evidentemente em nada o bem-fundado da tradução.

De acordo com um outro questionamento, de raiz mais filosófica do que linguística ou antropológica, haverá, escreve Heidegger, que distinguir entre uma «carta de negócios», que é traduzível, e o «poema», que o não é, ou, mais profundamente, entre, por um lado, «a interpretação do pensamento, que é obra da logística e cujo espírito é o mesmo que o da técnica [que] já pôs a funcionar máquinas de traduzir», de acordo com o espírito da *lingua rationalis* leibniziana (um «cálculo»), e, por outro lado, a «tradução essencial», que nunca está de antemão garantida e que «não é somente uma interpretação, mas também uma tradição» (M. Heidegger, *Le Principe de Raison [Der Satz vom Grund]*, trad. A. Préau, Gallimard, Paris, 1962, pp. 213-220). O «sentido objectivo» dos textos dá-se a ver contra o pano de fundo de uma «pré-compreensão» que se transforma historicamente

(H. Gadamer, *Vérité et Méthode* [*Wahreit und Methode*, 2.<sup>a</sup> ed., 1965], trad. fr. Seuil, Paris, 1976). O pensamento hermenêutico põe em dúvida a possibilidade de uma comunicação descontextualizada — cada texto surge envolvido por um contexto histórico, uma cadeia de palavras vivas — e inteiramente explícita: as tradições são formadas por pré-conceitos que determinam a verdadeira realidade histórica do ser do homem (H. Gadamer, *ibid.*, p. 261).

Por consequência, o trabalho de tradução representa uma tarefa infinita de interpretação, no seio de uma *mesma* tradição — revelando-se ainda mais problemática a passagem a uma *outra* tradição (cf. FILOLOGIA E FILOSOFIA).

#### b) *Ciência do homem e universalidade da experiência*

A esta luz, os problemas da tradução são linguísticos, na medida em que a língua veicula uma experiência histórica, constituindo assim a reprodutibilidade da experiência aquilo que mais profundamente está em jogo na «tradução». A descrição fenomenológica, aparentemente pacífica, da comunicação (cf. supra) poderia revelar-se um logro: como saber se é a mesma experiência mental que o outro simula?

Compreendida assim, a tradução surge no coração de todo o saber acerca do homem, quer se trate da filosofia ou das ciências humanas (e reencontraremos também o problema em epistemologia a propósito da «comensurabilidade» das teorias científicas, cf. III parte). No que se refere à filosofia, teríamos que nos interrogar sobre as tradições e os «estilos» do pensamento. Apesar de todos os contactos, encontros e trocas de informação, é, com efeito, notável que as tradições filosóficas permaneçam relativamente estanques umas em relação às outras. Os problemas da filosofia inglesa e americana («pré-hegeliana», se assim podemos dizer, quer se trate de conhecimento ou de

ética) não são os da filosofia francesa (onde o pensamento continua a ser «historicista», seja a sua inspiração nietzschiana, heideggeriana ou marxista); por sua vez, este historicismo não se confunde com o pensamento alemão da história, que mantém viva a problemática dos «interesses da razão» e para o qual a história continua a ser uma questão de decisão metafísica. E para além destes, é preciso ainda não esquecer o Oriente. Haveria, pois, uma polissemia, ou um polimorfismo, da verdade?

Pelo seu lado, as ciências humanas vêem-se *volens nolens* obrigadas a pressupor o princípio de uma identidade da experiência, que seria a condição da objectividade do saber (cf. A CIÊNCIA APESAR DE TUDO). Na sequência do divórcio moderno entre a ciência e a filosofia (cf. III Parte), e uma vez verificada a incapacidade da filosofia «especulativa» para resolver as célebres interrogações de Kant — que posso eu conhecer? que devo fazer? que me é permitido esperar? —, foram as ciências humanas que se atribuíram como tarefa responder-lhes, de acordo, aliás, com o próprio Kant, o qual, como se sabe, referia já as três questões a uma quarta: *o que é o homem?* (*Lógica*, «Introdução», A 26). O projecto global das ciências humanas consistirá tanto em resolver directamente os problemas filosóficos (por exemplo, transformando a problemática metafísica da vontade e da liberdade numa teoria científica da tomada de decisões), como em reduzi-los, reconduzindo-os a outras instâncias explicativas (colhidas sobretudo na psicanálise e na antropologia).

Tanto num como outro caso, constroem-se metodologias canónicas — se possível, formais — que serão aplicadas de modo mais ou menos uniforme. Ora, é isto mesmo que, no fundo, apesar de todos os cambiantes e posições medianas, as metodologias de inspiração hermenêutica tendem a contestar. A «compreensão» — do interior de uma mesma tradição do sentido, única e insubstituível — seria a única garantia — graças aos seus próprios limites, à sua particularidade — da captação das motivações essenciais dos comportamentos, dos



enunciados, dos actos, das decisões. E a reprodutibilidade dos comportamentos revelar-se-ia antes um índice da sua insignificância. Por outras palavras, reencontramos, no interior das ciências do homem, o divórcio entre ciência e filosofia, entre explicação e compreensão, entre formalização e interpretação.

Tais oposições são, de resto, susceptíveis de se deslocarem e de se manifestarem menos directamente: testemunha-o o conflito, que não deixou ainda de cindir a psiquiatria e a psicanálise, entre a audição de um discurso próprio, único, com ou sem um «efeito» paralelo de cura, e a finalidade terapêutica que invoca comportamentos «normais», repousa em regularidades clínicas e visa exclusivamente a «cura».

Tais problemas permanecem em aberto, pois não poderíamos pretender que (na esteira das ciências físicas) a evolução se fizesse apenas na direcção da cientificidade e da formalização. Assistimos a deslocamentos de equilíbrio muitas vezes pendulares e, nas ciências da linguagem como na antropologia, a abordagem pragmática e hermenêutica goza actualmente de uma renovada aceitação, em detrimento da racionalidade «estrutural» que foi dominante durante os últimos decénios.

Interrogámos a antropóloga Françoise Héritier-Augé, professora no Collège de France, acerca da identidade da experiência e da «natureza humana» frente à multiplicidade dos arranjos cognitivos. Na resposta, que a seguir transcrevemos, distingue-se:

#### **A universalidade do simbólico e a singularidade das significações**

Não é seguro que a antropologia social tenha sempre negado a existência de uma natureza humana. O próprio relativismo cultural, na antropologia social ou no espírito dos seus predecessores, nunca implicou por si mesmo a negação de uma natureza humana. Isto é verdade para um autor como Montaigne, que na descoberta de uma outra humanidade na América se fascinava, antes de mais, com o exemplo de diferentes realizações de uma natureza humana postulada como idêntica em todos os lugares; daí, a possibilidade de comparações, de juízos e de lições, quando ele sustenta que, entre os Tupinamba e os Europeus do Renascimento, os mais canibais e pelo menos os mais cruéis não são os que o etnocentrismo (termo que Montaigne não empregava, bem entendido) poderia fazer crer.

Mas isto é verdade também para antropólogos de profissão, considerados justamente os representantes mais notáveis do culturalismo e do relativismo. Assim, Ruth Benedict fazia derivar a pluralidade, num sentido irredutível, das culturas (pelo menos sob a forma de uma oposição entre Dionísio e Apolo) da escolha que estas tinham feito entre traços psicológicos constituindo o fundo comum da humanidade. Haveria, sem dúvida, muito a dizer acerca da personalização ou da singularização das culturas a que o culturismo americano procede, mas sem nos esquecermos, no entanto, de que a referência a uma natureza humana é indispensável à sua coerência intelectual.

A corrente etnopsiquiátrica — que se opôs violentamente à teoria culturalista: para Geza Roheim, a cultura é, sem dúvida, condicionante, mas também condicionada — afirma incontestavelmente a problemática do universal e do particular. As invariantes do psiquismo humano, para Roheim, não se devem procurar do lado de um capital simbólico que se transmitiria de geração em geração (suspeita, portanto, que Freud e Jung admitam que a significação dos símbolos — por exemplo, a assimilação de todo o objecto pontagudo a um pénis — seja uma questão de transmissão hereditária), mas decorrem antes de uma capacidade para simbolizar através da qual se define o psiquismo.

Quando Claude Lévi-Strauss se refere explicitamente à linguística, é porque descobre nela a possibilidade de um método objectivo para pôr em evidência a lógica de sistemas de transformação cujas imposições e graus de liberdade remetem, na sua opinião, para a própria organização cerebral. Mas quando postulava, na sua «Introdução à Obra de Marcel Mauss», o aparecimento simultâneo da linguagem e de uma exigência de sentido (era necessário que o mundo significasse, antes mesmo de ser possível saber o que significava) como única exigência capaz de dar origem ao pensamento simbólico, não fazia mais do que juntar-se de modo particularmente esclarecedor a todo o esforço comum do pensamento antropológico no sentido de compreender ao mesmo tempo a universalidade do simbólico e a singularidade das significações.

Tudo isto para lembrar, ainda que sucintamente, que a história da antropologia social é mais a de um refinamento que a de uma subversão da ideia de «natureza» humana. Empreendimento, de resto, bastante concludente para que tal ideia possa continuar a ser concebida como o ponto de chegada de uma reflexão e não como seu ponto de partida. Deste ponto de vista, toda a antropologia filológica só poderá existir em estado de construção permanente. Seria, além disso, inconcebível que ela fizesse abstracção da dimensão simbólica, ou, se se preferir, relacional, que a etnologia e a psicanálise põem em evidência: aquilo que as investigações mais recentes ou, em todo o caso e na minha opinião, mais interessantes nos mostram da actual antropologia são as implicações plurais de todos os «sistemas de pensamento». Ancoradas na realidade manifesta do corpo, as antropologias locais, sejam africanas, ameríndias ou da Oceânia, pensam indissociavelmente o mesmo e o outro, o corpo nos seus diferentes prolongamentos, a doença nas suas múltiplas causas, a palavra nos seus diferentes efeitos. Poderíamos concluir, como o Aristófanes do *Banquete*, que são necessários pelo menos dois seres humanos e em relação um com o outro para que haja natureza humana. E a antropologia, por seu lado, tanto pelo que lhe ensinam

A história que julgasse explicar-se a si própria, abstraindo dos efeitos de sentido dotados de alcance universal, seria cega.

os sistemas que ela estuda (não há identidade a não ser relacional) como pelas recorrências provocantes do «material etnográfico» — ao tratar do corpo, do nascimento, da morte, da doença, da hereditariedade, da troca dos bens e das pessoas, da organização do poder... —, tenderia a provar que, se há natureza humana, ela não pode conceber-se independentemente da sua dimensão social, por um lado, nem do conjunto das elaborações singulares e certamente irredutíveis, mas estranhamente próximas umas das outras e como que familiares, nas diversas culturas, por outro lado.

Na antropologia de hoje, nomeadamente sob a influência da filosofia analítica inglesa e talvez também de uma certa ideologia da comunicação, o relativismo está longe de se encontrar fora de moda; a crítica formal de uma etnografia que nem sempre teve os escrúpulos ou os meios da sua ambição antropológica atinge o seu pleno: neste domínio, mais ainda do que noutros, a tradução seria uma incontestável traição. Dan Sperber, fazendo o ponto da questão, põe aparentemente as suas esperanças ou as de toda a antropologia social nos progressos de uma psicologia da aprendizagem que obteve sucessos, limitados mas seguros, na evidenciação de invariantes. Pela minha parte, confesso que sou menos rigorosa no tratamento do material etnográfico e mais sensível do que ele às evocações que suscita, de um para outro sistema simbólico, a sua referência comum às componentes, aos estados e às qualidades do corpo, nossa matéria-prima comum.

Igualmente, a referência à história, talvez na sequência de um marxismo demasiado ambicioso no terreno antropológico e das acusações do ocidentalocentrismo que lhe foram endereçadas, é por vezes utilizada num sentido relativista, como se a respeito das sociedades que temos diante dos olhos só a história de que procedem nos pudesse dizer alguma coisa. Estamos aqui perante um mal-entendido, que não é novo e que seria fastidioso explicitar. Um livro como os *Fanáticos do Apocalipse*, de Norman Cohn, que acaba de ser reeditado, lembra-nos, parece-me, a necessidade de tomar em consideração, se quisermos apreciar de facto a «novidade» de todo o acontecimento histórico, os efeitos de sentido que lhe dão um carácter apesar de tudo familiar, um ar de *déjà vu*. A antropologia que pretendesse explicar totalmente as sociedades concretas pelo que analisa na sincronia relativa ou a um certo nível de abstracção dos procedimentos rituais ou das lógicas sociais seria por certo ilusória e iludida. Mas a história que julgasse explicar-se a si própria, abstraindo dos efeitos de sentido dotados de alcance universal, seria cega.

Françoise Héritier-Augé

c) *A comunicação como projecto cultural*

O mesmo, o traduzível, o universal — o outro, o singular, a comunicação restrita, as alteridades incontornáveis: por vezes sem se dar conta, as grandes orientações da investigação sobre o homem reproduzem as próprias polaridades da experiência. Aparentemente um dado simples e evidente por si, a comunicação acaba por se revelar intrinsecamente problemática. (Voltaremos à tradução a propósito das «transferências» das tecnologias e dos saber-fazer, cf. IV parte).

Dito isto, a multiplicação dos contactos parece ter-se tornado a lei de um planeta que o Ocidente arrastou no seu próprio turbilhão: quer se trate das telecomunicações, do desporto, da cultura, da interdependência das nações sob qualquer aspecto, do ecumenismo religioso e até da glorificação dos conflitos — não podemos esquecer também os esforços em vista de um saber «unificado», nem a interdisciplinaridade (cf. III parte), nem o mito regulador da *Gesamtkunstwerk*, nem as pontes através das quais se tenta ligar a arte e a ciência (cf. II parte — um princípio de reprodução alargada está subjacente ao regime da comunicação)... O nosso tempo teria instituído a *Offentlichkeit* — esse espaço público que Kant e a filosofia das luzes invocavam para ultrapassar a estreiteza dos pontos de vista individuais — com uma intensidade tal que, os efeitos perversos vindo a predominar, a quantidade das mensagens pode tornar-se ruído. (Estará o receio de Leibniz relativamente aos materiais impressos em risco de se concretizar? «Esta horrível massa de livros — escrevia ele — que continua sempre a aumentar poderia contribuir grandemente para isso, uma vez que a desordem acabará por ser quase insuperável; a multiplicidade dos autores, que em pouco tempo se tornará infinita, expô-los-á igualmente a todos ao perigo de um esquecimento geral...», *Die philosophischen Schriften*, ed. C. I. Gerhardt, t. VII, p. 160).

Na realidade, o projecto de uma cultura fundada na transparência da comunicação reveste-se

de formas diferentes, ou mesmo antitéticas (cf. V parte). Examinaremos agora os alicerces «antropológicos» desta última; uma sua formulação acabada encontra-se na teoria da comunicação de Jürgen Habermas (que está também na base de uma teoria do conhecimento, cf. III parte). Enunciando os *a priori* da comunicação, esta teoria faz ressaltar ao mesmo tempo o seu alcance e os seus limites.

A linguagem contém «universais constitutivos de diálogo» (pronomes, deícticos, performativos, verbos intencionais) e a sua simples utilização por sujeitos capazes de se compreenderem — quer dizer, possuindo uma «competência comunicativa», noção utilizada por etnólogos como G. Cole — «estabelece, escreve Habermas, a forma da intersubjectividade» (in «On Systematically Distorted Communication», *Inquiry*, vol. XIII, 1970, p. 360-375). Por intermédio da linguagem, a comunicação representaria o estado originário de um homem cuja natureza é encontrar-se em sociedade. Mas tal facto empírico tem também um valor de direito; a partir dos conceitos de performativo e de força elocucionária dos enunciados, importados de J. Austin, e da teoria dos actos de fala de J. Searle, Habermas estabelece, simultaneamente, que todo o acto de fala, independentemente da sua força (que não é a mesma numa declaração, numa ordem, numa prece), engendra relações intersubjectivas. Os actos de fala traduzem «compromissos», são uma «oferta» do locutor ao destinatário.

Deste modo, o *telos* dos actos de comunicação não reside apenas na compreensão (*Verständigung*), mas num pacto (*Einverständnis*) que se acompanha ainda de um conhecimento partilhado e de confiança recíproca (cf. J. Habermas, *Was heisst Universalpragmatik?*», in K. O. Apel dir. *Sprachgrammatik und Philosophie*, Francoforte, 1976, p. 332-342; veremos mais à frente (III parte) em que medida um consenso poderá aspirar à verdade).

No entanto, encaremo-la nós do ponto de vista da confiança ou do conhecimento, a comunicação empírica está longe de satisfazer tais exigências, e

Habermas vê-se forçado a apelar para uma «situação ideal de fala» como modelo das ocorrências empíricas. Nessa situação ideal, seria permitido aspirar a um consenso «racionalmente motivado», por efeito apenas do «melhor argumento», sem que alguma opacidade intervenha para além da «coacção não coactiva» da boa prova dos argumentos (J. Habermas, «Vorbereitende Bemerkungen zu einer Theorie der kommunikativen Kompetenz», in J. Habermas e N. Luhmann, *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*, Surkamp, Francoforte, 1971).

Sem dúvida, a situação ideal não se dá na comunicação de facto, mas nem por isso está menos subjacente (*unterstellt*) a todo o discurso, incluindo a mentira (que, por definição, remete para a ideia de verdade), o que quer dizer que ela se encontra virtualmente implicada, antecipada, em todo o acto de fala. Em linguagem kantiana, dir-se-ia que a «dialéctica» anima já a «analítica»; e, com efeito, Habermas regressa a uma ética kantiana, com a diferença, todavia, de que o princípio supremo reside aqui no diálogo generalizado. Submetendo aos outros a máxima que me parece a melhor, testaremos juntos a sua validade e sabermos em princípio chegar a decisões práticas racionalmente fundadas (cf. ANTES DA LEI MORAL: A ÉTICA). É deste modo que a comunicação linguística se desdobra numa ética e inspira um projecto de civilização.

Contra tais teses, poderia formular-se uma objecção, já clássica, relativamente às argumentações transcendentais. Estas desenham situações não realizadas que se supõe, no entanto, fornecer uma «garantia» (J. Habermas, «Wahrheitstheorien», in *Wirklichkeit und Reflexion: Walter Schulz zum 60. Geburtstag*, Pfulhingen Noske, 1973, pp. 211-265) do empírico: para remediar a situação, seremos então levados a projectar («antecipar») o ideal sobre o real, estipulando que este é sustentado por aquele. Mas trata-se de uma afirmação dogmática, de uma petição de princípio. Continuando a seguir Kant, diríamos que equivale a transformar o regulador e o «reflexivo» em constitutivo e «deter-



minante». Afinal de contas, semelhante teoria pareceria, antes, estabelecer a *contrario* a impossibilidade de preencher as condições obrigatórias de um acto de comunicação. A posição (necessária) de uma situação ideal de fala não faria mais do que sublinhar a distância infranqueável que a separa das práticas efectivas; e os malogros, as falhas da comunicação, não surgiriam como viscosidades secundárias, mas como constrangimentos insuperáveis.

A *experiência do incomunicável*, que evocámos a propósito do animal, da velhice, da doença, que é suscitada também pela existência de outras culturas e que o sofrimento leva ao extremo (cf. O PENSAMENTO DA TORTURA), apresentaria então um alcance pelo menos igual ao da comunicação; e, a esta luz, a religião e o sagrado

(cf. O REGRESSO DO RELIGIOSO?) expressariam uma tentativa de transmutação do incomunicável em cultura. Evocar-se-á a propósito da II parte a posição particular do «juízo de gosto» a este respeito.

d) *O que está em jogo: o formal e o material*

Encontrámos alteridades que são irredutíveis, não obstante o que aparece como capaz de as relativizar (por exemplo, a etologia no que se refere ao comportamento humano e animal), bem como zonas opacas na experiência que marcam os limites da ciência do objecto «homem». Do mesmo modo, a comunicação deveria fundar-se numa transparência inalcançável, e serão assim denunciadas sem dificuldade as ilusórias aparências da comunicação em vários contextos (cf. A COMUNICAÇÃO).

Todavia, seja qual for o estatuto ontológico da comunicação, estando nós na civilização do contacto múltiplo, talvez a busca de «acordos» nunca tenha sido tão imperiosa. Que tipo de ética a poderia escorar? Poderemos conceber uma moral relativamente independente dos consensos e uma virtude que se aplicaria exclusivamente a garantir as condições técnicas do diálogo?

Esta questão evoca, bem entendido, a crítica que Max Scheler fez da ética puramente «formal» e, por conseguinte, insuficiente, em nome de uma «ética material dos valores». Mas encontra-se também no centro da ética da comunicação de J. Habermas, o qual procura, todavia, ultrapassar a alternativa em questão. A norma moral exprime um consenso e possui um conteúdo material; mas todo o acordo, já o indicámos, se forma na sequência de um debate racional, num contexto de liberdade perfeita. Por um lado, o material enxerta-se, pois, no formal; mas, por outro lado, não se confunde com este, não representando a ética do diálogo mais do que um preliminar de acordos quanto ao fundo (os conteúdos da moralidade e da sociabilidade). Na linguagem de Habermas, a compreensão é somente o primeiro passo para o acordo.

Na realidade, talvez não descobrissemos uma fórmula de substituição da ética do consenso numa vontade geral obtida graças a uma situação irrealizável de liberdade, mas sim numa atitude que faça da busca das condições da liberdade o único objecto da «vontade geral» — sendo então o diálogo livre o conteúdo material da ética da comunicação. Voltaremos ao tema na VI parte.

O que está em jogo é o seguinte: poderá uma ética da comunicação dispensar representações e crenças comuns? Em tais condições, não se verá votada à deriva da anomia, do desenraizamento, do desencantamento, da derrelicção, tal como Durkheim, Marx, Weber, Heidegger a descreveram? A democracia poderá contentar-se com não ser mais do que uma regra de jogo, um método de controvérsia, no interior de uma sociedade por essência dividida (cf. V parte)? O «acordo» incidiria então sobre a exigência de uma *mesma* posição de cada um relativamente à posição do *outro*; e a regra da abstenção («não prejudicar») não teria o conteúdo simplesmente negativo que Marx criticou na Declaração dos Direitos do Homem (cf. OS FUNDAMENTOS DOS DIREITOS DO HOMEM).

Trata-se de um antigo debate, resumido aqui nas suas cores mais cruas. Trata-se também de um debate cada vez mais actual, porque as éticas materiais da comunicação se acham por seu lado constantemente rondadas pelo totalitarismo. A experiência contemporânea do inumano radical — incomunicável a ponto de já não se deixar dizer pela «teoria», mas apenas pelo testemunho (cf. A LITERATURA, TESTEMUNHO DO INUMANO) — aí está, diante de nós, para o lembrar. Talvez mesmo a catástrofe tenha ocorrido já — ou nunca mais tenha deixado de ocorrer, uma vez criado o primeiro campo e construída a primeira arma nuclear.

## II Parte. Criação e cultura: o antigo e o novo

### a) *Invenção e inovação: modulações*

O título da II parte enuncia a tensão entre, por um lado, a criação, a invenção, a novidade, e, por



outro lado, uma cultura compreendida como o conjunto inevitavelmente prévio das obras e das instituições; é um debate entre o antigo e o novo. Neste sentido, a cultura é o horizonte de toda a criação individual que ela contém no seu seio. Porém a mesma cultura deixa-se atravessar pela novidade.

Esta tensão articula a passagem da invenção à inovação, quer dizer, a aceitação da novidade por uma cultura. As «resistências» ou, pelo contrário, a receptividade à inovação representam barreiras ou vias sociais de desbravamento relativamente à invenção. A inovação é a invenção que logrou impor-se (cf. INVENÇÃO E INOVAÇÃO).

Os temas da invenção e da inovação são o «tema» deste capítulo. Entre a invenção individual e a inovação social coloca-se a própria obra, de maneira que o jogo da criação e da sociedade compreende três protagonistas: o *sujeito*, a *obra*, a *cultura*. Cada um deles remete para outras oposições.

Em primeiro lugar, a criação individual (o sujeito) distingue-se da cultura, do mesmo modo que a singularidade de cada obra depara com o carácter público da cultura e que, para poder realizar-se numa obra, a intenção do sujeito — a actividade criadora — deve respeitar as imposições formais de que a própria existência das obras depende. A este tipo de oposições e de desfazamentos acrescentam-se conflitos mais ou menos estruturais que informam e accionam as problemáticas do sujeito, da obra e da cultura. Todos se ordenam segundo a oposição do novo e do antigo.

Tais conflitos têm sido descritos de diversas maneiras e, em parte, cruzam-se entre si; por exemplo, sob a designação de mimesis cultural, reencontraremos na obra aspectos inicialmente evidenciados no que se refere à invenção. Mais genericamente ainda os temas em jogo na transmissão cultural cruzam-se com os relativos à comunicação (I parte, «tradução», «tradição»), ao conhecimento (IV parte, disciplinas e ensino), ao nexos social (V parte). No limite, pode-se dizer que o sujeito, a obra e a cultura são atravessados

por uma contradição maior: para o primeiro, uma contradição entre o involuntário e o voluntário na criação; para a segunda, entre o próprio e o comum, no sentido que indicaremos; para a terceira, entre a vanguarda e a tradição.

Assim, em matéria de invenção individual, a transição que vai do criador ao discípulo e ao epígono, nas artes e na literatura como na ciência e em filosofia, exprime um decréscimo progressivo de espontaneidade e de involuntário. No que se refere à obra, tem sido possível opor a obra em elaboração à obra já feita, a *performance* à própria obra (enquanto *monumentum*), a singularidade ou *aura* de cada obra à sua reprodutibilidade em série. E a contradição entre a vanguarda e a tradição não é mais do que a figura limite e o «absolutamente moderno» do esmagamento do antigo pelo novo, quando a produção contínua do inédito se torna norma cultural e se pretende abolir a distância entre a invenção e a inovação, entre a criação e a transmissão, entre o «trabalho» e a «troca», entre o *atelier* e o museu ou a escola... Nestes pares de oposições, o primeiro termo designa sempre a invenção individual e o novo; o segundo indica o outro da invenção: os seus objectos, os seus limites a sua relação com a colecção das obras disponíveis em cada momento, a sua transmissão. Em esferas diversas, estas duas constelações de determinações actuam no mesmo sentido. O que pode ser representado pelo seguinte circuito, que examinaremos depois:



b) *O sujeito: voluntário e involuntário*

Sob diferentes perspectivas, os problemas específicos da invenção são tratados em vários artigos, nomeadamente em SOBRE O PROBLEMA DA INOVAÇÃO, INVENÇÃO E INOVAÇÃO, PARA UMA ABORDAGEM «POIÉTICA» DA CRIAÇÃO, OS FUNDAMENTOS DA CRIAÇÃO LITERÁRIA, O IMAGINÁRIO E A ESCRITA, O MITO DO GRANDE LIVRO: FRAGMENTO E TOTALIDADE. Independentemente das abordagens teóricas, as descrições dos procedimentos criativos convergem. Nas artes, como nas ciências, a criação representa o desfecho de operações conscientes e bem assim de um trabalho subterrâneo de «incubação»; é um misto de experimentação regrada, de tentativas e erros, de inspiração. Tentemos abordá-la mais de perto.

Nos nossos dias, a antiga psicologia da imaginação deu lugar a um outro posicionamento da questão, já não centrada apenas no sujeito, mas na sua relação com os objectos do inquérito. Aquilo que é específico da criatividade será procurado na natureza das tarefas a resolver: embora nem toda a solução de um problema seja criadora, cada acto criador constitui a resposta a um problema. Encaminhámo-nos assim para uma teoria da solução de problemas (*problem solving*), para a qual concorrem numerosas disciplinas, que vão da biologia à teoria da informação.

Ora, se este deslocamento metodológico por certo não desvendou a «estrutura profunda» dos mecanismos da invenção, contudo, apresenta já resultados importantes, nomeadamente ao pôr em evidência similitudes entre matérias tão diversas como a evolução biológica, a inteligência artificial, a inovação conceptual na história da filosofia e nas ciências, a invenção artística e científica. De acordo com esta perspectiva, a invenção surge como uma propriedade do ser vivo ou mesmo de toda a organização; descobrimos que se desenrolam, na vida como na invenção intelectual, operações como a recombinação de elementos de um dado reportório por diferenciação e por agregação,

enxertos, hibridações e lacunas agindo como condições ou motores da invenção, situações do tipo da transição de fase, fenómenos de contágio e de «pregnância», etc. (cf. SOBRE O PROBLEMA DA INOVAÇÃO, INVENÇÃO E INOVAÇÃO, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL; e também: P. G. de Gennes, «Acaso e necessidade nos fenómenos cooperativos», in *Diogenes*, n.º 100, 1977; D. A. Hofstadter, *Gödel, Escher, Bach, an Eternal Golden Braid*, Harvester Press, Hassocks, 1979; I. Prigogine e I. Stengers, *La Nouvelle Alliance*, Gallimard, Paris, 1979; A Koestler, *The Act of Creation*, Hutchinson, Londres, 1964; e, em particular, para a biologia, F. J. Ayala e T. Dobzhansky (dir.), *Studies on the Philosophy of Biology*, Univ. of California Press, 1974, e E. Mayr, *La Biologie et l'évolution*, trad. fr., Hermann, Paris, 1981). Mas teremos de voltar a esta questão.

A abordagem da invenção e da criatividade como actividade de solução de problemas permitiu igualmente pôr em destaque uma fenomenologia das fases de tratamento dos problemas (cf., nomeadamente, H. Simon, *Models of Discovery*, 1977, e *Models of Thought*, 1979, e, para uma visão de conjunto, S. Preiser, *Kreativitätsforschung*, 1977). Os autores estão de acordo em distinguir duas grandes etapas ou, antes, um vaivém incessante, até ao momento em que é encontrada a solução, de dois aspectos do tratamento de problemas: a sua posição (ou definição, representação, identificação, «preparação», etc.) e o trabalho tendo em vista a solução (ou elaboração, análise, realização, etc.). A invenção intervém em cada uma destas actividades: da identificação do próprio problema (*problem finding*) — o problema não estará talvez perfeitamente definido a não ser no momento em que é resolvido — à escolha e ao afinamento dos operadores utilizados, à correcção dos dados iniciais, à busca de complementos de informação, à reformulação dos objectivos em função dos meios disponíveis, às investigações secundárias que temos de fazer.

Ora, em todos estes aspectos, em primeiro lugar, a invenção de uma solução nova pressupõe e de-

pende da existência de um reportório constituído por representações, operadores, estratégias e heurísticas, o que quer dizer que o novo se institui por sobre o pano de fundo do antigo; em segundo lugar, a solução é obtida no termo de processos que são tanto espontâneos como deliberados.

A *variedade* é o fundo onde deve alimentar-se a invenção. É ela que torna possível a ocorrência de *recombinações*, tão decisivas no *pool* genético como na inovação conceptual e artística. Já o atomismo grego o reconhecia: os mundos criam-se e recriam-se graças às novas combinações de átomos; e uma grande quantidade de átomos oferece possibilidades que um pequeno número não apresenta. Do mesmo modo, o pensamento medieval corrobora a ideia de que uma *lex varietatis* é inerente à criação, lei que o princípio leibniziano dos indiscerníveis igualmente consagra. Como diz Paul Klee: «Para o artista, o diálogo com a natureza (por toda uma multiplicidade de caminhos) continua a ser uma condição *sine qua non* [...] Estes caminhos talvez possam aparentar ser muito novos; no fundo, talvez o não sejam. Nova é apenas a sua combinação; ou ainda: são novos apenas por comparação com o número e género de caminhos que ontem se seguiam. Mas ser novo relativamente a ontem é já dar sinal de uma revolução, embora o universo antigo ainda não sinta o abalo. É por isso que a alegria que se experimenta perante a novidade não deve ser atenuada...» (*La Pensée créatrice*, Dessain et Tolra, Paris, 1973, p. 63.)

Os processos de recombinação criadora são selectivos. A invenção não retém senão uma parte das combinações possíveis, e uma das funções principais das heurísticas consiste em reduzir de maneira drástica o número dos caminhos da investigação, fixando trajectos preferenciais. O mesmo acontece com a vida, onde uma selecção sobre os próprios processos selectivos privilegia, na «paisagem epigenética», certas vias de desenvolvimento («creodos», cf. C. H. Waddington, *The Strategy of Genes*, Allen & Unwin, Londres, 1957). As recombinações fazem-se por *decomposição* dos dados preexistentes e pela sua *agregação* em constela-

ções novas. Estas operações são igualmente universais e ordenadas por uma multiplicidade de dispositivos mais ou menos específicos. Mas é impressionante descobrir, na invenção individual, equivalentes dos factores que, segundo E. Mayr, regem a dinâmica da evolução, tais como a *transformação de função* — na base da pré-adaptação relativa de uma estrutura anterior à nova função — e a *intensificação* de uma função. Assim, a transferência de uma estratégia (e a transferência da aprendizagem em geral) de um campo de aplicação para outro representa uma transformação de função; supõe também pré-adaptações prévias; e o uso repetido de um operador aparenta-se, por seu turno, a uma intensificação de função. As duas coisas contribuem directa ou indirectamente (o uso de um operador aperfeiçoa-o) para a invenção de soluções. A história das ciências oferece ainda numerosos exemplos de um terceiro factor da evolução biológica, a ocorrência de subprodutos pleiotrópicos de um genótipo que se transformou, os quais, mais tarde, se revelam detentores de um valor adaptativo (E. Mayr, *Evolution and the Diversity of Life*, 1976), quer dizer, propriedades secundárias ou derivadas de uma novidade que posteriormente serão exploradas. Temos aqui, poderia dizer-se, um aspecto do carácter «sobredeterminado» das boas soluções que encontramos igualmente na operação criativa individual sob a forma de um valor acrescentado em poder de antecipação e de predição: com efeito, um dos atributos de uma boa teoria científica — em nome do qual serão proscritas as soluções *ad hoc* — consiste na sua aptidão para fazer previsões para além do seu domínio de aplicação inicial (K. Popper, *Conjectures and Refutations*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1963); o psicólogo J. S. Bruner [*Beyond the Information Given*, Norton, Nova Iorque, 1973] associa explicitamente criatividade e aumento do poder de predição). Em todas estas situações, o antigo é condição do novo, encontrando-se um princípio de continuidade subjacente às transformações.

«Uma mancha de tinta [...] deste acidente faço uma figura com um desenho em volta. A mancha assume um papel e uma função nesse contexto [...]. O acidente é recuperado, redimido [...]. E é assim que um poeta capta uma aliança de palavras, nela persevera, se obstina, e lhe atribui qualquer valor» (Paul Valéry, «De la simulation», in *Nouvelle Revue Française*, 1927, p. 615). O acaso e a pura contingência podem fornecer uma ocasião de criação, o nascimento ou o encontro com um problema começam por ser acidentais...

O registo do involuntário e do inconsciente actua a todos os níveis do tratamento de um problema. Por exemplo, o recurso às estratégias e às heurísticas é uma consequência de, num problema minimamente difícil, a aplicação automática de um operador experimentado (digamos uma técnica de demonstração matemática) surgir como impossível, e a «criatividade» será então uma componente técnica dos meios de solução. Mas continua a ser uma questão individual, porque a escolha das estratégias nunca é predeterminada.

Por outro lado, estas heurísticas eliminam as redundâncias e as improbabilidades, desbastando o espaço do problema, ou seja, o conjunto das vias que a investigação poderia seguir; seleccionam a informação e antecipam as soluções. As heurísticas são objecto de uma tradição de investigação que remonta à Antiguidade (cf. os *Tópicos*, de Aristóteles, ou as artes da memória). Dela fazem parte as *Regras* cartesianas, as regras de Leibniz e de Bolzano ou a investigação contemporânea sobre as estratégias cognitivas (cf. J. S. Bruner, J. Goodnow e G. Austin, *A Study of Thinking*, Wiley, Nova Iorque, 1956; H. Simon, *Models of Discovery*, 1977, e *Models of Thought*, 1979; M. A. Boden, *Artificial Intelligence and Natural Man*, Harvester Press, Hassocks, 1977). Todavia, também aqui, continuamos bastante ignorantes acerca dos determinismos que estão subjacentes às escolhas das heurísticas e das estratégias. O que é que, num problema, traz a luz de uma solução, o que é que se encontra por trás de um «pressentimento» (*hunch*) e de uma antecipação, qual a

margem do acaso — tudo isso continua muito pouco conhecido. Trata-se sempre de um tratamento da informação — mas deixando-nos, se assim podemos dizer, guiar doravante pela estrutura dos problemas, em vez de desconstruí-los e reconstruí-los. O «faro» é aqui absolutamente capital: Aristóteles assinalava já a necessidade da «vivacidade de espírito» para determinar o termo médio do silogismo, peça central da investigação científica (*Segundos Analíticos*, I, cap. XXXIV), e Descartes consagra as suas *Regras IX e X* a uma «perspicácia» e a uma «sagacidade» que, também elas, não se deixam normalizar.

Do mesmo modo, no que se refere à descoberta, o recurso a termos como «incubação» — a elaboração inconsciente do problema deixado em suspenso depois do trabalho dos operadores e das estratégias intencionais —, «iluminação» ou «inspiração» dão testemunho de uma ignorância de raiz frente à *dinâmica* do processo de descoberta — cuja descrição fenomenológica conduz, aliás, a resultados assaz concordantes. Pós-se igualmente em evidência o papel desempenhado pelos *gestalt switches*, quer dizer, os rearranjos instantâneos e inesperados que dão uma «configuração» diferente às componentes de um conjunto de informação conceptual ou perceptivo (cf. T. S. Kuhn, *The Essential Tension*, Chicago Univ. Press, 1977); e H. Simon (*Models of Discovery*) propôs a hipótese segundo a qual a «iluminação» significaria a passagem, no decurso do tratamento de um problema, de uma memória a curto prazo da informação local relativa aos diferentes elementos do problema para uma memória a longo prazo da informação respeitante à estrutura global do mesmo problema.

Os dispositivos íntimos destas operações estão ainda por elucidar; a imaginação continua a ser uma caixa negra. A sua actividade representa um misto de vontade e de passividade, de cognitivo e não cognitivo; é um jogo canalizado que repousa sobre o classicismo das combinações e das recombinações, bem como sobre o romantismo da inspiração; forma de adaptação do ser vivo, a criativi-

dade é também factor de ruptura — e o génio (noção que talvez seja conveniente reabilitar, cf. PARA UMA ABORDAGEM «POIÉTICA» DA CRIAÇÃO), quer dizer, a criatividade supremamente apropriada, confina com o delírio; a criatividade pode manifestar-se, nas ciências, pela antecipação e a simulação de comportamentos exteriores, objectivos: é vicariante relativamente a estes, ao mesmo tempo que desvenda a sua realidade.

c) *A obra: o próprio e o comum*

O texto de Klee acima citado começa por um «diálogo com a natureza» que reata a problemática tradicional da mimesis. Da imitação grega à ideia kantiana de uma natureza que se mima a si própria através do génio (*Crítica da Faculdade de Julgar*, parágrafo 46), inclusive (em versões mais modernas) na sua complexidade invisível ou na sua turbulência, o que está profundamente em causa na mimesis é o referente da invenção ou, por outras palavras, o estatuto ontológico das obras. Em que medida uma obra desenha um registo que lhe pertence de modo próprio e exclusivo? (Quer dizer, em que medida é a obra o seu próprio referente?) Ou encontrar-se-á ela, pelo contrário, constitutivamente ordenada para outra coisa além de si própria? A autonomia significaria o efeito da novidade da obra em relação ao mundo e às obras, surgindo então a antítese entre inédito e mimesis como uma figura do contraste entre, por um lado, o próprio, o único, o singular, o «específico» e, por outro lado, o comum, a reprodução, o «genérico» (cf. O PATRIMÓNIO).

Encontramos aqui, uma vez mais, a ambiguidade precedente, de uma criação que depende fundamentalmente do antigo. Só o *novum* e o *monstrum* absolutos seriam, com efeito, realmente inéditos; nessa medida, porém, eles não seriam reconhecíveis, porquanto toda a percepção se constrói sobre um fundo de assimilação, no sentido que J. Piaget dá a este último termo... Nesta óptica, a mimesis compreende tanto o «artefactual» como o

natural. Há uma mimesis cultural (que forneceu o motivo da estética de Malraux; cf. O MUSEU: UMA INSTITUIÇÃO EM QUESTÃO), correspondendo as novidades a descontinuidades, no termo de sistemas graduais de «deformação» de um estilo, de uma teoria, de uma técnica. Todo o dizer novo começa por ser uma citação, e a apreciação da novidade traduz-se por problemas de *limiar*; há uma gradação que liga a *rule-governed creativity* à *rule changing creativity* (N. Chomsky, *La Linguistique cartésienne* [*Cartesian Linguistics*, Nova Iorque, 1966] a criação que transforma as próprias regras da produção e modifica os códigos).

A mimesis cultural constitui o primeiro modo da comunicação das obras, e esta — uma «intertextualidade» generalizada a jusante, segundo a flecha do tempo — é o que, na realidade, confere às obras um estatuto de ser específico, sem que seja necessário invocar um mundo das ideias platónico ou popperiano. Paradoxalmente, o meio de quebrar a comunicação consistiria em produzir obras que se consumissem no próprio acto da sua produção (cf. ESTÉTICAS DA REALIZAÇÃO): o sacrifício das obras apagando a mimesis, interromper-se-ia assim definitivamente a transmissão — e a «transparência» de uma prática constantemente renovada levaria a melhor sobre o «prático-inerte» rígido da tradição (cf. J.-P. Sartre, *Critique de la raison dialectique*, Gallimard, Paris, 1960; tal como o desporto, as artes do espectáculo são o terreno de eleição da *performance*, cf. A DANÇA CONTEMPORÂNEA, MITO DA FESTA E CULTURA CARNAVALESCA).

A destruição seria assim como que o modo pelo qual a obra se revela na sua singularidade irreductível. Não se trata aqui de um paradoxo gratuito; designa com precisão a ponta extrema de uma vanguarda que aspirou a uma literatura, a uma pintura ou a uma música puras, contextualizadas exclusivamente em si próprias e sempre novas.

A obra é também uma «pseudo pessoa» (cf. PARA UMA ABORDAGEM «POIÉTICA» DA CRIAÇÃO). Nesta perspectiva, o seu estatuto de ser não lhe advém da novidade, mas da sua natu-



reza de símbolo e de marco de uma cultura. Embora representando a expressão acabada da subjectividade e de um empenhamento incomunicável, e sendo objecto de uma fruição igualmente inefável, as obras instituem também uma paisagem comum e pública, a qual não poderíamos pensar sem elas. Kant sublinhou-o, e não relativamente às criações científicas e filosóficas, mas relativamente ao juízo de gosto, que releva de um *sensus communis*: «O juízo estético mereceria, mais do que o juízo intelectual, ser considerado um sentido que a todos pertence [...], poderia mesmo definir-se o gosto como a faculdade de julgar o que transforma o nosso sentimento numa dada representação *universalmente comunicável*, sem a intervenção de um conceito» (*Crítica da Faculdade de Julgar*, parágr. 40). No juízo de gosto, colocamo-nos de um «ponto de vista geral» que não seria possível determinarmos a não ser colocando-nos do ponto de vista de outrem. O juízo de gosto tem uma vocação convivial; «o interesse empírico do belo» consiste em que ele realiza uma «pulsão no sentido da sociedade» [*Trieb zur Gesellschaft*], no sentido da sociabilidade (*ibid.* parágr. 41).

#### d) *A cultura: vanguarda e tradição*

Pela sua natureza, o espírito da modernidade é de «vanguarda» (para além dos artigos já mencionados, cf. HOLLYWOOD, ANOS 1980: O CHOQUE DO FUTURO; O CINEASTA; NOVAS IMAGENS, NOVO IMAGINÁRIO?; OS FUNDAMENTOS DA CRIAÇÃO LITERÁRIA; O IMAGINÁRIO E A ESCRITA; O MITO DO GRANDE LIVRO: FRAGMENTO E TOTALIDADE; MODERNISMO E PÓS-MODERNISMO; O TEXTO E A CENA; PARA UMA NOVA ALIANÇA; A ENCENAÇÃO OU O JOGO DUPLO; A MÚSICA ACUSMÁTICA OU A ARTE DOS SONS PROJECTADOS). A vanguarda ambiciona posicionar-se como a intensificação, o redobrar da invenção, e contém, portanto, estruturalmente, uma dimensão crítica e destrutiva, con-

dição do seu movimento de superação — em certo sentido, «vanguarda» é um outro nome da reprodução alargada segundo Marx ou da civilização fáustica de Spengler: reclama-se de um princípio activo de transformação (material, técnica, intelectual, social), capaz de levar a melhor sobre as resistências à inovação.

A modernidade instaura uma «tradição do novo» (H. Robinson), a das «estéticas não aristotélicas» (F. Pessoa), que recusam a mimesis e se alimentam de si próprias. Pretendendo estabelecer-se apenas sobre os processos criativos — no limite, procuraria confundir-se com o *acto* da criação, em vez de se perpetuar em *obras* —, a modernidade surge subentendida por um movimento de descontextualização face à experiência natural comum (os *ready made* de Marcel Duchamp são como que o emblema disso), movimento compensado pelo que se deveria chamar uma recontextualização no abstracto. Tal parece ter sido o sentido global da experiência literária e artística desde pelo menos o fim do século XIX. E as ciências prosseguiram um método análogo desde há muito mais tempo (cf. parte III).

Estes desenvolvimentos têm sido avaliados de maneiras muito diversas. Observemos somente que a «grande transformação» (adaptando uma fórmula de Karl Polanyi) não poderia, por essência, completar-se jamais em definitivo. A tradição, a transmissão, o passado são aí orientados para o seu próprio esquecimento, mudando consequentemente o que está em jogo no ensino (cf. O ENSINO DA ARTE, LEITURA E ESCRITA NAS SOCIEDADES); e a «descontextualização» faz com que, cada vez mais, incumba à crítica de arte estabelecer os laços entre a produção e o consumo (cf. A CRÍTICA DE ARTE, O MUSEU: UMA INSTITUIÇÃO EM QUESTÃO).

#### e) *Criação e «criatividade»*

A inovação voluntarista pressupõe uma certa fuga para diante, que, ao mesmo tempo, alimenta.



Instalando-se nela, arrasta-a e arrasta-se sempre para mais longe e precipita — de modo por assim dizer programático — rupturas. As disfunções, a explosão, o aniquilamento acham-se permanentemente no horizonte da modernidade (cf. OS FUNDAMENTOS DA CRIAÇÃO LITERÁRIA; O IMAGINÁRIO E A ESCRITA; O MITO DO GRANDE LIVRO: FRAGMENTO E TOTALIDADE; MODERNISMO E PÓS-MODERNISMO).

Este projecto voluntarista leva a reexaminar a noção de «criatividade», que se acha no centro das preocupações contemporâneas (entre cerca de 120 000 títulos dos *Psychological Abstracts* publicados entre 1927 e 1949, só 86 se referiam ao problema; entre 1969 e 1971, registaram-se quase 4 000; cf. J. P. Guilford, «Creativity», in *Amer. Psychol.*, n.º 5, 1950; E. Landau, *Psychologie der Kreativität*, Reinhardt, Munique, 1971). Parece haver o desejo de que a criatividade seja como que um reservatório sempre cheio, alimentando uma inovação contínua de que se esperam não apenas benefícios pontuais em cada ocorrência — este novo produto, aquela transformação social — mas, como indicámos no primeiro capítulo deste «Post-scriptum», um efeito global de regulação social e económica, análogo à «mão invisível» de outrora (com a diferença de se supor que esta última agia de modo involuntário).

É nesta perspectiva que conviria apreciar a proliferação de métodos de «estimulação» da criatividade, os programas de treino, etc., e, em geral, a busca de aplicações imediatas das invenções. Foi possível, nesta preocupação, destacar três intenções principais: a selecção dos talentos individuais; a eficácia, o «ajustamento» e a «saúde mental» no trabalho; a investigação de ideias novas para fins industriais (G. Ulmann dir., *Kreativitätsforschung*, Colónia, 1973). Trata-se de uma investigação que aspira a um *pay off* (J. P. Guilford, «Intellectual Resources and their values as seen by scientists», in C. Taylor e F. Barron dir., *Scientific Creativity: its Recognition and Development*, 1975)... O balanço de tais esforços é paradoxal. Por um

lado, as técnicas de criatividade fazem sem dúvida apelo a dispositivos da invenção, tais como a definição dos problemas, a desestruturação e a reestruturação dos seus elementos, a associação livre, eventualmente enxertada no pensamento de outrem, a pesquisa de analogias, a multiplicação das hipóteses e a sua crítica. Por outro lado, esta abordagem «managerial-behaviorista» revela-se, todavia, como sendo inadequada. Os efeitos de tais técnicas são fracos ou são efeitos de superfície; e, demasiadas vezes, parecem mais relevar da psicoterapia do que actuar sobre a criatividade propriamente dita. Porque é que, *in vitro*, as mesmas operações se revelam menos criativas do que *in vivo*?

A conclusão a tirar daqui seria a mesma verificação que resultou do exame das heurísticas e da descoberta. Como todo o comportamento cognitivo, a criatividade possui uma estrutura profunda; a sua plasticidade depara com limites, não se acomoda a qualquer espécie de intervenção. O seu registo metafórico continua a ser essa «força de formação» que, segundo Kant, deveria explicar a génese das formas naturais e a organização do ser vivo. O malogro relativo dos contextos criativos artificiais reproduz, num outro plano, o malogro das terapias behavioristas em matéria de aprendizagem, como se pôde comprovar em numerosos programas de educação «compensatória» ao longo dos anos 1960-70.

### III Parte. O conhecimento em devir: o uno e o múltiplo

#### a) O sistema dos saberes

Referindo-se ao século XVII, Maurice Merleau-Ponty evocou um dia as épocas felizes em que era possível ser-se ao mesmo tempo homem de ciência filósofo e teólogo. Com efeito, a cisão das «duas culturas» — que, como já se disse, se prolongou no interior de cada uma delas, primeiro nas ciências e hoje nas próprias disciplinas «humanistas» — constitui a tragédia maior do nosso tempo. A his-

tória dos saberes é a da formação de **habitus** científicos cada vez menos amplamente partilhados — ao mesmo tempo que o conjunto do sistema das ciências tende a tornar-se estranho à cultura (cf. IV parte).

À fragmentação dos conhecimentos, opõe-se desde os Gregos o projecto de uma ciência geral e única, que forneceria um alicerce comum à pluralidade das disciplinas. Trata-se de uma tensão estrutural que — para retomarmos uma fórmula célebre de Kant — pode levar a uma verdadeira aporia entre saberes disseminados e pobres em inteligibilidade e uma ciência geral cega, sem consistência realmente explicativa e sem relação com o conhecimento efectivo. Esta distinção remonta à crítica aristotélica de uma ciência única, que fora já reclamada por Platão como por Demócrito e que, sob formas diferentes, reencontramos nos projectos da *mathesis universalis* de Raimundo Lúlio a Leibniz, no cálculo lógico de Boole ou ainda na «enciclopédia do saber unificado» visada pelo círculo de Viena (cf. ENCICLOPÉDIAS E ENCICLOPÉDISMO HOJE). A ciência universal pode revestir formas menos extremas ou duplicar epistemologias disciplinares; é nomeadamente o caso da teoria geral da transformação (*metabolê*) de inspiração categorial que Aristóteles procurava: há tipos diferentes de mudança — gozando cada um de uma inteligibilidade própria — segundo a qualidade, a quantidade e o lugar. Em certa medida e sob uma forma diferente — vê-lo-emos mais adiante —, este estilo de saber habita certos projectos «transdisciplinares» contemporâneos.

No interior das disciplinas constituídas, a relação uno/múltiplo acha-se em princípio resolvida ou é contornada por equilíbrios mais ou menos estáveis a diferentes níveis.

#### b) *Arquitecturas do uno e do múltiplo*

Tais equilíbrios constituem o tema de um certo número de artigos do *Symposium*, deixando-se, aliás, a relação entre o uno e o múltiplo recobrir

por outras oposições mais imediatamente assinaláveis. Acontece que os resultados científicos se prolongam directamente em interpretações filosóficas, nomeadamente nos estudos intitulados *ORDEM E DESORDEM EM BIOLOGIA, ORDEM E DESORDEM EM FÍSICA, ACASO E NECESSIDADE*. Em física, as relações do uno e do múltiplo, do idêntico e do diverso, estão no centro do artigo. *A UNIFICAÇÃO DAS INTERACÇÕES FUNDAMENTAIS* (cf. CONTÍNUO E DESCONTÍNUO: O EXEMPLO DA PERCOLAÇÃO); em biologia, é o caso de *A DIVERSIFICAÇÃO MOLECULAR, A EVOLUÇÃO DOS ORGANISMOS, A DIALÉCTICA DO INATO E DO ADQUIRIDO, INFORMAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO*.

No desenvolvimento das ciências a partir do século XVIII, o múltiplo tende progressivamente a levar a melhor sobre o uno. Como na criação artística (II parte) e no movimento da sociedade (V a VII parte), uma lei da multiplicação — com o correspondente risco de explosão — rege a produção moderna de conhecimentos e desembocou na institucionalização da ciência (cf. IV parte). As problemáticas e os objectos encontram-se em constante gestação (cf. *AS FRACTAIS, CONTÍNUO E DESCONTÍNUO: O EXEMPLO DA PERCOLAÇÃO, A EXOBIOLOGIA, INIBIÇÃO COMPORTAMENTAL, A ANTROPOLOGIA URBANA, A TEORIA E A PRÁTICA DA PSICANÁLISE, A PSICANÁLISE: UMA ÉTICA DO SUJEITO, A ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES EUROPEIAS, AS ORIENTAÇÕES DA CRÍTICA LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA; A ANÁLISE DOS MANUSCRITOS E A GÉNESE DA OBRA*). Os domínios tradicionais da investigação reorientam-se e refazem-se permanentemente, em função de novos dados (cf. *A NATUREZA DO UNIVERSO, A PLANETOLOGIA, A MOBILIDADE NO GENOMA, AS MIGRAÇÕES CELULARES*) e de novas exigências de racionalidade (cf. *FINALIDADE DA GEOGRAFIA, A HISTÓRIA REVISITADA*); as revoluções epistemológicas estão na ordem do dia

(cf. ACASO E NECESSIDADE, A DIALÉCTICA DO INATO E DO ADQUIRIDO, INFORMAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNÇÃO DAS BIOMOLÉCULAS, A TEORIA DOS SISTEMAS: ALGUMAS QUESTÕES FILOSÓFICAS).

A ciência funciona como um processo em crescimento contínuo, retomando cada contributo os resultados anteriores e alargando-os. Mas este processo comporta também as rupturas que um abundante trabalho crítico (desde A. Maier, A. Koyré e G. Bachelard até T. S. Kuhn e P. Feyerabend) soube pôr em evidência, sublinhando igualmente as solidariedades entre concepções científicas e «pressuposições» (Collingwood) metafísicas.

É-se levado deste modo a reexaminar o alcance da «cumulatividade» da ciência (cf. O SISTEMA DOS SABERES). Através da multiplicidade das hipóteses e dos resultados, continuará o saber a

ser um só e o mesmo, ou revelar-se-á por vezes a novidade de uma teoria demasiado forte para ser possível falarmos de verdadeira continuidade? Serão as teorias sempre comensuráveis? O debate permanece em aberto entre, por um lado, os autores que valorizam a disparidade das ontologias subjacentes às teorias e às transformações da significação dos seus termos fundamentais (*meaning variance*) e, por outro lado, os defensores da cumulatividade. A resposta não será a mesma em todos os casos; dependerá dos graus de variação e de latitude da integração de uma teoria por uma outra.

A propósito das abordagens darwinianas e neodarwinianas («selectividades») e lamarckianas («instrutivas»), Antoine Danchin ilustrou, para este *Symposium*, a complexidade das questões em causa quando se comparam duas problemáticas científicas ao mesmo tempo próximas e diferentes:

### Lamarckismo e darwinismo

Sob o termo de neodarwinismo, anicham-se na realidade modelos muito numerosos da evolução das espécies. Por esta razão, os diversos ataques ou justificações do neodarwinismo não incidem todos nos mesmos pontos e são muitas vezes contraditórios entre si. De facto, opõem-se várias *temáticas* que não se recobrem entre si e que não se encontravam todas simultaneamente presentes em Darwin, o que explica a extraordinária confusão das polémicas e... as injúrias que explodem de um e de outro lado.

No tempo de Darwin, como no tempo de Lamarck, os seres vivos continuavam a ser considerados sempre *na sua integridade*, enquanto organismos, e não eram reduzidos a elementos mais simples. As regras que deviam presidir à transformação das espécies no decurso do tempo deviam, portanto, aplicar-se ao organismo (diríamos hoje: ao fenótipo) e não ao seu património hereditário, considerado como separado (o seu genótipo, como nós diríamos). E Darwin, como Lamarck, empenhou-se em fornecer regras concretas permitindo explicar a evolução a partir do organismo. O que contava então, por conseguinte, não era saber se poderia haver uma «hereditariedade dos caracteres adquiridos» (no decurso do desenvolvimento individual), mas compreender *como* se faz essa aquisição. E, con-

trariamente ao que muitos julgam, Darwin e Lamarck estavam de acordo acerca da ideia de que era possível semelhante aquisição hereditária. Foi, de resto, justamente a partir de tal verificação que um biólogo tão controverso como Lyssenko podia dizer-se *darwinista*, ao mesmo tempo que pretendia demonstrar a hereditariedade de caracteres adquiridos nos vegetais. O que diferencia os dois autores é o modo como concebem as modalidades da aquisição. Para Lamarck, como para Aristóteles, esta não pode fazer-se senão a partir da influência activa de uma causa *externa*. Para Darwin, pelo contrário (e ele retoma aqui uma temática muito antiga: traduzi na revista *Le Débat* uma passagem da *Física* de Aristóteles, onde este faz alusão a uma explicação da criação das formas vivas inteiramente «darwinista», para depois a refutar), a causa da evolução é interna: o papel do meio é apenas passivo, serve para se proceder à triagem entre toda a variedade das formas produzidas no decorrer de gerações. Em resumo, podemos dizer que a problemática lamarckista é de tipo «instrução» e que a problemática darwinista é de tipo «selecção».

Até aqui, as coisas são relativamente simples de conceber. No entanto, a partir do século XIX, introduz-se um elemento de confusão. Com efeito, na esteira de Spencer, houve a tendência para se ver a «selecção natural» como a *selecção do mais apto*, o que introduz um finalismo externo numa problemática não finalista! A selecção do mais apto é, de facto, ao mesmo tempo selectiva e instrutiva, uma vez que nada pode dizer realmente a um ser vivo de que será feito o seu futuro nem, portanto, em que poderia ele ser o *mais apto*. Esta contradição interna, acrescentada às recentes descobertas da genética, conduziu, no início do século XX, a uma imagem distorcida do darwinismo, imagem ainda hoje latente. Por conseguinte, em vez de falar de darwinismo, seria preferível falar de abordagens instrutivas ou selectivas. É certo que são sempre as primeiras as que ocorrem espontaneamente ao espírito, porque a ideia de um «motor» que causa todas as coisas é pregnante em todas as culturas. O perigo inerente a tal abordagem é precisamente o de ela nunca explicar nada, uma vez que tudo se encontra nas propriedades intrínsecas do motor. A abordagem selectiva, pelo contrário, apesar da sua dificuldade conceptual, permite compreender a razão de ser das formas vivas que encontramos: a luta constante entre a produção de formas variadas (devidas muito simplesmente ao facto de nenhum processo físico poder ser *absolutamente* fiel e nunca haver, por isso, estrita repetição do idêntico) e as imposições da interacção com o meio fazerem com que apenas sejam observadas as formas suficientemente *estáveis* e que se perpetuam o tempo bastante para poderem ser observáveis.

Na esteira de Spencer, houve a tendência para se ver a «selecção natural» como a *selecção do mais apto*, o que introduz um finalismo externo numa problemática não finalista.

Um segundo mal-entendido produziu-se quando a tónica foi posta na genética e nos elementos que formam os seus elos, os genes e o ADN. Com efeito, a selecção opera-se no fenótipo enquanto a importância da evolução se faz ao nível do património que fixa as regras da sua emergência, o genótipo. Vimos surgir assim uma oposição entre «holismo» (que tem em conta o organismo na sua totalidade, e mais nada) e «reducionismo» (onde apenas os elos elementares são tidos em conta). O neodarwinismo é então colocado sempre na segunda categoria (o que, diga-se de passagem, é de novo perfeitamente contraditório com o espírito das investigações de Darwin). Aqui, mais ainda do que no caso precedente, o debate encontra-se mal definido e o papel das ideologias dominantes faz-se particularmente sentir. É absurdo, com efeito, *separar*, excepto em contextos muito particulares, o genótipo do fenótipo. O fenótipo é o resultado de uma expressão particular do genótipo, *num meio ambiente*; e é o meio exterior, portanto, que permite a instalação de um organismo. É perfeitamente ilusório falar de um programa genético sem definição do meio em que ele é chamado a exprimir-se. É esta incompreensão que está na base de falsos debates, centrados em torno de temas como a hereditariedade da inteligência ou o papel de certos comportamentos sociais nos mecanismos da hereditariedade e da evolução das espécies (sociologia). Importa, no entanto, compreender que a abordagem analítica (frequentemente qualificada de *reducionista*) é essencial para compreender o desenvolvimento dos seres vivos e a sua evolução no decurso de gerações sucessivas. Mas isso não deve nunca fazer esquecer que convém tentar reconstruir a partir dos elementos e buscar as regras de um funcionamento global. É aliás, em tal reconstrução que necessariamente intervém a estrutura do meio ambiente.

Permitir esta irrupção do ambiente não autoriza, todavia, que o façamos dizer não importa o quê; em particular, está fora de questão qualquer hereditariedade dos caracteres adquiridos, por uma razão física: isso equivaleria, com efeito, a passar das proteínas aos ácidos nucleicos e, por conseguinte, de um espaço a três dimensões (o das proteínas) a um espaço a uma só dimensão (o dos ácidos nucleicos), o que não é possível sem um contributo de energia considerável. Os autores «instrutivistas» julgaram poder pôr a tónica na recente descoberta das «transcriptases inversas», que fazem passar dos ácidos ribonucleicos aos ácidos desoxirribonucleicos, para dizerem que já nada se opunha à hipótese lamarckiana; e não se deram conta de que essa descoberta nada tinha de inesperado nem de contraditório com o darwinismo, precisamente porque não há no caso mudança de dimensão!

Tudo isto indica que, na realidade, os debates centrados à volta do «neodarwinismo» são apenas o reflexo, sob uma capa científica, de debates ideológicos profundos, que nada têm a ver com o conteúdo real das abordagens biológicas. Mais valia, portanto, abstermo-nos de utilizar palavras em «ismo» e investigarmos antes os postulados ocultos.

Antoine Danchin

### c) validade da ciência

A ciência moderna revelou-se como uma boa forma de interrogação da natureza, graças ao modo de produção de conceitos que é o seu (matemático ou visando a matematização e a formalização) e a uma metodologia que se constituiu como uma nervura comum entre os conceitos explicativos e a análise dos dados. Com efeito, hipóteses e dados participam de um mesmo universo, porque os aparelhos de medida são, também eles, objectos teóricos e, como Kant o indicou nos «Axiomas da intuição» da *Crítica da Razão Pura*, os fenómenos são susceptíveis de medida. Esta «homogeneidade» encontra-se na raiz da dinâmica interna das ciências e da cumulatividade. A observação, a experimentação e a refutação das hipóteses conduzem a novas hipóteses. Estas serão, por sua vez, testadas segundo linhas de desenvolvimento que, não sendo jamais lineares nem únicas, nem por isso deixam de ser o contrário do mosaico de contributos díspares e muitas vezes divergentes que foram características da ciência greco-medieval.

Por outro lado, a natureza formal da física pós-galileiana, por si só, imprime um movimento de expansão às hipóteses e às teorias, para além dos seus domínios de origem. Cada lei matematicamente formulada parece ser, por princípio, susceptível de ser exportada, descobrindo novos campos de aplicação mediante as adaptações necessárias: a matemática tem, por assim dizer, uma vocação interdisciplinar.

Retomando os termos que empregámos a propósito da vanguarda artística, podemos dizer que a ciência moderna se descontextualizou relativamente à linguagem comum e à experiência sensível imediata, que recontextualiza no seu próprio registo abstracto. Este movimento revela-se produtor de conhecimento e apto a captar as estruturas profundas da realidade; a explicação do «visível complicado» pelo «invisível mais simples» (R. Thom) mostrou-se eficaz no seu princípio: em certo sentido, a ciência é «nomenal», como escreveu Bachelard a respeito da química. Entre tantas outras ilustrações espectaculares, lembremos, por exemplo, que a aventura espacial confirma continuamente as equações da mecânica ou que a análise dos cristais pelos raios X permitiu «fotografar» as suas simetrias que haviam sido afirmadas muito tempo antes: os diagramas de Laue representam verdadeiras radiografias do abstracto.

A ciência *realiza* eficazmente o paradoxo de um discurso duplamente abstracto (conceptual e matemático) que, no entanto, se manifesta mais bem equipado do que a linguagem comum. Mas, na própria medida em que se estabelece como um discurso em *intentio secunda*, incidindo sobre entidades abstractas (desde as «qualidades primeiras» da filosofia dos séculos XVII e XVIII), perde também a relação «directa» com os referentes que caracterizava o saber antigo; e, nestas condições, podemos perguntar se não é a ciência que constrói os objectos do conhecimento, decalcando-os sobre os seus conceitos e os seus métodos. A homogeneidade entre as linguagens científicas, os



processos de análise e de avaliação das hipóteses e «dados», traduziria, em última instância, um acordo da ciência consigo própria; e então já não se poderia dizer que esta se refere a uma experiência e a um dado que lhe sejam verdadeiramente exteriores. Em vez de se colocar como um discurso sobre a realidade, captaria uma realidade que transforma em sombra de si própria; em suma, a ciência edificar-se-ia sobre a circularidade que decorre da definição do objecto pelos conceitos que dele dão conta. A ciência moderna prolongaria, deste modo, os paradoxos da representação, tal como os cépticos e os neo-académicos os puseram em destaque, na sua crítica do «dogmatismo» estóico: ou a representação emana do objecto e, como não existe medida comum aparente entre ela e o sujeito, este último continuará sem saber se a percepção, a imagem ou o conceito correspondem ao objecto real; ou a representação, sendo uma construção do sujeito (em linguagem epistemológica moderna: não sendo a linguagem da observação «neutra» em relação ao observado), parece interdizer-se em definitivo o acesso a um representado exterior, ontologicamente outro.

Como, em tais condições, fundar racionalmente a verdade da ciência? Recordar-se-á a distinção kantiana entre a «validade objectiva», justificada pela correspondência dos enunciados e dos factos, e a «validade universal», a saber: os acordos intersubjectivos quanto ao bem fundado dos enunciados (*Prolegómenos*, parágr. 18-19). Para Kant, como para a tradição dominante até ao positivismo e mesmo depois, a validade universal representa a consequência directa da validade objectiva e não poderia, por si só, constituir uma garantia. Todavia, se os objectos da investigação surgem instituídos pela própria investigação, não será necessário concluir, pelo contrário, que a validade «universal» continua a ser o único garante da objectividade atribuída à ciência? Tal foi em parte o sentido do pragmatismo de C. S. Peirce: a posição de objectos exteriores, invariáveis (idênticos a si próprios) para todo o observador e consagrando assim uma «verdade pública», exprimiria menos o

reconhecimento directo de uma exterioridade impondo-se por si própria, do que constituiria a única maneira eficaz de estabelecer consensos «fixando as crenças» (C. S. Peirce, «The Fixation of Belief», in *Popular Science Monthly*, vol. XII, 1877, pp. 1-15). Inclusive, um sector crescente da epistemologia acaba por subordinar a objectividade à intersubjectividade, confessando-se dividido entre a admissão dos corolários «convencionalistas» da contaminação dos objectos pelas linguagens científicas e a justificação de um «realismo» que tudo, aliás, leva a sustentar, e em primeiro lugar o poder de desmentir as hipóteses de que o dado é prova.

O debate não está terminado e, nestes termos, parece indecifrável. Mas talvez seja lícito encarar uma concepção da ciência que a apresente como dotada de uma vocação para o realismo, não se achando a pretensão à objectividade posta em causa de modo redibitório pelo carácter artefactual dos procedimentos da investigação. Isto equivaleria a conferir à ciência uma estrutura categorial que (como em Kant) a tornaria por princípio capaz de fornecer descrições adequadas do mundo. Todos os dados acumulados desde há meio século que, em muitos domínios, fazem surgir interferências do sujeito e do objecto e que, por si sós, infirmam definitivamente todo o realismo ingénuo, não prejudicariam a objectividade nem a verdade do conhecimento, sendo antes testemunho de uma comum pertença. Tal como James Jean escreveu há já muito tempo, o espírito, nesta perspectiva, deixa de ser espectador para se tornar actor, interagindo o observador e o observado no interior de um mesmo sistema.

Jeans extraía consequências idealistas de tais verificações. Mas talvez elas possam também encarar-se como o jogo de uma natureza que se apresenta na primeira pessoa, como uma fonte permanente de informação, e dos aparelhos de decifração que registam a informação intervindo sobre ela, quer dizer, criando também informação. No quadro desta «nova aliança» (cf. I. Prigogine e I. Stengers, *La Nouvelle Alliance*, Gallimard, 1979),

as interacções não serão o índice de deformações não-corrigíveis; desenham configurações inéditas do activo e do passivo; a natureza e o homem colocam-se um e outro como espontaneidade e receptividade ao mesmo tempo, não se dando a informação a não ser pela decifração, e a decifração, ela própria informativa, levando a um processo interminável de interpretação (a «semiose», no sentido de Peirce).

Ter-se-á já reconhecido a linguagem kantiana; no entanto, é necessário confessarmos que continua aqui a faltar (tanto como em Kant) um «esquematismo» convincente e capaz de estabelecer efectivamente esta articulação entre objectos científicos e manifestação empírica (no sentido de semelhante esquematismo, cf. J. Petitot, «À propos de *Logos et théorie des catastrophes*», in *Babylone*, n.º 2-3, Paris, 1983).

Seja como for, as teorias consensuais da verdade parecem ainda mais discutíveis do que a neutralidade, relativamente às linguagens científicas, dos enunciados protocolares segundo o neopositivismo; assim, estas teorias fazem muitas vezes um apelo disfarçado à tese clássica (a verdade como adequação) ou, por outras palavras, à «validade objectiva» que, entretanto, denunciaram. (Indo um pouco mais longe, o «esquerdismo» epistemológico pretenderá destituir — ou «desconstruir» — completamente a ideia de verdade, em proveito da transparência da *praxis*, da liberdade, de uma ideologia que invadiria todo e qualquer enunciado, dos maquinismos do desejo, etc.).

Revisitar por um momento a teoria do conhecimento de J. Habermas é, deste ponto de vista, instrutivo. Vimos que a comunicação dá testemunho de um *telos* de compreensão e de entendimento, de confiança recíproca e de conhecimento partilhado, a partir, respectivamente, de quatro exigências de validade; compreensibilidade, rectidão, sinceridade e *verdade* (J. Habermas, *Was heisst Universalpragmatik?*, p. 177). O solo originário da verdade encontrar-se-ia, pois, na intersubjectividade, e evocar-se-á aqui a definição de C. S. Peirce: «The opinion which is fated to be agreed upon by

all who investigate is what we mean by the truth» («*How to Make our Ideas Clear*»). in *Popular Science Monthly*, vol. XIII, 1878, pp. 286-302.

Todavia, Habermas apresenta-se como um crítico tanto da teoria da correspondência como da teoria consensual. A primeira esquece que não seria possível preencher a distância entre juízo e realidade (no espírito da crítica céptica mencionada, cf. também P. F. Strawson, «Truth», in G. Pitcher dir., *Truth*, Nova Iorque, 1964). Mas uma teoria simplesmente consensual envolve uma regressão *in infinitum*. Repousa na admissão de uma competência judicativa que, por sua vez, seria necessário justificar por um outro consenso, e assim sucessivamente: «só uma teoria ontológica da verdade [quer dizer, a correspondência] poderia quebrar o círculo» (in J. Habermas e N. Luhmann, *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*, 1971, pp. 134-135).

A solução de Habermas consiste em «antecipar», como se sabe, uma situação de fala ideal onde joga apenas «a força do melhor argumento». Ora, segundo os casos, o argumento apoia-se em diferentes «critérios de provas» e, no que se refere às «afirmações empíricas», haverá que distinguir os enunciados formulados numa linguagem «intencional» (por exemplo, se estiver um facto histórico em questão) e os enunciados expressos numa linguagem que apenas contém predicados de observação. Enquanto, no primeiro caso, a prova se obtém graças a um questionamento (*Befragung*), no segundo, decorre da observação; e esta última possui um carácter «de garante» (*verbürgende*), centrado num «fundamento normativo da observação», a saber, a *medida*: «Sobre o pressuposto da aritmética, escreve Habermas, em cada linguagem-de-coisas se encontra incorporado o jogo de linguagem da medida física» (*ibid.*, p. 127). Nesta base, o juízo intersubjectivo deixaria de ser relativo apenas aos sujeitos: «O carácter da observação garantindo a objectividade consiste em que a observação pode ser *controlada*, inclusivamente ao tornar-se problemática, sob a forma de uma experiência» (*ibid.*, p. 127).

Reintroduz-se deste modo a correspondência tão criticada. De onde, com efeito, a «aritmética» (e não só ela!) receberá o seu poder de «garante» das provas por observação, a não ser da convicção de que a medida é de molde a dizer alguma coisa de *exacto* sobre o mundo? A aplicação da aritmética ao dado informa sobre este último. Noutros termos, a observação científica tem uma vocação de verdade, que a «medida» (e não só ela!) realiza.

A fim de rasgar um caminho que lhe permita «sair» da linguagem, Habermas apela para a ideia de operação, terceiro termo, entre linguagem e objecto; em última análise, porém, as operações traduzem-se por enunciados e levam a enunciados, uma vez que o resultado da prova (*Überprüfung*) consiste em verificar a adequação do enunciado à realidade (a teoria da correspondência fez-se sempre acompanhar de um regime da prova, do recurso a operações e à observação). Notemos também que os «predicados da observação» formam apenas uma parte das linguagens científicas e que uma lei não é um enunciado de medida, ainda que possa ser ocasião de mensurações.

#### d) Sobreposições e alianças

Através de Platão, Lúlio, Kepler ou Leibniz, entre outros, a «ciência geral» aponta para um saber de inspiração directamente filosófica, pondo o problema do sentido das hipóteses, dos resultados, das metodologias, em suma, da inteligibilidade da ciência; este saber é, por essência, diferente das disciplinas que se aplicam a uma fenomenologia recortada e isolada, que não tem que ser «interpretada» para além de si própria.

As ciências, sabemo-lo, desenvolveram-se numa direcção «disciplinar», cada vez mais específica e segmentada, resumida na fórmula «saber cada vez mais sobre cada vez menos». Desde há um quarto de século, no entanto, e por uma espécie de efeito de ricochete dessa mesma fragmentação, assistimos a uma busca de interdisciplinaridade. Na origem, esta não se situava na esteira da *ma-*

*thesis* de outrora, mas exprimia antes uma exigência de inteligibilidade do local: a fim de conhecer um objecto determinado, parecia necessário recorrer às luzes de disciplinas diferentes.

Uma primeira descompartmentação se obteve assim. Representará uma verdadeira transdisciplinaridade quando levar à elaboração de linguagens comuns transversais aos saberes específicos (cf. *no Corpus*: investigações INTERDISCIPLINARES, de P. Delattre) que não denotarão objectos disciplinares particulares. Pretendem captar estruturas de conjunto que se manifestam em vários domínios.

Este movimento vai das simples alianças entre disciplinas (cf. PRÉ-HISTÓRIA E ETNOLOGIA, ANTROPOLOGIA E MARXISMO) ou entre as ciências e as artes (cf. A OBRA DE ARTE E AS CIÊNCIAS HUMANAS, ARTE E ETNOLOGIA, HISTÓRIA DA ARTE E HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DE ARTE, ANTROPOLOGIA E CINEMA) à construção de disciplinas novas cujo objecto consiste precisamente nestas determinações globais. Tal parece ser o objectivo comum de abordagens tão diferentes como são a teoria dos sistemas (cf. A TEORIA DOS SISTEMAS: ALGUMAS QUESTÕES FILOSÓFICAS) e a teoria das catástrofes (cf. A DIALÉCTICA DO INATO E DO ADQUIRIDO, INFORMAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO). Encaminhamo-nos para uma *scientia generalis* de tipo novo, estabelecida sobre o adquirido disciplinar e que, certamente, não pretende responder, como a antiga, a todas as questões possíveis... No entanto, os seus problemas, os seus conceitos e as suas regras de validação distinguem-na nitidamente do saber disciplinar; é uma ciência que aspira a uma inteligibilidade genérica (e é isso mesmo que pode ser-lhe censurado, como a controvérsia sobre a teoria das catástrofes deixa transparecer). O futuro decidirá se esta ciência diferente poderá impor a sua perspectiva; hoje, só podemos verificar a sua coexistência pouco confortável com o saber disciplinar e «reducionista» tradicional.

#### IV Parte. Ciência e sociedade: domínio e desapossamento

##### a) O espaço científico

Foi muitas vezes feito o historial da transição que conduz de uma ciência que, ainda nos séculos XVII e XVIII, era obra de amadores à margem da produção económica e do poder, à empresa científica contemporânea. A investigação tornou-se uma instituição. É na segunda metade do século XVIII que o papel do cientista começa a legitimar-se socialmente; e a Universidade de Berlim, criada nos alvares do século XIX, foi a primeira instituição que reconheceu explicitamente à escola uma função simultânea de ensino e de investigação. Esta associação desempenhou um papel determinante na formação do *habitus* científico e na socialização em paradigmas teóricos; a especialização disciplinar que se impôs definitivamente por volta de 1850 apenas contribuiu para reforçar tais efeitos globais. A produção moderna dos conhecimentos articula-se com o ensino, tanto a montante como a jusante: o saber e o espírito científico adquirem-se na escola, e a ciência é a fornecedora dos conteúdos do ensino.

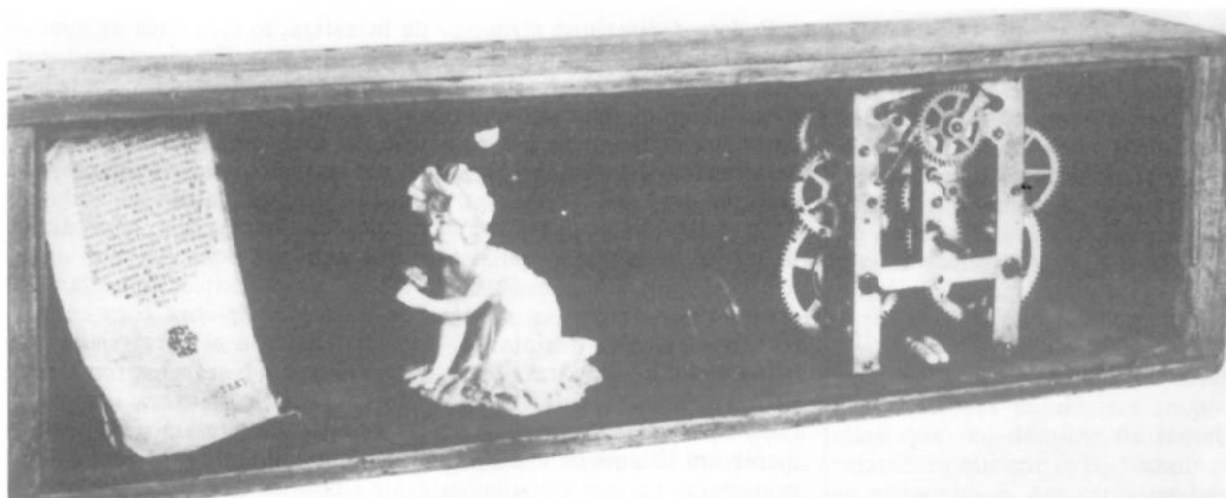
O sucesso da ciência (cf. III Parte) instalou-a no coração da cultura e fez dela o dispositivo normativo e prático que conhecemos (cf. AS CIÊNCIAS E A HISTÓRIA). O espaço científico alarga-se às técnicas e à indústria, à organização económica. Atinge a produção artística e tem, por assim dizer, invadido todas as esferas da vida pública e privada. Nestas condições, pôde constituir-se um «campo científico» (cf. P. Bourdieu, «L'espace scientifique», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 2-3, 1976, pp. 88-114), com a autonomia de um sistema. É o objecto da «ciência da ciência», disciplina nova que analisa com precisão a impressionante expansão do conhecimento. Desde os estudos de que D. de Solla Price foi um dos pioneiros, uma «cientometria» determina indicadores de actividade científica, tais como o número de artigos publicados (sendo os ritmos de

produtividade e as redundâncias objecto de comparação), o número dos periódicos, o dos investigadores e das descobertas, o «lucro marginal» das citações, o montante dos investimentos e seus rendimentos (cf. J.-P. Lécuyer, *Les Différentes Analyses sociologiques et psychologiques des activités scientifiques*. École de biologie théorique, Paris, 1981).

Apesar dos problemas de método colocados por esta abordagem, as tendências evidenciadas parecem indiscutíveis e são impressionantes: por exemplo, considerando os jornais fundados desde 1665, e nos quais é dado um espaço à ciência, e os jornais científicos propriamente ditos, passamos de menos de dez artigos em 1665 a um número compreendido entre 5000 e 10 000 em 1870, esperando-se que seja atingido 1 000 000 no ano 2000 (D. de Solla Price, *Little Science, Big Science*, Nova Iorque, 1963). J. Ziman observa que, como estas contas devem corresponder a um número pelo menos igual de leitores e de autores, isto significa que o «arcaboço» da ciência duplica de 15 em 15 anos (*The Force of Knowledge*, Londres, 1976, pp. 56-57); ainda segundo D. de Solla Price, 90 por cento das descobertas que foram feitas após Galileu devem-se a cientistas que estavam vivos em 1961 (*Science since Babylon*, Yale Univ. Press, New Haven, 1961). No artigo «Sociologia da ciência» (cf. A CIÊNCIA «PESADA») encontra-se a indicação dos principais domínios abrangidos por estes estudos.

##### b) A ciência e a tecnologia pesadas e as suas apostas

O aumento e os custos da investigação, o papel actual da ciência na produção económica e a parte assumida pela tecnologia na indústria dos armamentos, na alimentação e na saúde (cf. A BIÓTI-CA; MORAL BIOLÓGICA E MEDICINA) fazem da ciência uma actividade cada vez mais planificada, que é necessário gerir, e a propósito da



A ciência, que foi a melhor aposta no sentido de assegurar o bem-estar e reduzir os riscos de existência, representa ela própria um risco. (Na gravura, «Caixa», de Janine Mougillat).

qual é precioso escolher prioridades, repartir créditos, avaliar realizações (cf. AS POLÍTICAS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA). Daí resulta um acréscimo de segurança — acompanhado, porém, de uma perda de independência do investigador e de uma «normalização» que actua a vários

níveis (cf. A CIÊNCIA «PESADA»), incluindo o da invenção individual.

Sobre o conjunto deste tema, Jerome R. Ravetz, professor na Universidade de Leeds, comunicou-nos as suas próprias reflexões: «The isolated discoverer and his craft skills».

### O inventor isolado e os seus saber-fazer artesanais

A história de qualquer indústria de produção encontra-se marcada por uma deslocação dos respectivos meios: os antigos tornam-se supérfluos e há outros que se tornam necessários. Na produção material, as técnicas de ponta tendem geralmente a tornar-se mais abstractas e mais teóricas: o trabalhador manual é substituído pelo operário que lida com a máquina, o qual ultimamente cede o lugar ao programador do autómato. Mas esta sequência é função da sofisticação crescente das máquinas, que exigem os seus próprios idealizadores (e fabricantes) e — o que é aqui mais importante — meios particulares de resolução, manutenção e reparação. Assim, a história técnica, a história social e a história política da série dos saber-fazer (skills) de ponta devem distinguir os que são necessários às operações (relativamente) normalizadas e os que são necessários a operações relativamente únicas.



Podemos dizer que o mundo da investigação científica se «industrializou» recentemente sob diferentes aspectos. Em primeiro lugar, os programas de investigação exigem doravante grandes contribuições de capital, de modo que o investigador deve, em primeiro lugar, obter um contrato para a produção de conhecimentos antes de poder começar a trabalhar. Depende, em seguida, de modo directo, dos gestores de fundos e da sua «política de investigação» (o trabalho de investigação pode ter também relações directas com a produção industrial, mas não é esse o caso que aqui nos ocupa). Além disso, a própria aparelhagem será, de modo característico, importante e complexa, e exigirá os serviços de uma mão-de-obra com competências e funções distintas. O pessoal técnico e o secretariado trabalham como auxiliares dos investigadores; e a hierarquia social será perfeitamente explícita no laboratório. Dada a natureza «empresarial» dos modernos organismos de investigação, teremos frequentemente um sistema de «patronato», em que o grande professor exerce principalmente um trabalho exterior e político por conta do laboratório, assinando automaticamente todos os artigos publicados, como marca de pertença à «sua» empresa. Uma boa parte das imposturas recentemente descobertas nos Estados Unidos resulta, hoje em dia, deste aspecto da ciência industrializada.

Nestas condições, é possível deparar com numerosas barreiras quando se cultivam os saber-fazer artesanais da investigação, graças aos quais se pode desenvolver e manter a tradição do trabalho de qualidade. O pessoal científico só muito progressivamente adquire a liberdade de utilizar os recursos do laboratório para resolver os seus problemas particulares: alguém que tenha concluído o seu doutoramento poderá, de início, não ter mais autonomia do que um técnico.

Poderia pensar-se que a investigação científica, implicando essencialmente a criação de novidade (o que é, por si só, uma actividade arriscada) e, com ela, a destruição da propriedade intelectual existente, depende unicamente das forças de degenerescência de um meio ou de um modo de produção que mudou. Uma fábrica ou um escritório pode funcionar bastante bem durante anos utilizando sistemas e técnicos herdados de um grande fundador. Mas conhecemos bastantes exemplos de investigação de má qualidade, ou até de investigação nula, para sabermos que, quando dominam a mediocridade e a rotina, isso pode rapidamente desembocar numa situação em que os resultados da investigação não valem simplesmente nada.

A ciência recentemente industrializada pode parecer particularmente dada a uma tal situação. No interior de um laboratório, os saber-fazer que são reconhecidos como compensadores são os políticos, os de apresentação e de promoção no mundo da sociedade,

Dada a natureza «empresarial» dos modernos organismos de investigação, teremos frequentemente um sistema de «patronato», em que o professor exerce principalmente um trabalho exterior e político por conta do laboratório.



mais do que aqueles que permitem chegar ao conhecimento da natureza. A existência de um pequeno número de grandes empresas de investigação cria uma situação de tipo «cartel», onde os gestores de fundos são prisioneiros de uma ténue rede de conselheiros prestigiados de cada especialidade. Não há então qualquer meio independente do controlo de qualidade quer sobre os programas específicos da investigação, quer sobre os seus resultados. E, uma vez que o público dos não-especialistas não pode ter qualquer ideia acerca do que se passa em tal género de estabelecimentos, e menos ainda certificar-se da qualidade do seu trabalho, um regime corrupto, uma vez que tenha conseguido instalar-se, poderá perpetuar-se durante dezenas de anos.

Não me é possível designar exactamente os domínios da investigação experimental em que estas condições patológicas se produzem; mas gostaria de deixar claro que, no domínio da investigação e do desenvolvimento do armamento nuclear (e na tecnologia militar, em geral), a imagem que proponho é, em certa medida, exacta.

Para os homens de ciência individualistas ao estilo antigo, dotados de saber-fazer artesanais, esta situação apresenta o mesmo carácter patético (embora sem a miséria social e económica correspondente) que foi o do esmagamento dos diversos partidários da indústria têxtil ao longo da revolução industrial. Os físicos viram «a ciência descer ao nível dos negócios» durante e após a Segunda Guerra Mundial; para a biologia molecular, foi a chegada dos anos setenta que provocou essa evolução. Hoje, até as matemáticas puras se encontram cada vez mais acopladas ao computador.

A questão que actualmente se coloca é a de saber se novos saber-fazer análogos aos dos operadores e vigias das máquinas vão emergir no campo das ciências. É possível que, para os descobrirmos, devamos considerar globalmente todo o sistema social da ciência como fornecedor de competência (*expertise*) para a sociedade. As grandes «firmas» dos estabelecimentos de investigação deram um carácter rotineiro à produção de informação para o duplo mercado constituído, por um lado, pela comunidade «autónoma» da elite e, por outro, pela clientela dos tecnocratas. Será bastante possível que estas venham a achar apropriado reconhecer e contrariar as tendências para o monopólio e para a degenerescência de que falei acima. Mas tudo isto se passa no interior de um certo universo de problemas reconhecidos.

No exterior deste domínio — mas dialogando necessariamente com ele —, encontram-se os investigadores que se ocupam dos problemas que não são de rotina e acerca dos quais se apresentam desafios novos ou (o que é mais característico na hora presente)

novas ameaças. Estes problemas vão encontrar-se sobretudo nos efeitos da tecnologia sobre o meio ambiente e/ou sobre a saúde e ficar muito longe, pelo seu conteúdo, pelo seu estilo, pelo seu sistema de subvenções e remuneração, dos da investigação científica pesada. Também, aqui, são necessárias certas competências nas artes políticas, mais, porém, nas do conflito que nas da persuasão.

No fim do século XX, veremos os técnicos isolados e independentes — serão talvez tão obstinados e difíceis como o costumam ser hoje — trabalhando numa «investigação ligada a uma política independente», ou ao que um dia chamei «a ciência crítica». Embora esse tipo de trabalho levante numerosos problemas particulares e apresente uma tendência específica no sentido da corrupção. É aí que descobrimos uma investigação audaciosa na linha directa do antigo idealismo da ciência. O exemplo mais recente de trabalho deste género é o «inverno nuclear». Os homens de ciência empenhados nesse esforço comum têm, todos eles, empregos fixos, de modo que não se trata de trabalho feito em casa. Mas, pelas suas qualidades de independência e amplidão de vistas, estes projectos são, no meu entender, origem dos maiores estímulos para a ciência enquanto empreendimento humanitário. Este género de trabalho não se pode tornar a ciência toda ou sequer grande parte da ciência; deve continuar a ser marginal no que se refere aos seus recursos. Mas, se não houver um certo fermento, uma certa fonte de idealismo e de empenhamento, a industrialização da investigação poderá acabar por produzir, finalmente, uma situação em que a moral indispensável para que se exerça um controlo de qualidade terá sido destruída pela própria instituição. Nesse caso, poderíamos ver desenvolver-se muita actividade, mas cada vez menos substância.

Jerome R. Ravetz

Uma mescla de domínio e desapossamento, de conquista e de destruição, constitui o efeito paradoxal do irresistível avanço da ciência contemporânea. Este assume formas materiais, tanto como simbólicas. A ciência, que foi a melhor aposta no sentido de assegurar o bem-estar e reduzir os riscos da existência, representa ela própria um risco que, em razão dos meios aplicados, é o de um mal ilimitado, susceptível, aliás, de se produzir sob uma variedade de formas: as agressões irreparáveis ao meio ambiente (cf. O «DOSSIER» DO MEIO

AMBIENTE, AS MODIFICAÇÕES ANTROPOGÉNICAS DA ATMOSFERA), o nuclear, militar ou não (cf. O DOSSIER NUCLEAR), o poder quase absoluto e o baixo custo das armas químicas, etc. Simplificando apenas ligeiramente, podemos dizer que se desenha uma alternativa entre, por um lado, a salvação através da biotecnologia e das tecnologias agro-alimentares susceptíveis de liquidarem a fome e a doença (cf. A BIÓTICA), a informatização, a electrónica, a automatização (cf. A CONCEPÇÃO ASSISTIDA POR COM-

PUTADOR) e, por outro lado, uma *nemesis* induzida pelas tecnologias de raiz científica. Uma má administração da sociedade e da ciência bastará para explicar os desequilíbrios? Ou, pelo contrário, estes revelar-se-ão de algum modo co-extensivos a um regime único que arrasta de modo irresistível o conjunto das sociedades? Não é exagero supor que o futuro se jogará em torno destas questões. E talvez também aqui a catástrofe se esteja já produzindo desde há muito (cf. *supra*, Parte I, d).

### c) Ciência e cultura

Uma sociedade transparente a si própria deveria repousar sobre sistemas de representações e de crenças unívocos e inteiramente transmissíveis. Assim, de Comênio e Leibniz a Comte ou Bachelard, sem esquecermos o socialismo «científico», reaparece sempre a tentação de fazer da ciência (fonte natural, dir-se-ia, de representações unívocas e transmissíveis) o alicerce simbólico da sociedade. Seria pelo recurso a uma cultura científica — um conhecimento partilhado, segundo Habermas (I e II partes) — que se realizaria o melhor de uma comunicação democrática e garantida no seu princípio (cf. I parte). Nesta perspectiva, a investigação constituiria uma actividade social igualmente fundamental: «A investigação científica», lê-se num relatório da Academia Americana das Ciências (cf. A CIÊNCIA «PESADA»), é reconhecida como uma das expressões profundas das aspirações do homem moderno. Mantém com a nossa civilização uma relação muito semelhante à das grandes criações artísticas e filosóficas dos Gregos, com a sua própria cultura, ou das grandes catedrais da Europa Medieval com o seu tempo. Numa certa medida, a investigação fundamental não é apenas um dos meios de atingir os objectivos da nossa sociedade, ela é um desses objectivos.»

Contudo, tal intenção não foi ainda realizada: «À medida que a ciência se encerra numa cidadela de linguagens que torna impenetráveis, o público não pode conhecê-la senão através das suas apli-

cações» (C. Morazé, *La Science et les facteurs de l'inégalité*, UNESCO, 1979). O ensino de massa apenas em fraca escala conseguiu instaurar os *habitus* cognitivos de dominante científica. Do mesmo modo, a ciência não logrou estabelecer uma comunicação intercultural sem entraves; não é o *melting pot* capaz de submeter os particularismos culturais: as «competências comunicativas» específicas das culturas e das subculturas parecem mais coercivas do que pensaram as abordagens behavioristas e «lamarckianas» da aprendizagem (cf. II parte, a propósito da criatividade) — como atestam nomeadamente as dificuldades experimentadas na transposição das tecnologias e dos «saber-fazer». Ao contrário do que se esperara, a participação aparente nos conhecimentos serve muitas vezes para aprofundar o fosso entre os países desenvolvidos e os outros (cf. A CIÊNCIA E O TERCEIRO MUNDO).

No século XIX, o poder da ciência investiu-a de uma total legitimidade, como testemunham estas afirmações célebres de Helmholtz: «Com efeito, os homens de ciência formam por assim dizer um exército organizado que trabalha em benefício de toda a nação, e em geral sob a sua direcção e a expensas suas, em vista de aumentar os conhecimentos de tal modo que se torne possível promover as iniciativas industriais, melhorar a vida, beneficiar as relações sociais e políticas e encorajar o desenvolvimento moral aos cidadãos individuais [...]. Estamos convencidos de que tudo o que contribui para o conhecimento das forças da natureza ou das faculdades do espírito humano merece ser acarinhado, podendo, chegado o devido tempo, apresentar resultados práticos, muitas vezes onde menos seriam de esperar» (H. von Helmholtz, «Über die Beziehung von Naturwissenschaft zu Wissenschaft überhaupt», in *Populäre wissenschaftliche Vorträge*, I, citado em J. R. Ravetz, *Scientific Knowledge and its Problems*, Harmondsworth, 1973, pp. 38-39).

A situação, como se sabe, é hoje muito diferente. Existe uma crise de legitimidade da ciência

cujas causas devem ser procuradas tanto na sua «não-convertibilidade» cultural como nos perigos que ela acarreta. Tanto estes como aquela surgem, aos olhos de muitos, como uma espécie de confirmação pelos factos de uma carência mais decisiva no campo de inteligibilidade.

A «crítica» da ciência junta-se às reservas da hermenêutica face a uma comunicação sem limites de «tradução» (I parte); e caminha também a par da contestação pós-moderna de uma arte que nega toda a mimesis e vive de si própria (II parte), bem como da recusa da dicotomização entre significação e explicação, entre filosofia e ciência (III parte). Trata-se, com efeito, de uma constelação de temas e de motivos que não poderíamos simplesmente pôr na conta de um protesto sumário — reaccionário ou romântico — contra os malefícios do saber científico.

Mas também não podemos pretender estar aqui perante um conjunto crítico coerente. O conjunto compreende tentativas de redução do científico ao «ideológico» (estabelecendo que este não habita apenas as franjas das ciências, mas se encontra instalado no seu núcleo mais duro), tentativas que se situam mais ou menos na esteira de Nietzsche, de Spengler, de Lukács, de Heidegger (e compreende também, paradoxalmente, as descrições puramente convencionalistas e operacionalistas da actividade científica: embora de sinal contrário, estas constituem uma forma similar de redução «antropológica» e um meio de recalcar a problemática do sentido e da verdade). Esta corrente crítica exprime-se, de resto, por uma condenação expeditiva da ciência em nome de uma declarada exigência de significação.

Pederíamos analisar a esta luz certas controvérsias, como o interessante debate que opôs Theodor Roszak, teórico da «contracultura», ao físico Steven Weinberg (T. Roszak, «The Monster and the Titan: science, knowledge and gnosis», in G. Holton e W. Blaufried dir., *Science and its Public: the Changing Relationship*, Dordrecht, 1976, pp. 17-33; S. Weinberg, «Reflections of a working scientist», *ibid.*, p. 33-47). Apesar de um *pathos*

acentuado, é tanto em nome de «Platão, o filósofo», como de «Don Juan, o feiticeiro», que Roszak repudia os *mad doctors*; «Dr. Fausto, Dr. Frankenstein, Dr. Moreau, Dr. Jekyll, Dr. Cyclops, Dr. Caligari, Dr. Strangelove»; e não deixa de levantar dois pontos pertinentes, a saber, que a ideia de conhecimento deve implicar «uma certa textura de inteligibilidade», quer dizer, de significação para o homem, e que «a natureza é tanto um reservatório de factos como de significações». Por conseguinte, «as qualidades sensíveis e estéticas são uma propriedade engenhosamente *desdobrada* diante de nós» (é o próprio autor que sublinha).

No essencial, a resposta de Weinberg consiste em distinguir o «conhecimento» (que é ou científico ou inexistente) de outras espécies «de actividade mental, estéticas, morais e mesmo religiosas», inteiramente respeitáveis, mas cuja «incorporação» pela ciência equivaleria à destruição desta última (cf. em particular pp. 42-45). Segundo Gerard Holton («On being caught between dionysians and apollonians», *ibid.*, pp. 65-83), tal debate não seria mais do que um novo episódio da eterna luta entre «dionisíacos» e «apolíneos», entre o irracionalismo e o racionalismo. No entanto, é lícito pensar que o debate se refere a questões mais fundamentais: trata-se de saber em que sentido «o real não fala» (A. Danchin, «Placage et modèles totalitaires», in P. Delattre e M. Threlhier dir., *Elaboration et justification des modèles*, t. I, Maloigne, Paris, 1980) ou, pelo contrário, se uma reformulação científica do semantismo inerente às formas (cf. J. Petiot, «A propos de *Logos et théorie des catastrophes*», in *Babylone*, n.º 2-3, Paris, 1983, pp. 221-260) pode conduzir (dando enfim estatuto de ciência ao que, entre outros, visavam os teóricos medievais da *species*, por exemplo, Roger Bacon) a admitir que o real é significativo (cf. R. Thom, «A propósito de Bachelard: a ciência e o sentido», in *Análise*, I, 1, Lisboa, 1984). E trata-se da racionalidade última do saber científico. Esta não poderia certamente traduzir-se pelo regresso ao semantismo da linguagem comum (como deseja, por exemplo, Roszak)

nem procurar respostas para além da competência das ciências. A inteligibilidade em causa residiria antes na elucidação do estatuto do saber científico e dos termos da sua validade, no quadro de uma relação com a natureza a que pertenceria, originalmente, o conhecimento desta (cf. III parte). Tal seria o melhor resultado — que interessa de

maneira decisiva à cultura, mas se opõe a qualquer delírio báquico — de uma apreciação da ciência que a restituísse ao sentido. O texto seguinte de Manfred Eigen, Prémio Nobel da Química, professor na Universidade de Göttingen, a propósito do acaso e da complexidade, da evolução e da liberdade, indica um caminho.

### Acaso e complexidade

A organização da matéria, a constituição dos primeiros vestígios de vida, do mesmo modo que o desenvolvimento ulterior dos seres vivos são processos que, tendencialmente, têm lugar segundo leis. Cada acontecimento isolado nesta cadeia de modificações encontra-se, todavia, submetido ao acaso e por isso não pode ser predito. Estes elementos fundamentais operam também no fenómeno do jogo: do mesmo modo que as leis naturais controlam o acaso, assim as regras do jogo limitam estreitamente a incerteza dos lançamentos de dados.

A lei é um comportamento condicional fixado por regras. O acaso, em compensação, é a realização, para nós insondável, de *uma* eventualidade entre outras equivalentes. A correlação da lei e do acaso surge distintamente no jogo. O resultado do lançamento dos dados é comandado pelas regras do jogo.

De maneira análoga, na natureza, há leis físicas que coarctam o acaso, na medida em que reduzem mais ou menos a incerteza dos acontecimentos elementares, que se produzem ao nível microscópico, limitando mais ou menos os seus efeitos.

No que se refere ao processo da vida, esta correlação da vida e do acaso é extremamente complexa. Esta complexidade da realidade poderá apreender-se e abstrair-se num princípio físico?

A característica mais impressionante de toda a forma de vida é a sua complexidade no pormenor molecular. E, como se trata de uma complexidade organizada, os aspectos essenciais dessa complexidade deveriam ser descritíveis segundo modelos; do mesmo modo, as consequências deduzíveis de tais pressupostos físicos deveriam estar submetidas a critérios universalmente válidos.

Será a complexidade mensurável? Poderíamos tentar exprimir o grau de complexidade de um estado, por exemplo, enumerando as suas eventualidades possíveis. Na execução quantitativa desta ideia, deparamos com uma medida que é idêntica à definição matemática da informação.

As declarações estatísticas só têm sentido para números suficientemente grandes. Um comportamento não é «estatisticamente significativo» a não ser quando se reproduz com bastante frequência de uma certa maneira. Para os microestados de uma distribuição molecular, esta condição nunca é preenchida. Nenhum estado se assemelha a outro em todos os pormenores. Cada um deles é — medido nas suas possibilidades de realização no interior das fronteiras temporais e espaciais do nosso mundo — absolutamente único. E, no entanto, há leis naturais, leis estatísticas, assentes na verificação de que certas características da distribuição microscópica são largamente redundantes; na ocorrência, aglomeram-se em torno de um valor médio e determinam assim o comportamento macroscópico.

O fundador da mecânica ondulatória, Erwin Schrödinger, dizia em 1944: «A investigação em física provou claramente que, para uma maioria esmagadora de fenómenos cuja regularidade e constância levaram à elaboração do postulado da causalidade geral, a raiz comum é o acaso».

Estas leis da causalidade, elaboradas por Schrödinger, haviam sido deduzidas do comportamento macroscopicamente observável da matéria. Tal comportamento macroscópico não pode, em cada caso, ser previsto a partir de estatísticas referentes aos estados microscópicos. Há situações em que variações microscópicas aumentam a distância e acabam por dominar o que intervém no plano macroscópico.

O resultado essencial destas reflexões é a conclusão que estabelece que, no processo da evolução natural, só a tendência é determinada; o pormenor, em caso algum, pode ser predito. O processo evolutivo parte de situações em que se produzem variações mais ou menos amplas, que se reforçam de maneira autónoma; assim, o conhecimento das condições anexas não pode, só por si, induzir o destino do sistema. O que, aliás, não significa que se trate de um comportamento totalmente sem regras. A decisão relativa ao problema de saber que variações se reforçam ou não, e o mecanismo segundo o qual tal processo se cumpre, tudo isso se encontra submetido a critérios estabelecidos.

A selecção e a evolução, bem como o aparecimento dos primeiros seres vivos, são processos que têm lugar segundo leis. No entanto, o momento decisivo a cada nível da evolução é o acaso ancorado nesta complexidade microscópica; assim, a estrutura última dependerá da história da sua evolução. Toda a previsão, do mesmo modo que toda a reconstrução abstracta do pormenor histórico são impossíveis — abstracta, no sentido em que não utilizaria nem vestígios nem desenhos.

A liberdade da vontade não é, em caso algum, um arbitrário estatístico; assenta unicamente na possibilidade de ordenação selectiva de que o indivíduo dispõe.



Uma comparação com as dimensões do universo esclarecerá talvez a inimaginável complexidade da estrutura genética de uma célula de bactéria, com as suas 10 200 000 possibilidades ou «alternativas». A matéria que o universo contém não é «senão» 1 079 vezes a massa do elemento químico mais leve: o átomo do hidrogénio. Avalia-se a idade do mundo em um pouco mais do que  $10^{17}$  segundos. É evidente que, considerados estes números, não foi possível testar senão uma ínfima parte das alternativas possíveis da estrutura genética de uma célula de bactéria. E, todavia, encontra-se experimentalmente provado que as estruturas que surgiram são optimais, dada a sua adaptação ao meio ambiente; nenhuma variação poderia melhorá-las.

A evolução é um processo de aprendizagem material. Os pressupostos físicos necessários para a apreender possuem, enquanto tais, um valor geral. Deveriam ser pertinentes para qualquer forma de processo de aprendizagem e, portanto, também para os do nosso sistema nervoso central. Não são menos complexos do que a evolução biológica. A nossa liberdade de agir funda-se numa combinação análoga de lei e de acaso. Por trás da nossa vontade, encontra-se um mecanismo de comando que obedece aos mesmos critérios que o mecanismo de avaliação na evolução da vida. O momento em que tudo se desencadeia não é, também aí, mais do que uma ínfima oscilação, por exemplo, a descarga eléctrica de uma ou algumas células nervosas. Para um único indivíduo, há numerosas alternativas que ou reforçam ou reprimem tais oscilações. A alternativa que, por fim, leva a melhor é, sem dúvida, marcada, modelada, pelos critérios de avaliação inscritos na pré-história do indivíduo, mas não é claramente determinada por eles. Só deste modo podemos compreender a liberdade da nossa vontade, ou antes: a autonomia da nossa vontade.

A avaliação é, como na evolução, um processo de filtragem e de reforço. Poderá objectar-se que o processo de avaliação que se desenrola no nosso cérebro, segundo leis, não pode ser influenciado pelo «eu», e que, por conseguinte, a vontade não é livre.

Mas o «eu», a personalidade do indivíduo, não é uma instância independente deste mecanismo de avaliação; o «eu», pelo contrário, manifesta-se nele, é-lhe idêntico.

A liberdade da vontade não é, em caso algum, um arbitrário estatístico; assenta unicamente na possibilidade de ordenação selectiva de que o indivíduo dispõe.

Manfred Eigen

## V Parte. O nexu social: conjuntos e resíduos

### a) *Mecanismos de integração e formas de desvio*

Menos controlada, menos dominada do que a arte e o conhecimento, a experiência social apresenta-se também como mais abertamente contraditória. É assim de raiz: os conflitos e os arranjos imaginados em vista da sua regulamentação são tão patentes como a cooperação; a experiência social tece-se entre focos de coesão e focos de dispersão. Daqui resulta que modelos opostos se revelam compatíveis e que nenhum deles poderá aspirar a uma validade universal. A teoria social é um campo de aplicação privilegiado da tese da *Crítica da Razão Pura*, segundo a qual o «dogmatismo» consiste em contemplar a totalidade da experiência de um ângulo que convém apenas a um aspecto particular desta. Na teoria social, isso significa, segundo Raymond Boudon, que modelos de aplicação limitada serão encarados pelos seus autores como autênticas teorias, se não como leis de pretensão universal (cf. A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL).

A teoria da sociedade, com efeito, desdobra-se em torno de polaridades: ao par integração/desvio seria possível acrescentar muitos outros: coletivo/individual, global/local, regra/excepção, consenso/dissenção, holismo/individualismo metodológico, culturas dominantes/culturas dominadas, público/privado, social/associal. Estes pares dispõem-se em duas colunas, sob a rubrica do «conjunto» e do «resíduo», e exprimem em dimensões diferentes o que na sua *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolítico*, 4.ª proposição, Kant chamou a *sociabilidade insociável* do homem (cf. L'ETAT ET LA VIOLENCE, de B. Guillemain). Em cada patamar da socialidade, todo o conjunto tem o seu resíduo e revela-se como sendo um resíduo relativamente a outros conjuntos — permanecendo o indivíduo o mais constante dos resíduos (cf. O INDIVÍDUO), possibilidade sempre em aberto de uma ruptura relativamente aos dispositivos da socialização (cf. LINGUAGEM E SOCIEDADE, SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA: A PORTA

E A PONTE, ELITES E GRANDES ESCOLAS). Gilles Gaston Granger (*Essay d'une philosophie du style*. A. Colin, Paris, 1968) descreveu justamente o individual como aquilo que não é reabsorvível por uma estrutura.

Frente ao reducionismo das explicações que, em cada ocorrência, privilegiarão ou uma ou outra das polaridades, as metodologias pluralistas poderão surgir como as soluções mais naturalmente satisfatórias. No entanto, a adição de duas teses continua a ser descritiva e não será portadora de inteligibilidade enquanto não se acompanhar pela elucidação das relações entre as fenomenologias que correspondem às teses; assim, é quase inevitável o deslizar dos modelos para as teorias, provindo a força persuasiva de um modelo do facto de ele representar o esboço (ou a introdução a custos reduzidos) de uma teoria. A. Garfinkel propôs uma interessante síntese do «atomismo» de Adam Smith («a ideia de que formas sociais globais podem explicar-se como sendo o resultado das interações de um certo número de indivíduos independentes, tendo cada um a natureza individual dada de antemão», *Forms of Explanation*, Yale Univ. Press, 1983, p. 78), de Locke ou de Robert Nezick com uma hipótese «estrutural», de inspiração marxista, que «faz da propriedade uma relação, uma relação de poder» (*ibid.*, p. 85). As duas imagens (*pictures*) seriam válidas, porque «o próprio mercado apresenta os dois aspectos [...] onde as condições à maneira de Locke se encontram satisfeitas e onde existe uma independência dos destinos individuais, o modelo de Smith parece funcionar, tanto em economia como enquanto descrição (*account*) das nossas instituições éticas. Mas, nos casos que violam estes pressupostos de independência, o modelo de Smith deixa de ser válido. O mercado presta-se a esta dualidade, porque, em certas circunstâncias, se comportará como os seus defensores o prometem, enquanto, noutros casos, agirá conforme as afirmações de Marx» (*ibid.*, p. 87). «Imagens», «aspectos», «modelos», «descrições» e, noutros lugares, «concepções» e «ideias»... a incerteza das designações traduz um certo embaraço pe-

rante as determinações aparentemente contraditórias do mercado (cf. LÓGICA INDIVIDUAL E LÓGICA SOCIAL).

Da sobredeterminação da vida social decorre uma plétora de efeitos divergentes, indirectos, recuperadores, não desejados, «perversos» (R. Boudon, *Effets pervers et ordre social*, PUF, Paris, 1977) e uma acumulação de aporias que seria vão pretender seriar (cf. A SOCIOLOGIA DO QUOTIDIANO, VIDA PÚBLICA — VIDA PRIVADA, O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO). Seria pouco operante procurar, distinguir o que formalmente parece de natureza a produzir e a manter o nexos social (tanto «integrado» como «desviante») e os factores possíveis das rupturas.

A dialéctica da integração e do desvio é a ilustração disto mesmo. O desvio, que pôde ser definido como um meio de atingir fins lícitos através de meios ilícitos (cf. MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E FORMAS DE DESVIO), representa uma tendência centrífuga, ao mesmo tempo que pode contribuir para os rejuvenescimentos e renovações de que depende a estabilidade, no tempo, de um grupo social. Considerações de controlo, de escala, de limiar, de máximos e mínimos intervêm permanentemente; um agente de integração a certo nível revelar-se-á desviante a um outro nível ou segundo um ângulo diferente. Parece igualmente impossível fazer a economia dos valores e das representações que os grupos têm de si próprios e da sociedade (cf. O IMAGINÁRIO SOCIAL) — e os conteúdos da integração e do desvio mudam continuamente, tal como as suas instâncias: cf. a socialização que se efectua através dos *media* e do desporto. É por meios muito diversos que os conjuntos sociais ao mesmo tempo revelam e resolvem a tensão (tendencial, manifesta ou exasperada) entre preservação da identidade e diferenciação, unidade e divisão.

#### b) *A sociedade dividida*

Em análises célebres, Max Weber pôs em evidência o «politeísmo» dos valores e dos fins na socie-

dade moderna, onde os conflitos próprios da existência social se vêem multiplicados. Aqui, como noutros lugares — como na arte, o conhecimento, a economia, a demografia —, uma dinâmica da explosão e da proliferação se instituiu, e a comunicação (cf. I parte), selo das integrações bem sucedidas, revela-se precária no seu próprio fundamento. O crescimento da sociedade, a despeito e até por intermédio das crises, instaura um princípio de «obsolescência» generalizada (cf. SOBRE A CRISE). Noutros termos, o panteão renova periodicamente os seus deuses, do mesmo modo que mudam incessantemente os produtos culturais, os bens simbólicos (de acordo com a expressão de Pierre Bordieu), que a cada momento fornecem as ocasiões e são os *relais* da comunicação. O *generation-gap* torna-se um padrão cómodo para a medição da transformação social.

As resultantes deste processo são ambíguas. De certa maneira, o projecto implícito de uma integração através da inovação permanente é vítima do seu êxito excessivo: como os conhecimentos (III parte), os outros bens simbólicos, os valores e as representações colectivas sofrem de uma falta congénita de estabilidade. O que deveria favorecer a transparência e provocar uma regulação pode transformar-se numa causa de opacidade e de instabilidade. Assim, uma marginalização (simbólica, profissional, técnica), engendrada constitutivamente pela modernidade, redobra do interior os efeitos de disparidade e de desigualdade resultantes do confronto forçado de culturas outrora relativamente isoladas e estanques. As «subculturas» não representam apenas um resíduo pré-moderno, elas são igualmente o resto permanente da modernidade.

No entanto, se a integração se apresenta assim como perpetuamente inacabada (quer dizer: permanece uma ideia, no sentido kantiano), a produção sistemática do novo (III e IV partes) parece, pelo seu lado, demasiado poderosa para não tornar inoperante toda a tentativa de voltar atrás; perturba irreparavelmente as civilizações tradicionais,

que se arriscam a perder em todos os tabuleiros, porque — em sentido inverso — as suas competências cognitivas e os seus *a priori* comunicativos (cf. D. Hymes, *On Communicative Competence*, Philadelphia Univ. Press, 1971) parecem suficientemente fortes para tornar extremamente custosa, se não duvidosa, a aculturação em profundidade à industrialização e à sociedade liberal e democrática.

O movimento de expansão e a pluralidade implicam uma perda estrutural do sentido da tradição, trate-se da filosofia, das ciências — como Husserl o mostrou quanto à física pós-galileiana (a ciência normal, segundo T. S. Kuhn, é marcada por um esquecimento análogo do sentido originário da ciência «extraordinária», fundadora de um estilo) — ou do social. Os laços culturais revelam-se comparativamente frágeis; e resulta daí que a pertinência crítica das «hermenêuticas» e da filosofia em geral frente à modernidade (cf. I parte, sobre a tradução; II parte, sobre a vanguarda; III e IV partes, sobre a cultura científica) não é necessariamente acompanhada por uma igual pertinência de proposta. Na ausência de um enraizamento em tradições actuautes — que não seriam nem marginalizadas, nem míticas, nem uma explosão fragmentada —, as exigências humanistas de significação e de transparência reduzir-se-ão muitas vezes apenas ao protesto contra a violência da modernidade. E a crítica social descobrir-se-á ameaçada por duas tentações: a fuga para diante utópica (uma intensificação «desviante» do movimento espontâneo da sociedade) e a reacção romântica e passadista, podendo esta, de resto, fornecer conteúdos àquela. A rica experiência europeia e americana em matéria de invenção social durante os anos sessenta e setenta (cf. OS INOVADORES SOCIAIS) ilustra abundantemente uma e outra destas tentações, tanto na teoria como nas práticas de tipo «comunitário».

O crescimento social e técnico caminha a par de um regime onde a disparidade e a divisão limitam no seu princípio os acordos estáveis que, para

Comte como para Marx, deveriam representar o culminar do movimento social. Onde parece existir, o consenso social sobre a finalidade da sociedade é imposto em nome de um além — a verdade, Deus ou o futuro — e o totalitarismo sobre-põe-se à integração, sufocando-a. A contingência dos estatutos nas sociedades competitivas, as interdependências móveis, a multiplicidade de pertenças e papéis sociais, bem como a sua relativa indeterminação («variância dos papéis, ambivalência das normas que definem os papéis, carácter *compósito* de certos papéis e *interferências* entre papéis constituem quatro fenómenos essenciais para o sociólogo» [R. Boudon, *op. cit.*, p. 71]), as racionalidades conflituais das organizações e dos grupos (M. Crozier, *L'Acteur et le système: les contraintes de l'action collective*, Seuil, Paris, 1977, pp. 313-316), tudo isso põe sistematicamente em causa a eficácia dos aparelhos de integração.

Estas verificações, que não são novas, podem desembocar numa *ontologia da divisão*. Já subjacente ao grande ensaio de J. Stuart Mill, *Sobre a Liberdade*, ela deixa-se abordar de várias maneiras: J.-P. Dupuy pôde pôr em paralelo a conflitualidade essencial da sociedade, a ideia de complexidade segundo Edgar Morin, a associação de mimetismo e da violência de acordo com René Girard, a autonomia da sociedade segundo Cornelius Castoriadis. Na sociedade *moderna*, a divisão manifesta-se com a maior das forças: «A democracia, escreve Claude Lefort, deixa [...] aparecer a divisão social. A sua exterioridade atesta uma divisão [...] da sociedade para consigo própria — quer, como se prefira dizer, a impossibilidade para a sociedade de coincidir consigo própria, quer a necessidade em que se encontra, para entrar em relação consigo própria de uma cisão interna com o que virá a ser o elemento puramente político e o elemento puramente social. Ora, podemos observar como esta cisão se torna sensível no jogo das instituições [a «cena política», cf. IV parte] e como torna igualmente sensível [...] a diferenciação interna do social» (*L'Invention démocratique*, Seuil, Paris, 1983, p. 157).

Por outro lado, a pluralidade das dinâmicas e os diversos caminhos da mudança social (cf. *SOBRE A CRISE, A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL*) tornam problemática qualquer *previsão*. Perguntámos

a Raymond Boudon, professor na Universidade de Paris-IV, Sorbonne, o que será possível adiantar hoje a este propósito. A sua resposta foi o seguinte texto:

### A Previsão

Importa, em primeiro lugar, estarmos bem conscientes das dificuldades da previsão em matéria de ciências sociais. Basta, para nos convenceremos delas, evocar alguns célebres erros de previsão: o dicionário alemão equivalente ao nosso Larousse, o Brockhaus, afirmava, por exemplo, em 1882, que o automóvel era uma invenção curiosa, sem qualquer futuro e que, além disso, fora condenado pela comunidade científica. E as evoluções científicas ou mesmo técnicas nem sempre são mais fáceis de prever do que as evoluções políticas, económicas, históricas ou sociais. Lembremos que Auguste Comte declarava para sempre impossível a análise da composição química das estrelas e que, em 1945, um universitário americano pretendia ter demonstrado matematicamente a impossibilidade de enviar um engenho à Lua. No domínio da evolução geral das sociedades, as dificuldades da previsão são, sem dúvida, muito maiores. É um dos pioneiros e principais figuras da «futurologia», Hermann Kahn, quem no-lo diz: se tivesse aplicado no início do século os métodos de previsão de que dispunha por volta de 1950, teria previsto certas evoluções, mas não teria podido prever, afirma-no-lo, nem as duas guerras mundiais, nem a ascensão do fascismo e do comunismo, nem a teoria da relatividade, nem o desenvolvimento da psicanálise...

Feitas estas reservas, creio que a principal «dimensão» a propósito da qual podemos arriscar-nos a fazer previsões é a dimensão técnica, na condição de nos cingirmos a generalidades e não procurarmos entrar nos pormenores, porque é evidente que se produzirão, a longo, a médio e até a curto prazo, inovações, que, pela natureza das coisas, não podemos mais do que dificilmente entrever. O que pode dizer-se é que haverá, salvo catástrofe, um progresso técnico contínuo, que se desenvolverão invenções permitindo melhorar as realizações do homem e a produtividade do trabalho humano. Mas nada sabemos sobre o lapso de tempo dentro do qual essa evolução afectará esta ou aquela parte do planeta, nem sobre as consequências daí decorrentes. É inútil insistir no facto de a agricultura ter hoje, em certas regiões, o mesmo nível de desenvolvimento que a agricultura europeia da Idade Média. Portanto, o progresso técnico

O progresso técnico continuará, mas é muito difícil prever como, dentro de que prazos e com que consequências de difusão.

continuará, mas é muito difícil prever como, dentro de que prazos e com que consequências de difusão.

Uma segunda dimensão importante é a da interdependência entre sociedades e societários. Também aqui nos podemos arriscar a prever uma interdependência crescente: os meios de transporte, de comunicação, de difusão são chamados a desenvolver-se, do mesmo modo que a dimensão e a densidade das redes de comunicação, de troca e de interação. Por conseguinte, a densidade e a importância daquilo a que os economistas chamam *efeitos externos* estão destinadas a crescer: com efeito, quando a interdependência cresce, as consequências sobre *Alter* dos actos de *Ego* são mais numerosas e, eventualmente, mais severas; a autonomia de *Alter* é reduzida por *Ego*, e reciprocamente. Creio que deveria resultar desta evolução a emergência de um novo individualismo: estando a individualidade colectiva e pessoal ameaçada pela interdependência, deveriam desenvolver-se uma moral, uma ideologia individualistas. O ressurgimento dos provincialismos, dos regionalismos, o culto da «espontaneidade» parecem-me ser sintomas dessa evolução.

De modo complementar, parece-me que, nas sociedades ocidentais pelo menos, uma nova filosofia do Estado tende progressivamente a emergir. Conhecemos uma concepção ultraliberal do Estado, onde o Estado, reduzido ao papel de «guarda-nocturno», se limitava a assegurar a tranquilidade dos societários; conhecemos a concepção «jacobina» do Estado, segundo a qual os governantes têm o direito e o dever de se imiscuírem em tudo em nome do bem comum. Creio que hoje uma outra filosofia do Estado transparece nas exigências dos cidadãos e que é perceptível nos «novos conflitos» das sociedades industriais avançadas: espera-se do Estado, não que este assegure a igualdade entre os cidadãos (só os ideólogos alguma vez terão podido crer que houvesse grande vontade disso e que o igualitarismo possa corresponder a uma exigência real dos societários), mas que proteja cada um, como um bom árbitro, dos efeitos externos produzidos por outrem. Paradoxalmente, espera-se do Estado que esteja mais presente, deseja-se que seja dotado de mais poder do que o Estado da concepção ultraliberal, de maneira a estar em condições de melhor preservar a autonomia individual contra esses efeitos externos. Entre a concepção ultraliberal e a concepção jacobina do Estado (a que é realizada nas sociedades chamadas socialistas), uma concepção *arbitral* do Estado parece-me assim dever desenvolver-se.

A interdependência entre nações, pelo seu lado, parece-me dever progressivamente — ou antes, tendencialmente — impor regras de bom comportamento interestatais. As relações entre dois Estados particulares estão mais hoje do que ontem colocadas sob a vigilân-

Hoje, uma outra filosofia do Estado  
transparece nas exigências dos cidadãos.



cia dos demais: o que é olhado como abusando da sua força, da sua influência, do seu poder de chantagem ou de dominação sobre determinado parceiro mais fraco encontra-se exposto ao risco de pagar esse excesso por um descrédito internacional que poderá ser-lhe bastante oneroso. Mas, uma vez mais, trata-se sobretudo de *tendências*, e tendências que podem ser invertidas ou travadas por acidentes por essência imprevisíveis. É evidente que o nascimento e a extensão dos sistemas políticos de tipo marxista-leninista nada tinham de *necessário*, nem de *funcional* e que foram a contingência e o acaso a presidir ao seu nascimento (cf. R. Boudon, *La Place du désordre*, PUF, Paris, 1984).

Do mesmo modo, é possível adiantar que, *em média* — e salvo catástrofe —, o progresso económico deveria prosseguir. Importa, de resto, repetir que, sejam quais forem as disparidades entre, por exemplo, a América do Norte ou a Europa e a América do Sul, numerosos países da América do Sul registaram, durante os três primeiros decénios do pós-guerra, taxas de crescimento superiores às dos países mais desenvolvidos. Mas é difícil ir para além destas tendências gerais: as vias do desenvolvimento económico são tão complexas, tão variáveis, a tal ponto dependentes de tão grande número de factores que qualquer representação simples se encontra, neste campo, de antemão condenada.

A grande questão está em saber se as sociedades ocidentais liberais saberão converter em força moral e espiritual a baixa de poder e de influência que conheceram com a emergência do Terceiro Mundo na cena política internacional. Tudo o que se pode dizer é que os valores que propõem — respeito pela vida, pela pessoa, pelo indivíduo, pela criatividade; equilíbrio das relações entre o indivíduo e o Estado — são muito largamente percebidos como positivos, mesmo pelos que se querem adversários das sociedades ocidentais, e que as mesmas sociedades demonstram, pelo simples facto da sua existência, que tais valores podem ser efectivamente realizados. Há aqui uma incontestável força de atracção, no sentido moral do termo, representando talvez o fio vermelho da história.

Raymond Boudon

A posição arbitral do Estado tal como é encarada por R. Boudon prolonga no exterior as coacções que a sociedade se impõe a si própria em vista de sublimar e reduzir a violência (cf. DA CIVILIDADE À SOCIABILIDADE); o Estado será uma

instância neutra, o lugar de uma racionalidade que a sociedade não está à altura de produzir.

Com efeito, a cisão moderna do social e do político (cf. C. Lefort, *op. cit.*) — ao contrário, o pensamento dos séculos XVI e XVII não distin-

guia ainda completamente o político, o social e o económico, reunindo um só discurso de sociedade e da arte de governar as três esferas — conduziu a uma tentativa de redefinição do social através de uma intervenção deliberada sobre as instituições, a economia, os costumes. A ficção reguladora do contrato (concebido como uma «posição originária» dos societários que decidem em conjunto da melhor regra da vida em comum; cf. J. Rawls, *A Theory of Justice*, Oxford Univ. Press, 1971, parág. 4; cf. também IV parte) anunciava já que a sociedade é algo a inventar e a reinventar.

A aposta da sociedade democrática consiste em buscar no político os dispositivos que compensarão a turbulência do social. A aposta revolucionária, de que o marxismo representou a forma mais avançada, é o seu caso extremo; procuram-se então eli-

minar as próprias nascentes da instabilidade. As afirmações de Hegel sobre a Revolução Francesa são válidas ainda para a revolução do século XX: «Chegadas ao poder, escrevia ele na *Filosofia do Direito* (parág. 259), estas abstrações contribuíram para o mais formidável espectáculo que conhecemos desde que o homem existe: a constituição de um grande Estado empreendida desde o começo pelo *pensamento* e acompanhada do derrubamento de todo o existente e de todo o dado — a vontade de lhe atribuir como base somente o *racional pressuposto*. Por outro lado, uma vez que são unilaterais, estas abstrações fizeram dessa tentativa o mais brutal e aterrorizador dos acontecimentos». O processo da revolução está hoje feito: em que ponto nos encontramos? Claude Lefort, director de estudos na Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais, dá-nos aqui a sua resposta.

Os tempos mudaram. No período que se seguiu à guerra, até ao início ou a meados dos anos de 1960, o debate dominante, teórico-político, circunscreveu-se em função de uma concepção marxista da história. Os seus protagonistas podiam opor-se, por vezes rudemente, reclamarem-se alguns do existencialismo (ateu ou cristão), encetarem o processo do materialismo; não obstante, falavam na sua maioria uma mesma linguagem, manejavam os mesmos conceitos. Discutia-se o sentido da história, a dialéctica, o ponto de vista da totalidade, da revolução, da práxis social e da articulação com a teoria. Sem dúvida, a actividade filosófica nunca coube por inteiro no quadro deste debate; prosseguiu à sua margem ou nos próprios trabalhos dos que, participando no debate referido, só se lhe entregavam por metade. Mas falamos apenas do espírito do tempo. Tal expressão não é vazia; basta observar a atracção que exercem nos nossos dias, no campo do pensamento político, autores outrora pouco conhecidos, ou mesmo ignorados, para medirmos a amplitude da mudança, ou melhor, para nos darmos conta de uma ruptura.

Quanto a esta, poderíamos ser tentados a fixar o seu primeiro momento na formação de um novo ideal de conhecimento, inspirado nomeadamente pela difusão do modelo da linguística, pela formação do estruturalismo e da epistemologia. Mas há diversos modos de ruptura. O que se vê então abandonado, ou até desacreditado, é

a filosofia da história, sem dúvida, e é a própria história, na medida em que se presta à reflexão filosófica, mas é também a filosofia enquanto tal — isso em benefício da ciência, de um saber que se supõe ganhar a sua validade através da coerência das suas operações, do modo de construção das hipóteses, da estrita determinação dos seus objectos como objectos puros de conhecimento, da rejeição como ilusão do que o senso comum ou o filósofo visa como realidade ou como verdade. Que esta disposição, de uma maneira geral, tenha induzido consequências políticas, parece pouco discutível. Num caso, pelo menos, elas foram manifestas: o próprio marxismo se viu cientificamente depurado, de tal maneira que pareceu desligar-se de qualquer análise, por um lado, das transformações do capitalismo, das relações de classe, de um movimento operário e, por outro lado, dos caracteres dos novos sistemas de dominação de tipo burocrático ou totalitário; assim, o asseio da teoria preservava dos golpes do real... Todavia, não poderá esquecer-se que a transformação que se efectuava sob o signo de uma nova cientificidade se acompanhava por um retraimento maciço do campo do pensamento político, de um abandono da reflexão que, a coberto da filosofia da história, continuara anteriormente a exercer-se sobre a natureza dos diferentes regimes e das condições da liberdade no nosso mundo. Não será, aliás, essa a razão pela qual se produziu um refluxo dessas correntes que, durante quinze anos, pareceram arrastar tudo à sua passagem? O teste dos acontecimentos, referentes à natureza da URSS, dos regimes da Europa de Leste, da China e depois do Camboja, despertou a pouco e pouco o sentido do verdadeiro e do falso, do real e do imaginário, e começou a levar à eclosão de novas exigências intelectuais. Semelhante transformação é, certamente, de interpretação difícil, uma vez que, afinal de contas, acontecimentos anteriores bastante eloquentes não haviam bastado para abalar os espíritos... Seja como for, a figura do totalitarismo, outrora mascarada sob as cores do socialismo, revelou-se. A partir de então, nasce uma preocupação completamente nova de saber e julgar; desenvolve-se um debate que, pelo seu alcance, faz em pedaços os artificios cientistas da véspera e reconduz ao questionamento filosófico, mas em direcção a respostas que transformam as que eram dadas ou procuradas ainda há vinte e cinco anos.

O sentido da história, a dialéctica, o ponto de vista da totalidade, a articulação da teoria e da práxis, eis outros tantos alvos doravante deliberadamente visados, outras tantas noções cuja destruição parece governar o acesso ao novo pensamento. O processo do totalitarismo acarreta a crítica do marxismo, e esta, por sua vez, a anulação da obra de Marx; e, por um encadeamento imprevisto, são todos os empreendimentos portadores da marca do racionalismo

Que significa o regresso ao antigo liberalismo clássico, quando se elimina deste a fé nas luzes e singularmente no Progresso?

Grandes pensadores do nosso tempo são invocados por novos discípulos ao serviço de um esquema pelo menos inquietante.

moderno que se tornam objectos de desconfiança. A vontade de desmistificação não pode deixar de se regozijar; as vias assim abertas provocam porém perplexidade.

Se as quiséssemos seguir uma a uma, perante cada uma delas poderíamos manifestar igual espanto. Que significa, por exemplo, o regresso ao religioso, quando este já não sustenta uma concepção da vida que se escorava em normas de conduta que todos estão muito longe de querer restabelecer? Que significa, por exemplo, o regresso ao antigo liberalismo clássico, quando se elimina deste a fé nas Luzes e singularmente no Progresso? Ou que significa o regresso à moral kantiana, quando se abandona todo o edifício da teoria sobre o qual ela se apoiava? Mas atenhamo-nos ao que nos parece mais digno de interesse, na medida em que a crítica do totalitarismo, o renascimento de uma interrogação política nos parecem introduzir uma crítica da modernidade fundada numa interpretação do Ocidente que paradoxalmente se combina com a rejeição de toda a filosofia da história ou de todo o pensamento totalizante.

Grandes pensadores do nosso tempo são invocados por novos discípulos ao serviço de um esquema pelo menos inquietante... Apon-ta-se uma ruptura a partir da qual teria sido ocultada uma experiência originária da relação do homem com o Ser ou da busca da verdade ou da acção geradora da liberdade. Qualquer que seja o momento em que se supõe que o processo de ocultação tenha começado — antes ou depois da emergência da filosofia grega ou, em vez disso, no termo do desenvolvimento da *polis* democrática —, é sempre depois da era das Luzes sob o efeito do primeiro surto das ciências modernas combinado com o da filosofia do sujeito, a seguir sob o efeito da Revolução Francesa e do ideal de um universalismo abstracto, ou sob o efeito da expansão da técnica ou da revolução industrial, que o processo parece precipitar-se, até ao momento de produzir diante dos nossos olhos as suas últimas consequências, na civilização do nosso tempo, cujos possíveis monstruosos o totalitarismo revela. O *fim*, tornado sensível, do que se pôs em marcha desde a ruptura primeira desvela o que estava implicado no começo. Mas, já que tal ruptura não se fez senão em razão de um esquecimento, de uma ocultação do ser, da verdade ou da liberdade, quanto maior, mais iminente, se reconhece o perigo, mais se torna pensável a probabilidade do grande saber ou do grande poder de que os homens se desviaram (não parando, de resto, ao longo dos tempos, de atestar o seu rasto).

Compõe-se assim, sob a autoridade de certos pensadores, como Heidegger, Adorno, Leo Strauss, Hannah Arendt — que são entre si, como não deveria ser necessário dizê-lo, inconfundíveis —, uma espécie de nova vulgata filosófica, à primeira vista tão afastada

quanto possível da da geração precedente, mas que não é de modo algum de forma a revigorar-nos. Totalização às avessas, graças a encadeamentos regidos pelo movimento da ocultação, à dialéctica negativa, à anti-história, em forma de história — sem, igualmente, o lastro da contingência —, ela desemboca na alternativa da perda ou da salvação através da revelação: será isto a „abrir-nos de novo a via da filosofia política?

Vale a pena colocar a questão em termos mais gerais: o filósofo poderá arrogar-se de uma posição tal que nada tenha a descobrir, nas obras e nas instituições do passado, para além daquilo que lhe permite elaborar uma interrogação sobre o ser, sobre a verdade ou sobre a liberdade, cujos termos ele fixou, de tal modo que conhece de antemão o que finge aprender? Não será antes sua tarefa, se quiser renunciar decididamente à tentação do sobrevoo, procurar *pensar*, despertando as questões que habitavam os homens de outros tempos e reconduzindo-as ao presente, deixar-se ensinar a diferença dos tempos em troca do seu esforço para medir aquilo através de que outros, antes de si, faziam já o teste dessa diferença? Noutros termos, dissipar a ilusão da filosofia da história não deveria significar, em vez de despedir a história, despertar o sentido do histórico? Por fim, se adquiriu a convicção de que deve em parte à experiência efectiva do totalitarismo a sua própria faculdade de se libertar dos preconceitos que entravavam a reflexão da geração precedente, dominada pela ideologia marxista — não será então antes sua tarefa explorar a natureza da democracia que precisamente esse totalitarismo se empenha em destruir, ao mesmo tempo que pretende destruir a filosofia ou o pensamento enquanto tais? Em vez de procurar apenas na democracia moderna o que percorre o seu caminho ao arrepio, não seria tempo de que o filósofo se perguntasse se o direito que se reconhece a filosofar, o direito de pensar, de recusar as certezas obtidas através da garantia de um bom fundamento — esse direito, não o beberá na aventura de uma sociedade que, ela própria, tacitamente, fez o luto de um fundamento da lei, da autoridade, do poder, acolhendo em si uma indeterminação última?

Claude Lefort

#### IV Parte. Política e poderes: autonomia e heteronomia

A ideia de contrato social, presente tanto em Hobbes como em Locke, Rousseau e Kant, é como

que a alegoria, conforme já tem sido indicado, de uma sociedade a construir, de uma sociedade «não natural». Mais precisamente, o contrato significa a resultante de vontades individuais divergentes que se encontram e cruzam num ponto,

para retomarmos a definição de Ferdinand Tönnies. A instituição do contrato supõe ao mesmo tempo que os indivíduos não são auto-suficientes, que podem encontrar-se em oposição, mas também que, por um acto de vontade e de razão, decidem associar-se. Ao mesmo tempo que reconhece a divergência e a divisão, a ideia de contrato exprime a busca de formas de cooperação; e, nesta óptica, o *político* é essa interacção concertada, ou pelo menos deliberada, que deve fazer crescer o *poder* dos actantes sobre o meio que os rodeia e sobre si próprios. Como diz John Rawls, cuja monumental *Theory of Justice* procede a uma reactivação do contratualismo clássico: «Embora uma sociedade seja uma aventura cooperativa iniciada para vantagem mútua dos que nela participam, encontra-se marcada de modo característico tanto por um conflito como por uma identidade de interesses. Há identidade de interesses, uma vez que a cooperação social torna possível para todos uma vida melhor do que seria a de cada um se tentasse viver unicamente graças aos seus próprios esforços. Há conflito de interesses, uma vez que os homens não são indiferentes à maneira segundo a qual se distribuem os benefícios acrescidos produzidos pela sua colaboração, porque, para prosseguirem os seus fins, preferem todos ter uma parte maior e não menor. É assim que são necessários princípios para poder escolher entre os diferentes arranjos sociais que determinam essa divisão dos benefícios e subscrever um acordo sobre a repartição conveniente das partes. Estas exigências definem o papel da justiça» (*A Theory of Justice*, parág. 22, p. 126). O conflito e a identidade de interesses encontram-se conjuntamente na origem da «união social» (*ibid.* parág. 79, p. 520).

Por certo que é possível não aceitar esta génese ideal do político em geral (se é que tal expressão possui sequer um sentido) e pensar que não é aplicável a todas as sociedades. Por exemplo, um crítico «aristotélico» (quer dizer, pré-moderno) de Rawls, W. A. Galston, nota, em termos sintomáticos, que «a vida política tem uma importante componente *natural*. Somos, como sugeria Aristó-

teles, seres constituídos de tal modo que não podemos desenvolver-nos e obter satisfação a não ser no interior de uma comunidade política. É por isso que é enganador considerar que a comunidade política é integralmente criada por escolha ou por acordo, em nome de um contrato de interesses» (*Justice and the Human Good*, Univ. of Chicago Press, 1980, p. 4; trata-se de uma crítica bastante difundida). Todavia, a descrição de Rawls, com as suas noções de separação e de cooperação, de decisão, de concertação, de racionalidade, de busca intencional da justiça, convém bastante exactamente ao regime político das sociedades modernas. São estas, e não a teoria, que surgem divididas, e de tal maneira que a integração social espontânea tem de se reforçar através de modalidades explícitas de cooperação; deste ponto de vista, a revolução — novo dado absoluto — não constitui mais do que o culminar de uma vontade de invenção racional da sociedade, que já se encontra no centro das doutrinas do contrato.

O contrato não é uma ficção liberal, mas a condição da existência social do indivíduo, e renova-se sem cessar através de cada cidadão e do conjunto dos cidadãos. A entrada regulada na sociedade faz-se de modo permanente, consistindo a justiça em transformar esta entrada na busca de uma «sociedade bem ordenada»: «Uma sociedade é bem ordenada quando se destina não só a aumentar o bem dos seus membros, mas quando é igualmente regulada por uma concepção pública da justiça. Quer dizer, quando é uma sociedade em que, em primeiro lugar, cada um aceita os mesmos princípios de justiça e sabe que os outros agem igualmente, e em que, em segundo lugar, as instituições sociais de base satisfazem geralmente estes princípios e são geralmente concebidas de modo a satisfazê-los» (J. Rawls, *op. cit.*, parág. 1, pp 4-5).

O problema será então de saber se e em que condições se revela praticável um acordo sobre os princípios da justiça. Mas observar-se-á desde já que o *welfare state* é a organização política que até ao momento presente melhor realizou todos os aspectos indicados. Constitui muito precisamente



o resultado de um contrato renegociado periodicamente, na esfera do político como na do social e do económico (cf. O ESTADO-PROVIDÊNCIA E O CIDADÃO). E a aporia que o afecta é a do sistema representativo em geral: na impossibilidade de uma negociação interindividual universal, incumbe a instâncias de mediação exprimir os diversos interesses em jogo; no mesmo acto, introduzem-se barreiras e opacidades, a possibilidade estrutural do corporatismo, etc. Por outro lado, para ser racional, o contrato deve fundar-se no conhecimento (quer dizer, numa informação exacta, cf. INFORMAÇÃO E «DESINFORMAÇÃO») do contexto das tomadas de decisões e das suas consequências e efeitos.

Sendo assim — e voltaremos a este ponto —, não é menos certo que o contratualismo é a ideia forte verdadeiramente reguladora do Estado democrático e liberal, e não um mito de origem. Consagra uma exigência de autonomia e de conhecimento e desenha uma finalidade, o equilíbrio entre, por um lado, liberdade e decisão individual e, por outro lado, regulação colectiva. Contra Rawls, houve críticos que fizeram valer que a preeminência da liberdade tal como ele a encara continua a ser indemonstrável (cf. B. Barry, *The Liberal Theory of Justice*, Oxford Univ. Press, 1973, pp. 59-65) — e poderíamos acrescentar que os Estados democráticos e liberais são pouco numerosos e que a sua quantidade não parece estar a aumentar (cf. AS LIBERDADES PÚBLICAS NAS SOCIEDADES LIBERAIS): a excelência comparada do debate que aqui se subentende, e que se refere à tensão entre a autonomia liberal e a heteronomia democrática, pressupõe sem dúvida intuições de justiça prévias, que não são «universais» e que exigiriam uma justificação... Com efeito e mais geralmente, como Rawls observa, existe um «equilíbrio reflexivo» entre as nossas opiniões rectas («considered judgements», *op. cit.*, parág. 9, p. 48; cf. o «*orthos logos*» de Platão) sobre a justiça e os princípios normativos. Igualmente os arranjos políticos remetem para valores

e, sempre-já, para os projectos de sociedade a que Heidegger chamava «historiais».

O acordo sobre os princípios da justiça, numa «situação originária», em que homens decidem em conjunto dos princípios de justiça que os vão governar, esse acordo obter-se-á somente em certas condições. Aos juízos intuitivos (espécie de *Lebenswelt*, no sentido de Husserl, da moralidade), é necessário acrescentar um estado de «raridade moderada», por outras palavras, um estado em que um certo nível de bem-estar e um excedente mínimo de riqueza se encontram adquiridos (cf. J. Rawls, *op. cit.*, parág. 22, p. 127 e parág. 82, p. 542). Do mesmo modo que «uma sociedade em que cada um pode atingir completamente o seu bem, ou ainda na qual não há exigências conflituais e onde as necessidades de todos se ajustam sem coacção segundo um plano de actividades harmonioso, é uma sociedade *para além da justiça*» (*ibid.*, parág. 43, p. 281, sublinhado por nós); igualmente, abaixo de um certo limiar, a problemática da justiça *ainda* não se põe, e seremos mesmo levados a tolerar entorses aos princípios da justiça.

A situação originária de escolha é ideal, mas não no sentido em que se antecipa uma posição isenta de toda a coacção (cf. J. Habermas, a propósito da I parte). Trata-se antes de uma experiência imaginária cuja exigência é a existência de um mínimo de comunicação e de conhecimento; escolher-se-á «no escuro», aplicando uma regra *maximin* visando apenas atingir um «mínimo satisfatório», a partir da consideração do «pior que pode acontecer em toda a linha de acção encarada a partir daí» (*ibid.*, parág. 26, pp. 156 e 154). Cobertos pelo «véu da ignorância», os societários não conhecem as suas posições próprias nem as dos outros na sociedade, na política e na economia; não conhecem também a sua própria inteligência, a sua força, etc., mas somente «os factos gerais da sociedade», a saber, os princípios da teoria económica, as questões políticas, as bases da organização social, as leis da psicologia humana... (*ibid.*, parág. 14, pp. 136-138). Deste modo, as decisões seriam tomadas unicamente em função de «considerações ge-

rais», não em função de interesses particulares, do egoísmo e da inveja.

Nestas condições e entre as concepções possíveis em matéria de justiça (cf. *ibid.*, parág. 21), Rawls estabelece que as sociedades escolheriam dois princípios, os quais não seriam objecto de negociações futuras e funcionariam como a carta fundamental da sociedade: em primeiro lugar, o da liberdade compatível com a liberdade de outrem; em segundo lugar, o «princípio da diferença», que estipula que as desigualdades se justificam apenas na medida em que apareçam como favorecendo os desmunidos (cf. *ibid.*, parág. 46, pp. 302-303). Os dois princípios não têm o mesmo peso: a liberdade, pressuposto absoluto de toda a justiça, tem primazia sobre a justiça diferencial (o que faz com que Rawls seja criticado à esquerda), a qual lhe será sacrificada, se tal for necessário (cf. *ibid.*, parág. 82, p. 541 e sgs.). No entanto, em situações não críticas, o primeiro princípio será temperado pelo segundo, que é a alavanca mais segura da justiça social nas sociedades democráticas (é por isso que Rawls é atacado pela direita e pelos críticos do *welfare*).

Deduzidos a partir dos «pressupostos mais fracos possíveis», os dois princípios da justiça determinam a *justiça como equidade (fairness)* e forneceriam um «ponto de Arquimedes para, sem invocação de considerações *a priori*, avaliarmos o sistema social» (*ibid.*, parág. 41, p. 261), a sua estrutura de base, as suas instituições políticas, a distribuição dos poderes, as aspirações sociais. Rawls, nomeadamente, não tem de invocar direitos naturais à liberdade e à assistência social; é uma decisão racional unânime que fixa a carta da sociedade.

A partir de uma base filosófica por vezes diferente (cf., para um ponto de vista utilitarista, J. C. Harsanyi, *Rational Behaviour and Bargaining Equilibrium in Games and Social Situations*, Cambridge Univ. Press, 1977), este tipo de raciocínio encontra-se noutros autores; remonta em parte a Kant, de quem Rawls se reclama (cf. sobretudo, *op. cit.*, parág. 40, p. 251), se não a Leibniz, que

pretendeu basear a moral e a política na perspectiva de «o lugar do outro» e, igualmente, de um princípio do pior (cf. G. W. Leibniz *Textes Inédits*, II, PUF, 1948, p. 646). A construção de Rawls suscitou já uma abundante literatura (cf., entre outros, N. Daniels dir., *Readings Rawls: Critical Studies of «A Theory of Justice»*, Nova Iorque, 1974; B. Barry, *op. cit.*, 1973; J.-C. Harsanyi «Can the maximin principle serve as a basis for morality?», in *Amer. Pol. Sci. Rev.*, 69, n.º 2, 1975; R. P. Wolff, *Understanding Rawls*, Princeton Univ. Press, 1977; O. Höffer, dir. *Über J. Rawls Theorie der Gerechtigkeit*, Suhrkamp, Francoforte, 1977). Entre as críticas de fundo que lhe são feitas, acusam-no muitas vezes de um racionalismo que não escora apenas a teoria da escolha, mas também o princípio segundo o qual cada societário procurará que os princípios normativos da sociedade, sejam eles quais forem, lhe proporcionem um máximo de benefício; este mesmo racionalismo alimenta a noção de sociedade bem ordenada ou o conceito de plano de vida: «O bem de uma pessoa é determinado pelo que para si é o plano de vida a longo prazo mais racional, sendo dadas circunstâncias convenientes. Um homem é feliz quando está a realizar esse plano, com mais ou menos êxito. Para o dizer brevemente, o bem é a satisfação de um desejo racional. Devemos, portanto, supor que todo o indivíduo tem um plano de vida racional, plano que traçou levando em conta as condições com que se acha confrontado. Este plano destina-se a garantir a satisfação harmoniosa dos seus interesses» (J. Rawls, *op. cit.*, p. 175 e W. A. Galston, *op. cit.*, p. 114).

No entanto, observar-se-á uma vez mais que a teoria de Rawls se apresenta como uma reconstrução racional dos fundamentos normativos implícitos da sociedade moderna e que é apenas nesses limites que pretende ser um ponto de Arquimedes para a apreciação das instituições políticas e do regime do poder. Pelas mesmas razões, não parece útil denunciar o carácter pretensamente arbitrário da lista dos «bens sociais primários», a saber, «coisas que todo o homem racional presumivelmente



**Chegadas ao poder, estas abstrações contribuíram para o mais formidável espectáculo que conhecemos desde que o homem existe... (Hegel).**

deseja», independentemente do seu plano de vida particular. Estes bens são direitos e liberdades, poderes e oportunidades sociais, um rendimento, a riqueza» (cf. Rawls, *op. cit.*, parág. 11, p. 62), acrescentando-se ainda: respeito por si próprio. Com efeito, parece que tais bens são primários no sentido decisivo de corresponderem às condições quase formais (e não às exigências ideológicas) do acesso e da pertença à sociedade moderna: dito por outros termos, não os possuir implica ficar à margem da sociedade. Observemos a este propósito que o projecto socialista (cf. OS SOCIALISMOS) visa precisamente uma extensão e uma distribuição consideradas mais equitativas destes mesmos bens. (Em Rawls, a sua distribuição obedece ao princípio da justiça diferencial: «Todos os valores sociais — a liberdade e a oportunidade, o rendimento e a riqueza, e os fundamentos do respeito por si próprio — devem ser igualmente distribuídos a menos que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores seja vantajosa para cada um»).

As boas questões formular-se-ão a respeito doutros pontos, acerca da viabilidade das escolhas racionais e das decisões que nelas assentam; para além da «situação originária», estas noções devem permitir estabelecer arranjos sociopolíticos voluntaristas, «descontextualizados», por essência contratuais. É necessário então que o véu da ignorância caia; por outras palavras, para que as escolhas posteriores à entrada na sociedade conduzam a decisões capazes de se materializarem, são requeridos, a montante das escolhas, um máximo de informação apropriada e, a jusante, o poder de intervir sobre as circunstâncias. A fim de não serem apenas ilusões ou veleidades («as decisões rompem o curso das coisas, inauguram», declara B. Saint-Sernin, *Le Décideur*, Gallimard, Paris, 1979, p. 6), a escolha racional e a decisão supõem um conhecimento efectivo da causalidade da situação e a posse de instrumentos de acção.

Em termos de poder político, a questão enunciar-se-á assim: qual o grau de autonomia do decisor e qual poderá ser a eficácia das decisões? Voltando

aos nossos braços de estrela e às nossas interferências (capítulo I deste «*Post-Scriptum*»), verifica-se que é antes do mais por intermédio da problemática da decisão racional que a política e o poder são investidos pelos outros domínios — trate-se da comunicação (I, o peso da opinião pública), da criação e da novidade (II, a formação e a efectividade das decisões privadas e públicas), da unidade e da pluralidade dos saberes (III, decisões «centralizadas» e únicas, ou «descentralizadas» e múltiplas) ou ainda da redução dos riscos (IV). No que se refere ao desvio (V), acrescentemos que o terrorismo contemporâneo põe em primeiro plano uma interrogação sobre a racionalidade comparada das motivações e das consequências das decisões.

#### b) *Autonomia e heteronomia: novas formas*

As escolhas fazem-se no interior de um estado de incerteza, desde a situação originária (cf. J. Rawls, *op. cit.*, parág. 24), salvo em circunstâncias excepcionais de «informação complexa»; e as decisões representam meios de resolver (ou de optar perante) um problema (cf. II parte).

Os encargos do *welfare* e a subida dos níveis de aspiração das colectividades, a amplificação dos problemas que faz com que soluções locais exijam muitas vezes abordagens globais, as interdependências acrescidas (cf. VII parte) e os riscos exponenciais de rupturas irreversíveis de várias ordens (cf. IV e VII partes) transformam o Estado, fazendo dele o principal decisor social, e transformam também a posição da sociedade perante o poder político. Tensões de um tipo novo instalam-se assim, e o que está em jogo nem sempre é claro.

O debate sobre a laicidade (cf. A LAICIDADE: PARADOXOS E AMBIGUIDADES) poderá ilustrar a questão. No século XIX e no início do século XX, o debate travava-se entre sistemas de representações e actores que se perfilavam sem ambiguidades. A laicidade representava menos um assenhoreamento da educação pelo Estado do que a crença (simétrica à que se considerava justificar

a autoridade da Igreja) no bom fundamento de uma socialização pelo agnosticismo, através da imparcialidade crítica e racional, etc., que se apresentavam como valores positivos (mais do que como neutros). Ora, ainda que permaneça, sem dúvida, subjacente às discussões actuais, este conflito perdeu muita da sua pregnância; um outro se lhe sobrepõe, desta feita, entre, por um lado, uma administração que, impelida pelo seu próprio crescimento, se dá cada vez mais como tarefa a gestão pública dos interesses privados e, por outro lado, o receio, difuso em amplos sectores da sociedade, de uma sobreposição excessiva do público ao privado. A antiga oposição entre o Estado e a Igreja, cujo âmbito era claro, parece dar lugar, por um lado, à desconfiança por parte da autoridade pública perante o que resta do poder de uma «sociedade civil» dizimada pela história do século e, por outro lado, a uma reacção social de preservação de uma vontade de autonomia que não tem conteúdo muito preciso e que nem sempre procura determinar até que ponto os valores defendidos se encontram realmente ameaçados.

Ao poder de decisão das administrações e das para-administrações corresponderia então a indecisão crescente dos conjuntos sociais, que se sobressaltam só quando se sentem atingidos nos seus recessos profundos. Poderia acrescentar-se que a expressão política corrente da sociedade se manifesta por uma «opinião pública» cuja consistência parece longe (se não estiver nos antípodas) da *Offentlichkeit*, do comércio reflectido das opiniões segundo o pensamento das Luzes (cf. I parte). Quando não é pressionada a expressar-se da maneira mais sumariamente digital — sim/não — em relação a questões formuladas por outros (cf. AS SONDAGENS DE OPINIÃO NA VIDA POLÍTICA FRANCESA, A DEONTOLOGIA DAS SONDAGENS DE OPINIÃO), a opinião pública será como que o lugar errante de ideologias mais ou menos vagas e coerentes (cf. A ERA DA IDEOLOGIA) e revela-se facilmente manipulável (cf. O AUDIOVISUAL E OS PODERES POLÍTICOS).

Todavia, e inversamente, como deveremos compreender o alcance político das sondagens e dos inquéritos à opinião (cf. AS SONDAJENS DE OPINIÃO NA VIDA POLÍTICA FRANCESA; cf. também, na V Parte, INTERESSE E LIMITES DOS INQUÉRITOS SOCIOLOGICOS)? Até que ponto representam um resumo, em última análise, fiável dentro dos seus limites, de uma «vontade geral», tão motivada quanto manipulada? A importância atribuída às ideologias arrisca-se eventualmente a ocultar os efeitos de conhecimento que decorrem do prodigioso alargamento do acesso à informação ao longo de todo o século XX (cf. FORTUNA E DESGRAÇAS DA IDEOLOGIA).

Dados e clivagens novos, de feição por vezes incerta, vêm enxertar-se em oposições mais clássicas. Enquanto contrapoder e nomeadamente em contextos descentralizados, a opinião pública talvez seja chamada a desempenhar um papel cada vez mais considerável (cf. A. Sauvy, *L'Opinion Publique*, PUF, Paris, 1977). Pelo seu lado, a legitimidade administrativa, no sentido próprio da palavra, não se confunde com a legitimidade política. Não se aprecia pela sanção popular dos programas de governo, mas pelo controlo da eficácia das decisões técnicas, quer dizer, das competências e dos meios de acção aplicados; poderemos perguntar se as denúncias rituais da «tecnocracia» não mascaram uma dificuldade de nos situarmos frente à complexidade construída da sociedade.

### c) As decisões

Segue-se do que fica dito que a responsabilidade e o conhecimento na tomada de decisões formam um tema determinante nos arranjos «social-democratas», ou nas actividades de *welfare*, assentes nos princípios da liberdade e da justiça diferencial. Dada a importância de que o sector público aí se reveste, isto é particularmente verdade para as decisões político-administrativas.

Um número considerável de estudos, remon-

tando aos trabalhos inaugurados por H. Simon acerca das organizações (cf. J. G. March e H. A. Simon, *Les Organisations*, trad. fr. J. Dunod, Paris, 1981), sublinharam a complexidade das decisões administrativas. Esta complexidade obriga à adopção de uma abordagem sistémica. As decisões constituem processos contínuos (não instantâneos), nos quais participam muitos decisores situados a níveis diferentes e possuindo uma informação parcial e local. Estes processos comportam circularidades, retroacções, derivações, retrocessos, afrouxamentos e acelerações. Intervêm aí subsistemas relativamente autónomos; desenham redes específicas de causalidade; e as decisões, globais como parciais, prolongam-se por consequências e subprodutos que não se deixam prever bem, por incoerências ou efeitos de histerese.

Pelo seu lado, a teoria científica da decisão em situações de incerteza (cf., por exemplo, L. Raiffa, *Decision Analysis*, Addison-Wesley, Reading Mass., 1968), pôs sobretudo em evidência os limites da aplicação do cálculo e o alcance da imprevisibilidade (cf. B. de Finetti, «Decisione», in *Enciclopedia*, vol. IV, Einaudi, Turim, 1978)... H. Simon também indicou que, no tratamento dos problemas em geral, o sujeito se contenta com soluções simplesmente satisfatórias sem procurar resultados óptimos (*The Science of Artificial*, MIT Press, 1969). Um «princípio da razão insuficiente» (L. J. Savage, *The Foundations of Statistics*, Nova Iorque, 1954; J. Rawls, *op. cit.*, parág. 28), actuando de diversos modos, parece ser a lei das decisões.

Chega-se assim, com Lucien Sfez, entre outros, a uma crítica sistemática da «monolinearidade», da «racionalidade» e da «liberdade» nas escolhas e nas decisões (cf. O DECISOR, O INDECIDÍVEL). Enquanto os começos do Estado liberal, pouco intervencionista, se deixavam descrever por um gráfico arborescente de fraca conexidade (quer dizer, em que cada ponto nodal se encontrava em comunicação directa com um pequeno número de outros pontos nodais), são descrições imbrincadas, de conexidade forte, que convêm «às interacções da administração económica, nas encruzilhadas da



acção da previsão e da perspectiva» (L. Sfez, *Critique de la décision*, Fond. nat. scie. pol., Paris, 1981, p. 96). Análises pormenorizadas de processos de decisões complexas e alargando-se no tempo (como para o RER de Paris ou para o projecto de comboio aéreo) ilustram cabalmente estas hipóteses. Mas a complexidade é difícil de representar e pensar, em primeiro lugar porque as possibilidades do tratamento simultâneo da informação são reduzidas (para a inteligência artificial, cf. II parte, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL). Por conseguinte, as formas de planificação mais elaboradas, tais como o PPBS (Planning Programming and Budgeting System), são ainda demasiado rígidas para poderem modelizar as tomadas de decisão.

Retomando a esta luz a questão da autonomia do decisor (cf. acima), e uma vez que as decisões não são actos únicos e livres, diremos que, nos processos políticos, «a causa torna-se muito difícil de determinar ou o efeito torna-se um sintoma que pode deslocar-se ou transformar-se num outro» (Sfez, *ibid.*, p. 96). Além disso, as exigências de racionalidade e de autonomia na decisão podem entrar em conflito nos sistemas complexos, em virtude da intricação dos níveis e da multiplicidade das instâncias. A propósito da França, M. Crozier escreveu (*La Société bloquée*, Seuil, Paris, 1969, p. 214): «Para conservar a sua liberdade de decisão, o decisor faz-se proteger por uma série de barreiras, mas, se permanece livre, deixa de ter um conhecimento concreto, fica cortado dos mecanismos essenciais que vão operar nas situações que ele irá afectar. Apesar das aparências autoritárias, esta orientação burocrática não contribui senão para enfraquecer os decisores, porquanto, na ausência de um conhecimento suficiente dos factos, todos os argumentos são possíveis e as redes de decisão se encontram continuamente empenhadas em negociações intermináveis». Decorrerá daqui uma perda potencial de eficácia, mesmo quando os instrumentos técnicos da realização das decisões são poderosos — perda que provoca também, em circuitos complicados e longos, a dificuldade em integrar as informações e as decisões parciais. De

outra maneira ainda, o mesmo problema surge a propósito dos programas de descentralização (até à «descentração», ou mesmo «a-centração») das decisões, que, contudo, poderiam parecer trazer uma resposta de princípio a este tipo de embaraço. Com efeito, para além do facto de a descentralização parecer encontrar limites técnicos em numerosos domínios e a diversos títulos, ela exige também uma harmonização das decisões parcelares sempre que o que está em jogo ultrapassa os interesses dos grupos mais imediatamente implicados.

Numa palavra, não existem soluções universais, válidas em todas as circunstâncias, para os problemas cognitivos e práticos da decisão política. Mas isso — a razão insuficiente e a incerteza estrutural — não deverá também ocultar o trabalho de «redução dos riscos» que se pode contar no activo tanto de uma razão científica como de uma razão social. Desde a regra dos «partidos» de Pascal e de Fermat até à teoria dos jogos, uma articulação construtiva liga a teoria da tomada de decisões ao cálculo económico individual e à «segurança» social. Continua a não ser conhecida a posta melhor que a da porta estreita da racionalidade, de modo nenhum posta em causa pelas restrições que pesam sobre a liberdade, o conhecimento e a eficácia. Pelo contrário, «a decisão, isto é, a acção voluntária e livre, não tem possibilidades de vencer se não tiver em conta a necessidade» (B. Saint Sernin, *op. cit.*, p. 49), ou seja, a insuficiência quer do conhecimento que a sustenta, quer do poder de intervenção que é o seu (cf. O DECISOR, O INDECIDÍVEL): a acção racional é uma ideia reguladora, «racionalizar as escolhas não é uma simples operação técnica, é um longo trabalho de aproximação, de persuasão, de educação da percepção e da reflexão» (*ibid.*). Só um tal trabalho poderá em princípio proporcionar um começo de resposta aos problemas que se nos colocam. Thorskil Kristensen, antigo ministro da Dinamarca, e antigo secretário-geral da OCDE, indica alguns desses problemas, ao mesmo tempo que propõe soluções dentro de uma óptica muito específica.



### Os conflitos, a fome, o desemprego

Que pode a política pela felicidade dos homens? A nossa época caracteriza-se por problemas de uma gravidade e de uma complexidade excepcionais; mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de os resolver é maior do que outrora, porque compreendemos cada vez melhor a sua natureza.

Três grandes questões mostram como é importante melhorar as políticas nacionais e a política internacional: os *conflitos* entre nações e os conflitos internos, a *fome* no Terceiro Mundo e o *desemprego* na maior parte dos países.

Cada vez mais, estes problemas se referem ao conjunto da humanidade. Os países ocidentais industrializados têm responsabilidade particular, pelo facto de terem tido o privilégio de se desenvolverem de modo contínuo durante um período longo, atingindo um nível de vida e de conhecimento superior.

De que natureza são os problemas que acabamos de indicar? Quais as suas causas?

Dos *conflitos* em curso, o mais importante é a tensão entre as regiões industrializadas da América do Norte e da Europa Ocidental, por um lado, e os países socialistas da Europa do Leste, entre os quais se inclui a União Soviética, por outro lado.

Dois factos tornam cada vez mais sem objecto estes conflitos: a própria natureza das armas nucleares faria de uma guerra Leste-Oeste uma catástrofe para as duas partes; e as verdadeiras diferenças entre os dois sistemas económicos tendem a esbater-se.

Com efeito, a ocidente, os governos dispõem de um controlo crescente sobre os preços e a massa monetária. Além disso, utilizam como instrumentos políticos as tarifas alfandegárias, as quotas de importação e as taxas cambiais. A leste, subsistem parcelas privadas na agricultura e, até certo ponto, pequenas empresas privadas noutros sectores. Os poderes de decisão passam para as mãos das grandes empresas e o comércio da Europa do Leste com o Ocidente aumenta.

O Ocidente pode ajudar o Leste a desenvolver-se regularmente, encorajando o comércio e a cooperação industrial entre as duas zonas. A mais longo prazo, isso beneficiará muito particularmente a União Soviética, e esse país procurará, por isso, travar contactos mais estreitos com os países ocidentais.

Uma convergência mais desenvolvida entre os dois sistemas económicos parece inevitável. O Ocidente pode, mais facilmente do que o Leste, tomar iniciativas em matéria de cooperação, porque tem hoje mais a oferecer

O Ocidente pode ajudar o Leste a desenvolver-se regularmente, encorajando o comércio e a cooperação industrial entre as duas zonas.

Muitos outros conflitos existem no mundo, conflitos externos e conflitos internos; torna-se cada vez mais evidente que a guerra — como qualquer outra acção violenta — não resolve os verdadeiros problemas subjacentes. Homens com ideologias diferentes estão hoje condenados a compreender-se uns aos outros. Quando grupos poderosos aparecem a tentar eliminar outros grupos, é então necessária uma pressão mundial que os detenha, a partir das Nações Unidas.

A política tem uma grande tarefa a cumprir, a de difundir a ideia de que a violência é uma forma obsoleta de tratar os problemas que existem entre as diferentes partes do que será doravante uma sociedade mundial.

A *fome* é hoje o problema de maior acuidade. Quinhentos milhões de pessoas são subalimentadas, e este número está a crescer.

Depois de terem acedido à independência, muitos dos países do Terceiro Mundo encetaram um desenvolvimento não harmonioso. As taxas de mortalidade decresceram, enquanto as de natalidade permanecem muito elevadas. Acontece frequentemente que a agricultura sofra de falta de eficácia e que, por vezes, chegue a ser menosprezada.

Nas aldeias, a estrutura do poder é muitas vezes tal que os camponeses mais pobres e os trabalhadores sem terra têm condições de vida miseráveis, vendo-se sob a dominação de grupos de credores. É por isso que um número excessivo de entre eles deixa o campo pela cidade, onde alguns outros também vivem mal, em bairros de lata.

Do exterior, é difícil pressionar os países em vias de desenvolvimento quando as suas políticas são consideradas erróneas. Mas os organismos internacionais (a FAO, o Banco Mundial e outros) podem exercer uma certa autoridade, porque esses países têm necessidade de capitais, de especialistas e de homens com experiência prática, provenientes em larga medida dos países industrializados do Ocidente.

No entanto, é necessário compreender em profundidade estes problemas, e é aí que uma colaboração entre a ciência ocidental e a investigação conduzida nos países em vias de desenvolvimento se torna indispensável. As organizações internacionais e os organismos de auxílio dos países industrializados poderão partilhar as correspondentes responsabilidades.

O *desemprego* é a consequência mais grave das desarmonias de funcionamento dos sistemas económicos da maior parte dos países. Nas nossas sociedades em plena transformação, é sempre possível atingir-se o pleno emprego, ou quase, se o preço do trabalho estiver de harmonia com os outros preços, e se a mão-de-obra for suficien-

temente móvel. Mas, nos países em vias de desenvolvimento, os salários industriais são muitas vezes muito mais elevados do que os rendimentos agrícolas: um número excessivo de pessoas instala-se nas cidades, e grande parte não consegue obter trabalho.

Nos países industrializados, os assalariados formam actualmente a maioria da população. Constituem um grupo poderoso e os salários são muitas vezes demasiado elevados relativamente aos preços em certos domínios.

Mais decisivo ainda, o capital torna-se com frequência artificialmente barato, mediante os efeitos da subvenção dos investimentos. E, se a taxa de inflação é mais alta que as taxas de juro, o preço real do capital é negativo. Por conseguinte, a mão-de-obra é muitas vezes substituída por máquinas e isso faz diminuir o número de postos de trabalho.

Mas as coisas começam a mudar. Nos países industrializados, os assalariados possuem doravante uma parte importante do capital, muitas vezes sob a forma de fundos de reforma e de outras modalidades de benefícios afins. Ao mesmo tempo, existe, muito especialmente no Japão, uma ligação estreita entre a empresa e o seu pessoal, que recebe bonificações regulares e dependentes dos lucros. Noutros países, estuda-se a adopção de disposições semelhantes.

Os trabalhadores deveriam possuir uma parte crescente dos lucros, do capital e do poder de decisão nas empresas. Isso permitiria desenvolver o emprego e poderia um dia fazer desaparecer o antigo conflito entre o capital e o trabalho.

Thorskil Kristensen

O optimismo deste final — seja qual for a sua viabilidade — aposta na eficácia dos dispositivos de autocorreção que agem no coro social e político, bem como numa racionalidade das decisões, que convém talvez presumir, quando deixa de ser possível adiar os perigos. A última parte dese *Sym-*

*posium* (Parte VII: EQUILÍBRIOS E DESEQUILÍBRIOS MUNDIAIS) punha aliás em evidência o modo como certos desequilíbrios representam talvez o esboço de equilíbrios de um novo tipo e de uma lógica económica diferente das que conhecemos actualmente.

---

 Índice dos artigos do Symposium

## I

## L'homme en question

- ANIMALITÉ ET HUMANITÉ F. ARMENGAUD p. 13  
 LA COMMUNICATION P. SCHAEFFER p. 23  
 LA VIEILLESSE P. PAILLAT p. 32  
 MORALE, BIOLOGIE ET MÉDECINE P. VERSPIEREN p. 37  
 AVANT LA LOI MORALE : L'ÉTHIQUE P. RICCEUR p. 42  
 LE RETOUR DU RELIGIEUX ? M. AUGÉ p. 46  
 LES FONDEMENTS DES DROITS DE L'HOMME L. FERRY et É. PISIER KOUCHNER p. 52  
 LA PENSÉE DE LA TORTURE P. PACHET p. 58  
 LA LITTÉRATURE, TÉMOIN DE L'INHUMAIN G. NIVAT p. 64  
 LA SCIENCE MALGRÉ TOUT R. THOM p. 73

## II

## Création et culture

- SUR LE PROBLÈME DE L'INNOVATION R. THOM p. 81  
 INVENTION ET INNOVATION Y. BOULIGAND p. 83  
 L'INTELLIGENCE ARTIFICIELLE M. A. BODEN p. 92  
 LECTURE ET ÉCRITURE DANS LES SOCIÉTÉS J. GOODY p. 98  
 LE BABÉLIEN ETIEMBLE p. 105  
 PHILOLOGIE ET PHILOSOPHIE: LES TRADUCTIONS DES PHILOSOPHES ALLEMANDS J.-F. LEFEBVRE p. 110  
 LES FONDEMENTS DE LA CRÉATION LITTÉRAIRE G. DURAND p. 119  
 L'IMAGINAIRE ET L'ÉCRITURE G. QUINSAT p. 127  
 LE MYTHE DU GRAND LIVRE : FRAGMENT ET TOTALITÉ J. ROUDAUT p. 143  
 POUR UNE APPROCHE « POÏÉTIQUE » DE LA CRÉATION R. PASSERON p. 149  
 L'ENSEIGNEMENT DE L'ART A. VERGER p. 158  
 LE MUSÉE : UNE INSTITUTION EN QUESTION R. FOHR p. 170  
 LA CRITIQUE D'ART D. CHARLES p. 180  
 MODERNISME ET POST-MODERNISME Y.-A. BOIS p. 187  
 ESTHÉTIQUES DE LA PERFORMANCE D. CHARLES p. 197  
 LA MUSIQUE ACOUSMATIQUE OU L'ART DES SONS PROJETÉS F. BAYLE p. 211  
 LA DANSE CONTEMPORAINE P. LARTIGUE p. 219

- MYTHE DE LA FÊTE ET CULTURE CARNAVALESQUE A. SIMON p. 225  
LE TEXTE ET LA SCÈNE : POUR UNE NOUVELLE ALLIANCE B. DORT p. 234  
LA MISE EN SCÈNE OU LE DOUBLE JEU D. MESGUICH p. 242  
HOLLYWOOD, ANNÉES 1980 : LE CHOC DU FUTUR L. BLOCH-MORHANGE p. 246  
LE CINÉASTE J. COLLET p. 254  
NOUVELLES IMAGES, NOUVEL IMAGINAIRE? A. MARTIN p. 259  
LE PATRIMOINE A. CHASTEL p. 267

### III

#### La connaissance en devenir

- LA NATURE DE L'UNIVERS J.-C. PECKER p. 279  
L'UNIFICATION DES INTERACTIONS FONDAMENTALES A. BOUQUET p. 294  
LA PLANÉTOLOGIE P. MASSON p. 303  
CONTINU ET DISCONTINU : L'EXEMPLE DE LA PERCOLATION P.-G. DE GENNES p. 313  
LES FRACTALES B. MANDELBROT p. 319  
HASARD ET NÉCESSITÉ I. PRIGOGINE et I. STENGERS p. 324  
ORDRE ET DÉSORDRE EN PHYSIQUE J. LAMBERT et J. VILLAIN p. 331  
ORDRE ET DÉSORDRE EN BIOLOGIE Y. BOULIGAND p. 342  
LA DIALECTIQUE DE L'INNÉ ET DE L'ACQUIS G. THINÈS p. 351  
INFORMATION ET AUTO-ORGANISATION H. ATLAN p. 355  
LA MOBILITÉ DANS LE GÉNOME J.-C. BRÉGLIANO p. 362  
LES MIGRATIONS CELLULAIRES J.-P. THIÉRY p. 367  
LA DIVERSIFICATION MOLÉCULAIRE F. ROUGEON et G. GACHELIN p. 376  
L'ÉVOLUTION DES ORGANISMES A. DE RICQLÈS p. 388  
STRUCTURE ET FONCTION DES MOLÉCULES BIOLOGIQUES J. YON p. 394  
INHIBITION NERVEUSE ET INHIBITION COMPORTEMENTALE P. BUSER p. 402  
L'EXOBILOGIE F. RAULIN p. 407  
ANTHROPOLOGIE ET MARXISME M. ABÉLÈS p. 427  
L'ANTHROPOLOGIE DES SOCIÉTÉS EUROPÉENNES P. LAMAISON p. 434  
L'ANTHROPOLOGIE URBAINE S. CHALVON-DEMERSAY et É. CLAVERIE p. 439  
ANTHROPOLOGIE ET CINÉMA M. PIAULT p. 442  
LA THÉORIE ET LA PRATIQUE DE LA PSYCHANALYSE J. SÉDAT p. 450  
LA PSYCHANALYSE : UNE ÉTHIQUE DU SUJET J. CLAVREUL p. 455  
LES ORIENTATIONS DE LA CRITIQUE LITTÉRAIRE CONTEMPORAINE R. FAYOLLE p. 462  
L'ANALYSE DES MANUSCRITS ET LA GENÈSE DE L'ŒUVRE P. M. DE BIASI p. 466  
L'ŒUVRE D'ART ET LES SCIENCES HUMAINES L. MARIN p. 477  
HISTOIRE DE L'ART ET HISTOIRE A. CHASTEL p. 490

- ARCHÉOLOGIE ET HISTOIRE DE L'ART B. P. GROSlier p. 499  
 ART ET ETHNOLOGIE L. STÉPHAN p. 508  
 PRÉHISTOIRE ET ETHNOLOGIE J. GARANGER et A. COUDART p. 521  
 FINALITÉ DE LA GÉOGRAPHIE P. GEORGE p. 531  
 L'HISTOIRE REVISITÉE F. TORRES p. 538  
 LA THÉORIE DES SYSTÈMES : QUELQUES QUESTIONS PHILOSOPHIQUES P. DELATTRE p. 546  
 LE SYSTÈME DES SAVOIRS G. GIORELLO p. 553  
 ENCYCLOPÉDIES ET ENCYCLOPÉDISME AUJOURD'HUI A. SALSANO p. 560

## IV

## Science et société

- LES SCIENCES ET L'HISTOIRE C. MORAZÉ p. 573  
 LES POLITIQUES DE LA SCIENCE ET DE LA TECHNOLOGIE J.-J. SALOMON p. 578  
 LE DOSSIER DU NUCLÉAIRE R. LAGARDE p. 586  
 LE DOSSIER DE L'ENVIRONNEMENT P. LEBRETON p. 591  
 LES MODIFICATIONS ANTHROPOGÉNIQUES DE L'ATMOSPHÈRE J.-C. DUPLESSY p. 597  
 LA SCIENCE ET LE TIERS MONDE C. RUFO p. 602  
 LA SCIENCE « LOURDE » G. FERNÉ p. 611  
 LA BIOTIQUE J. DE ROSNAY p. 616  
 LA CONCEPTION ASSISTÉE PAR ORDINATEUR Y. GARDAN p. 620  
 SOCIOLOGIE DE LA SCIENCE M. POLLAK p. 625

## V

## Le lien social

- SUR LA CRISE J.-T. DESANTI p. 633  
 INTÉRÊT ET LIMITES DES ENQUÊTES SOCIOLOGIQUES J. LAUTMAN p. 638  
 L'INDIVIDUALISME MÉTHODOLOGIQUE R. BOUDON p. 644  
 LOGIQUE INDIVIDUELLE ET LOGIQUE SOCIALE R. DAVAL p. 648  
 MÉCANISMES D'INTÉGRATION ET FORMES DE DÉVIANCE F. CHAZEL p. 652  
 L'ÉTAT ET LA VIOLENCE B. GUILLEMAIN p. 657  
 ÉLITES ET GRANDES ÉCOLES J. LAUTMAN p. 663  
 SOCIOLOGIE DE LA FAMILLE : LA PORTE ET LE PONT F. DE SINGLY p. 670  
 L'INDIVIDU B. VALADE p. 679  
 DE LA CIVILITÉ À LA SOCIABILITÉ B. VALADE p. 688  
 VIE PUBLIQUE, VIE PRIVÉE M. MAFFESOLI p. 692



- LA SOCIOLOGIE DU QUOTIDIEN G. BALANDIER p. 696  
LANGAGE ET SOCIÉTÉ J. LAGNEAU p. 700  
LES INNOVATEURS SOCIAUX N. DES GAYLTS p. 704  
L'IMAGINAIRE SOCIAL P. ANSART p. 710  
HEURS ET MALHEURS DE L'IDÉOLOGIE F. BOURRICAUD p. 714  
LE CHANGEMENT SOCIAL R. BOUDON p. 730

## VI

### Politique et pouvoirs

- L'AUDIOVISUEL ET LES POUVOIRS POLITIQUES J. CHEVALLIER p. 741  
INFORMATION ET « DÉSINFORMATION » F. BALLE p. 747  
LES SONDAGES DANS LA VIE POLITIQUE FRANÇAISE A. LANCELOT p. 754  
LA DÉONTOLOGIE DES SONDAGES J. STOETZEL p. 758  
L'ÈRE DE L'IDÉOLOGIE C. LEFORT p. 761  
LA LAÏCITÉ : PARADOXES ET AMBIGUÏTÉS F. BOURRICAUD p. 777  
LES SOCIALISMES M. DUVERGER p. 781  
L'ÉTAT-PROVIDENCE ET LE CITOYEN M. VILLAVERDE CABRAL p. 788  
LES LIBERTÉS PUBLIQUES DANS LES SOCIÉTÉS LIBÉRALES J. ROBERT p. 796  
LE DÉCIDEUR B. SAINT-SERNIN p. 804  
L'INDÉCIDABLE B. SAINT-SERNIN p. 809

## VII

### Équilibres et déséquilibres mondiaux

- LES DÉSÉQUILIBRES DÉMOGRAPHIQUES G. TAPINOS p. 817  
LE DÉSÉQUILIBRE MONÉTAIRE MONDIAL R. TRIFFIN p. 823  
L'ÉCONOMIE : DES CHOSES MORTES AU VIVANT R. PASSET p. 831

\*

- LES RELATIONS EST-OUEST M. TATU p. 842  
ÉQUILIBRE ET DÉSÉQUILIBRE MILITAIRES J. KLEIN p. 851  
LE PACIFISME P. MELANDRI p. 864  
LE SAINT-SIÈGE ET LES RELATIONS INTERNATIONALES R. MINNERATH p. 876  
L'U.R.S.S. ET L'EUROPE DE L'EST : RAPPORTS DE DOMINATION ET FORCES CENTRIFUGES G. MINK p. 883  
L'ASIE DU SUD-EST : PROBLÈMES PERMANENTS P. DEVILLERS p. 894  
RELIGION ET POLITIQUE DANS LE MONDE ISLAMIQUE O. CARRÉ p. 905

- LE CONFLIT ISRAËLO-ARABE O. CARRÉ p. 912  
 LE GOLFE ARABO-PERSIQUE J.-L. MIÈGE p. 924  
 L'AFRIQUE, ENJEU DES RELATIONS INTERNATIONALES D. G. LAVROFF p. 932  
 L'AMÉRIQUE CENTRALE : RELATIONS NORD-SUD ET PROBLÈMES EST-OUEST F. PISANI p. 942

\*

- LES RELATIONS NORD-SUD A. BRESSAND p. 951  
 LA DÉMOGRAPHIE DANS LES PAYS DU TIERS MONDE J. A. DE ALENCAR p. 959  
 GÉOPOLITIQUE DU MÉTISSAGE L. F. DE ALENCASTRO p. 969  
 LES STRUCTURES SOCIALES DANS LES PAYS DU TIERS MONDE : L'AMÉRIQUE LATINE L. MARTINS et S. SIGAL p. 978  
 L'AGRICULTURE DANS LES PAYS EN DÉVELOPPEMENT J. CHONCHOL p. 986  
 LES ÉCONOMIES PÉRIPHÉRIQUES C. FURTADO p. 997

\*

- LA FRANCE DANS LE MONDE S. SUR p. 1002  
 SITUATION D'UNE LANGUE : LE FRANÇAIS A. REY p. 1009  
 LANGUE ET CULTURE FRANÇAISES : LES ÉLÉMENTS D'UNE POLITIQUE INTERNATIONALE M. BRUGUIÈRE p. 1018  
 LE RAYONNEMENT DE LA SCIENCE ET DE LA TECHNOLOGIE FRANÇAISES W. MERCOUROFF p. 1025  
 LES FRANÇAIS EN QUESTION T. ZELDIN p. 1032

\*

#### REPÈRES STATISTIQUES

### Post-scriptum

F. GIL

(avec la participation de A. LEROI-GOURHAN, F. HÉRITIER-AUGÉ,  
 A. DANCHIN, J. RAVETZ, M. EIGEN, R. BOUDON, C. LEFORT et T. KRISTENSEN)

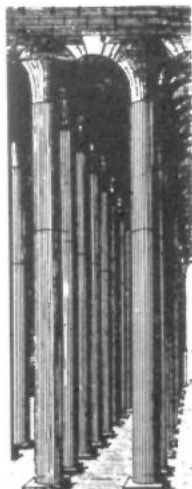
# PRELO

---

# ACTUALIDADES INCM

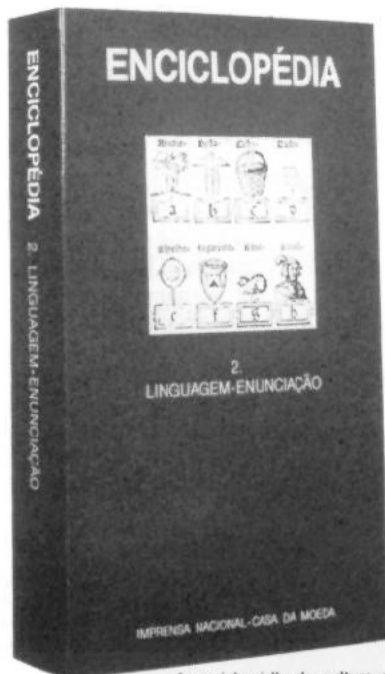


# ENCICLOPÉDIA EINAUDI



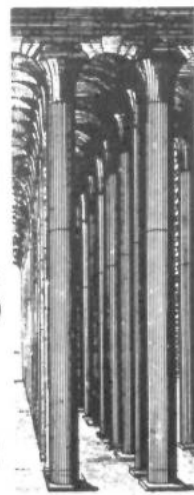
Piano da obra:

1. Memória - História
2. Linguagem - Enunciação
3. Artes - Tonal/racional
4. Local/global
5. Antropos - Homem
6. Orgânico/inorgânico - Evolução
7. Modo de produção - Desenvolvimento/subdesenvolvimento
8. Região
9. Matéria - Universo
10. Dialéctica
11. Oral/escrito - Argumentação
12. Mythos/ogós - Sagrado/profano
13. Lógica - Combinatória
14. Estado - Guerra
15. Cálculo - Probabilidade
16. Homo - Domesticação - Cultura material
17. Literatura - Texto
18. Natureza - Esotérico/exotérico
19. Organismo - Hereditariedade
20. Parentesco



# 43 VOLUMES

# EDIÇÃO PORTUGUESA



**A enciclopédia da cultura contemporânea**  
41 volumes temáticos com 600 conceitos-chave interdisciplinares, que constituem uma rede de referências, relações e conexões e introduzem o leitor no conhecimento activo das ideias, dos conceitos e dos problemas de hoje.

**A enciclopédia de orientação**  
que ajuda a ler e a perceber, sem impor respostas definitivas; que ensina a organizar o nosso saber fragmentado e disperso; que se dirige a todos quantos se interessam pelos factos profundos da cultura e suas transformações.

**A enciclopédia do saber de hoje**  
elaborada com a colaboração de reputados especialistas italianos, franceses, ingleses, soviéticos, americanos, polacos, portugueses.

"Uma imensa revolução no mundo cultural de língua portuguesa"  
Eduardo Prado Coelho

"Ao mundo fechado e totalizante das enciclopédias modernas, a Einaudi contrapõe um universo que se pretende tão livre e aberto quanto o desejo e a imaginação do leitor"  
António Mega Ferreira

"Um dos grandes acontecimentos culturais deste ano (e dos próximos) entre nós. Uma enciclopédia para ler e não apenas para consultar"  
Francisco Belard

21. Método - Teoria/modelo
22. Política - Tolerância/intolerância
23. Inconsciente - Normal/anormal
24. Física
25. Criatividade - Visão
26. Sistema
27. Cérebro - Máquina
28. Produção/distribuição/Excidente
29. Tempo/temporalidade
30. Religião - Rito
31. Signo
32. Soma/psiche - Corpo
33. Explicação
34. Comunicação - Cognição
35. Estruturas matemáticas - Geometria e topologia
36. Vida/morte - Tradições - Gerações
37. Conceito - Filosofia/filosofias
38. Capital
39. Sociedade - Civilização
40. Direito - Classes
41. Conhecimento
- 42.43 Sistemática

## 2º VOLUME

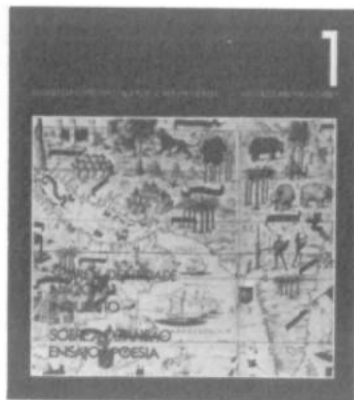
### À VENDA NAS LIVRARIAS

**hcn** IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA





# DUPLA PRELO



N.º 1 - Outubro/Dezembro 1983

## **SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL: INQUÉRITO**

Jorge Borges de Macedo, José-Augusto França e Eduardo Lourenço

## **SOBRE A EXPANSÃO: ENSAIO**

**O problema do conhecimento na «Sphaera» de D. João de Castro**  
por Luís Filipe Barreto

**«Vi claramente visto» ou Camões e D. João de Castro**  
por Vasco Graça Moura

**A esfera armilar: génese e evolução**  
por Ana Maria Alves

**Mudança na Etnologia**  
por Joaquim Pais de Brito

**Romance do infeliz sucesso**  
por Leitão de Andrada

**Romance de D. Sebastião**  
anónimo encontrado  
por Almeida Faria

**O azulejo: a mão e o mar**  
por João Fatela

**O «Julgamento das Almas»**  
por Dagoberto L. Markl

## **LIVROS NA «PRELO»**

**Dois poemas**  
por Sophia de Mello Breyner Andresén

**Virtudes do texto, vícios da edição**  
por Francisco Contente Domingues



N.º 2 - Janeiro/Março 1984

## **Reflexões sobre «a crise da identidade nacional»**

por José Fernandes Fafe

**Sociedade e economia na Lusitânia do séc. II a.C.**  
por José Manuel Garcia

**Economia em Portugal no século XVIII: aspectos de mentalidade**  
por José Esteves Pereira

**Iconografia da morte e ressurreição de Cristo: desvios heterodoxos em dois painéis do antigo retábulo da igreja de Jesus em Setúbal**  
por Pedro Gomes Barbosa e F. A. Baptista Pereira

**A lógica do cultural: uma introdução à História da Cultura**  
por Luís Filipe Barreto

## **INÉDITOS PESSOANOS**

**Emília Nadal: a arca e a fábula. Um ciclo de trabalhos dedicado à obra de Fernando Pessoa**  
apresentado por Vasco Graça Moura

**Cartas de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro**  
apresentadas por José Blanco

## **LIVROS NA «PRELO»**

**Sobre as «Religiões da Lusitânia»**  
por José Manuel Garcia



N.º 3 - Abril/Junho 1984

#### ENTREVISTA

**Um erro que vem da Geração de 70**  
Entrevista com J. S. Silva Dias

#### ENSAIOS

**Místicos, veneráveis e herejes. Para o estudo da religiosidade portuguesa no séc. XVII**  
por Paulo Guimarães

**Raios de extinta luz: um título envenenado**  
por Ana Maria Almeida Martins

**Fenomenologia do cultural: uma introdução à História da Cultura**  
por Luís Filipe Barreto

#### DOCUMENTOS

**Um texto esquecido de Alexandre Herculano sobre lavoura**  
por José Manuel Garcia e Jorge Custódio.

#### LIVROS NA «PRELO»

**«Peregrinação»: a sátira e o resto**  
por Rebeca Catz

**Uma historiadora: Virginia Rau**  
por José Manuel Garcia



Número especial dedicado a Eduardo Lourenço.

#### Colaboraram neste número:

Eugénio de Andrade  
Vergílio Ferreira  
Eugénio Lisboa  
José-Augusto França  
Almeida Faria  
Fernando Gil  
António Ramos Rosa  
Sophia de Mello Breyner Andresen  
Maria Alzira Seixo  
Miguel Tâmen  
Eduardo Prado Coelho  
Mário Cláudio  
Manuel Maria Carrilho  
Luís Filipe Barreto  
Joaquim Aguiar  
Agustina Bessa Luís  
Mário Braga  
Urbano Tavares Rodrigues  
José Blanc de Portugal  
Maria Velho da Costa

Incluindo uma entrevista e páginas inéditas do diário de Eduardo Lourenço



N.º 4 - Julho/Setembro 1984

#### ENCICLOPÉDIAS

**O «modelo» enciclopédico e as suas variações**  
por Alfredo Salsano

**Postscriptum, 1984**  
por Alfredo Salsano

**As enciclopédias medievais**  
por José Mattoso

**O sonho de Diderot**  
por Irene Maria Ferreira

**A paixão de coleccionar em Walter Benjamin**  
por Maria Filomena Molder

#### ENCICLOPÉDISMO EM PORTUGAL

**Natureza e expressões do saber**  
por José Esteves Pereira

**Ribeiro Sanches e o poder do saber**  
por Luís Filipe Barreto

**Enciclopédismo e anti-enciclopédismo**  
por João Luís Lisboa

#### ACTUALIDADES INCM



Número especial  
dedicado a Jaime Cortesão

#### APRESENTAÇÃO

Relance sobre a vida e a obra historiográfica  
por Joel Serrão

«A Morte da Águia»  
por António Coimbra Martins

Um prosador desconhecido  
por Urbano Tavares Rodrigues

Principais dados biográficos

#### DOCUMENTOS

Cartas inéditas de Pascoaes  
a Cortesão

Jaime Cortesão e a Maçonaria (1911-1920)  
apresentação de José Esteves Pereira

#### CORTESÃO HISTORIADOR

A teoria da História  
de Jaime Cortesão  
por Jorge Borges de Macedo

Em torno dos fundamentos da formação de Portugal  
por José Manuel Garcia

#### CORTESÃO E O BRASIL

A conquista de Angola pelos Holandeses. Estudo histórico-geográfico  
por Max Justo Guedes

O «mistério» das Bandeiras  
por Nanci Leonzo

No IV Centenário da cidade de São Paulo  
por Daise Aparecida Oliveira, Liliiane S. L. Barros e Celina Yoshimoto

Cortesão no Instituto Rio Branco  
por Maria Beatriz Nizza da Silva

Escritos semi-inéditos  
por João Alves das Neves



N.º 5 - Outubro/Dezembro 1984

#### ENSAIOS

«Dizeres do povo» de Corrêa d'Oliveira e uma carta inédita de Fernando Pessoa  
por J. M. da Cruz Pontes

Sentires simbolistas de A. Carneiro  
por Isabel Oliveira e Silva

Do objecto ao museu  
por Madalena Braz Teixeira

Para uma leitura da simbólica manuelina

por Ana Cristina Leite  
e Paulo Pereira

#### DOCUMENTOS

Inéditos de Camilo.  
Novas páginas de sofrimento  
por Viale Moutinho

#### LIVROS NA «PRELO»

Glória de Sant'Anna.  
O silêncio íntimo das coisas  
por Eugénio Lisboa



N.º 6 - Janeiro/Março 1985

## ENSAIOS

**Uma tradução portuguesa da «Navegacion Especulativa» de António de Naiera**

por Luís de Albuquerque

**Fernando Oliveira, primeiro teórico da construção naval em Portugal**

por Francisco Contente Domingues

**Os Colóquios dos Simples: a Natureza «per speculum aenigmate»**

por Irene Maria Ferreira

**Da medicina renascentista: o lugar de Cristovão da Costa na leitura dos Colóquios de Garcia de Orta**

por Luís Filipe Barreto

**A influência portuguesa na difusão de plantas no mundo**

por José E. Mendes Ferrão

**Notas sobre um académico setecentista**

por Manuel da Costa Leite

**Quando uma rainha regulamenta o bem-estar e a saúde dos seus fiéis vasallos**

por AnaLuísa Janeira e Ana Maria Carneiro

**As experiências com «globos volantes» realizadas em Coimbra, em 1784**

por A. M. Amorim da Costa



N.º 7 - Abril/Junho 1985

## ENSAIOS

**O darwinismo em Portugal**

por G. F. Sacarrão

**A indústria portuguesa no séc. XIX.**

**Achegas para o seu estudo**

por José M. Amado Mendes

**Estatística e liberalismo em Portugal**

**e Espanha no séc. XIX**

por José Esteves Pereira

**História e filosofia da história em**

**Oliveira Martins**

por Pedro Calafate

**The friends of the friends. Uma**

**dedicatória de Alberto de Oliveira a**

**Camilo Pessanha «endossada» a**

**Alberto Osório de Castro**

por Maria José de Lencastre

**O sangue e a rua. Elementos para**

**uma antropologia de violência em**

**Portugal**

por João Fatela

## DOCUMENTOS

**Cartas inéditas de Antero**

**para Oliveira Martins**

apresentadas por

Ana Maria Almeida Martins

e Guilherme d'Oliveira Martins



N.º 8 - Julho/Setembro 1985

## Editorial: A indecisão da matéria

**Um homem sem biografia**

entrevista com João Meneres Campos

**Alvarez e o seu tempo**

**O Bispo**

poema de Miguel Torga

**Diagrama de Alvarez**

depoimento de Fernando Lanhas

**Dominguez Alvarez, ingénuo e não**

por José-Augusto França

**Uma alma larga**

por Rui Feijó

**Quanto vale um quadro**

por Jaime Isidoro

**Com Dominguez Alvarez**

por Mário Cláudio

**Paisagens e outras memórias**

por Margarida Acciaiuoli

**A pintura dos fantasmas modernistas**

por Isabel de Oliveira e Silva

**Alguns fragmentos.**

por José Luís Porfírio

**Uma poética da transfiguração**

por Bernardo Pinto de Almeida

**Tristes navegantes**

por Fernando Caetano da Silva

**O(s) estatuto(s) do artista**

por Octávio Lixa Filgueiras

**Sem sobressalto, entre dois regimes**

por Fernando Marques da Costa

## DOCUMENTOS

**Dominguez Alvarez**

inédito de Adolfo Casais Monteiro

**Cartas de Alvarez a Casais Monteiro**



N.º 9 - Outubro/Dezembro 1985

**História Nacional e Nacionalismo**  
por José Mattoso

**Nacionalismo e inovação**  
por José Gil

**As nações como mediações  
entre o racional e o natural**  
por António Marques

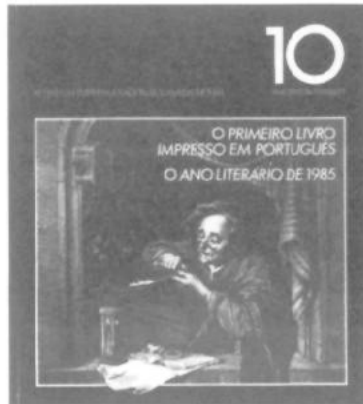
**Língua e Nação**  
por Maria Teresa Cruz

**Identidade nacional  
e modernização**  
por Diogo Pires Aurélio

**Viriato:**  
**uma realidade entre o mito  
e a história**  
por José Manuel Garcia

**As ilhas fantásticas  
do imaginário português**  
por António Pinto Ribeiro

**Viajantes estrangeiros no Portugal  
do século XVIII:**  
**o caso do duc du Chatelet**  
por Nuno Luís Madureira



N.º 10 - Janeiro/Março 1986

**O primeiro livro impresso  
em língua portuguesa**  
por Rosemarie Erica Horch

**Mestres e lições nas academias  
literárias portuguesas  
dos séculos XVII e XVIII**  
por Elze H. Vonk Matias

**António Sérgio: dois artigos  
publicados na Alemanha**  
por Carlos Martins

**Matias Aires na Casa da Moeda**

#### O ANO LITERÁRIO DE 1985

**Comentário Sociológico:**  
**alguns indícios de recuperação**  
por Alberto Carvalho

**Poesia:**  
**encruzilhada de múltiplos caminhos**  
por Manuel Frias Martins

**Ficção: a realidade e o jogo**  
por Silvina Rodrigues Lopes

**Ensaio: o ano pessoano**  
por Eduardo Prado Coelho

**Teatro: quatro originais**  
por Maria Helena Seródio

**Literatura para crianças:**  
**lacunas persistentes**  
por Natércia Rocha

**Tradução literária:**  
**Predomínio das literaturas  
de expressão inglesa**  
por João Almeida Flor



N.º 11 - Abril/Junho 1986

**Criticismo e problematidade em António Sérgio**  
por Manuel Maria Carrilho

**Introdução à «Peregrinação»**  
por Luís Filipe Barreto

**19 Cartas inéditas de Trindade Coelho**  
apresentação e notas  
por Viale Moutinho

**O retrato de D. Sebastião do Museu Nacional de Arte Antiga - uma leitura icnológica**  
por Fernando António Baptista Pereira

**A História, a composição e a pose em Vieira Portuense**  
por Paulo Gomes

**Sobre o método em Darwin e a episódica relação com Arruda Furtado**  
por G. F. Sacarrão

**Arruda Furtado, correspondente de Darwin, apresentação, tradução e notas**  
por Manuel Cadafaz de Matos

Actividades INCM



**Número especial**  
**Cruzamentos da Enciclopédia**

**A Enciclopaedia Universalis e o seu Symposium**  
por Jacques Bersani

**Cruzamentos da Enciclopédia**  
por Fernando Gil

**Cap. I**  
**Irradiações: estrelas**

**Interferências**

**Cap. II**  
**Tentativa de interpretação**

**I Parte. O homem em questão: o mesmo e o outro**

- Comunicação
- Ciência do homem e universalidade da experiência
- A comunicação como projecto cultural

**II Parte. Criação e cultura: o antigo e o novo**

- Invenção e inovação
- O sujeito: involuntário e voluntário
- A obra: o próprio e o comum
- A cultura: vanguarda e tradição
- Criação e «criatividade»

**III Parte. O conhecimento em devir: o uno e o múltiplo**

- O sistema dos saberes
- Arquitectura do uno e do múltiplo

- Validade da ciência
  - Sobreposições e alianças
- IV Parte. Ciência e sociedade: domínio e desapossamento**
- O espaço científico
  - A ciência e a tecnologia pesadas e as suas apostas
  - Ciência e cultura
- V Parte. O laço social: conjunturas e resíduos**
- Mecanismos de integração e formas de desvio
  - A sociedade dividida
- VI Parte. Política e poderes: autonomia e heteronomia**







PRÓXIMA **DEL PRELO**  
CESÁRIO VERDE